

Suely Salgueiro Chacon
Verônica Salgueiro do Nascimento
José Ferreira Lima Júnior
(orgs.)

Participação, Protagonismo Feminino e Convivência com o Semiárido



CONSELHO EDITORIAL

Bertha K. Becker

Candido Mendes

Cristovam Buarque

Ignacy Sachs

Jurandir Freire Costa

Ladislau Dowbor

Pierre Salama



CONSELHO EDITORIAL

Carlos Mataix Aldeanueva

Doris Aleida Villamizar Sayago

Elimar Pinheiro do Nascimento

Heros Augusto Santos Lobo

Jordi Tresserras Juan

Julio Lumbreras Martin

Lluís Mundet i Cerdan

Luís Tadeu Assad

Marcel Bursztyn

Marcos Aurélio V. Freitas

Roberto Bartholo

Suely Salgueiro Chacon

CONHECIMENTO & SUSTENTABILIDADE

Participação, Protagonismo Feminino e Convivência com o Semiárido

Suely Salgueiro Chacon
Verônica Salgueiro do Nascimento
José Ferreira Lima Júnior
(orgs.)



G a r a m o n d

Copyright © 2015, dos autores

Direitos cedidos para esta edição à

Editora Garamond Ltda.

Cândido de Oliveira, 43, Rio Comprido

CEP 20261-115 – Rio de Janeiro – Brasil

Telefax: (21) 2504-9211

e-mail: editora@garamond.com.br

website: www.garamond.com.br

Editora IABS.

Flávio Silva Ramos - Diretor

e-mail: contato@editoraiabs.com.br

website: www.editoraiabs.com.br

Revisão: Stela Máris Zica

Preparação dos Originais: José Ferreira Lima Júnior

Editoração: Estúdio Garamond / Luiz Oliveira

Capa: Estúdio Garamond

Participação, Protagonismo Feminino e Convivência com o Semiárido /
Suely Salgueiro Chacon, Verônica Salgueiro do Nascimento, José Ferreira
Lima Júnior. - 1. ed. - Rio de Janeiro: Garamond, IABS, 2015.

160 p. : il. ; 21 cm.

Inclui bibliografia

ISBN 9788576174271

1. Desenvolvimento sustentável. 2. Protagonismo feminino. 3. Semiárido -
Brasil. I. Chacon, Suely Salgueiro. II. Nascimento, Verônica Salgueiro do.
III. Lima Júnior, José Ferreira. IV. Título.

CDD 338.9

CDU 330.1

Todos os direitos reservados. A reprodução não-autorizada desta publicação, por
qualquer meio, seja total ou parcial, constitui violação da Lei nº 9.610/98.

Sumário

<i>Prefácio</i>	7
Mulheres do Sertão: avaliação dos impactos do Pronaf Mulher para a autonomia feminina no Semiárido Cearense.....	11
Tecendo redes e sonhos no Semiárido: um estudo sobre o protagonismo feminino na Comunidade de Mocotó, Estado do Ceará	35
Protagonismo feminino no Semiárido na perspectiva das dimensões da sustentabilidade: estudo de caso da Comunidade rural Baixio Grande, Assaré-CE	71
Perspectivas da agricultura familiar: um estudo sobre o papel das políticas públicas com foco na convivência com o semiárido no Assentamento São João, município de Antonina do Norte, Ceará.....	101
Gestão participativa de águas e desenvolvimento sustentável no semiárido: um estudo sobre o comitê de Bacia do Salgado, no estado do Ceará	125
<i>Sobre os autores</i>	154

Prefácio

A Região Pensando o seu Desenvolvimento

A promoção do desenvolvimento regional, questão do interesse das esferas da política (*politics*) e das políticas públicas (*policies*) é um tema que instiga estudos e a formação de recursos humanos no meio acadêmico. Problemas e desafios, como o papel dos polos urbanos na irradiação do progresso econômico, as desigualdades (entre grupos sociais no interior de um território e entre territórios), a identificação e o aproveitamento de potencialidades regionais, o provimento de infraestrutura, os fluxos demográficos, entre tantos outros, chamam a atenção de pensadores há bastante tempo.

No campo da teoria, a referência a estudos sobre os aspectos regionais do desenvolvimento é tão antiga quanto a própria gênese da economia como ciência moderna. O tema aparece na obra de Adam Smith, na segunda metade do século XVIII, ganha mais consistência com David Ricardo, no início dos anos 1800, e adquire maior visibilidade ainda com a obra de Von Thunen, pouco depois. Desde então, tem uma presença constante no universo acadêmico, variando em escalas territoriais, segundo contextos específicos: as relações campo-cidade, a cidade e seu entorno, as interfaces das regiões em um mesmo país e, mais recentemente, a formação de blocos de países.

O aparecimento de estruturas institucionais específicas para tratar essas questões, nas universidades, remonta ao início da segunda metade do século XX. Com a criação da Organização das Nações Unidas, ao final da Segunda Guerra Mundial, apareceram agências de desenvolvimento em diferentes contextos continentais. A Comissão Econômica para a América Latina é um exemplo dessa fase. Paralelamente, a notável experiência norte-americana dos anos 1930, que foi a criação da Tennessee

Valley Authority – TVA, serviu de inspiração para vários países, que criaram estruturas semelhantes: a Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco, no Brasil, e a sua homóloga, para o Vale do Orinoco, na Venezuela, são exemplos disso.

Ao final dos anos 1950 o Brasil criou a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – Sudene, cuja missão foi em grande parte fundamentada em estratégias de desenvolvimento regional como a que foi proposta por François Perroux. Logo o Brasil estenderia a experiência para outras regiões: a Sudam, na Amazônia, e a Sudeco, no Centro-Oeste.

No Brasil, os primeiros cursos voltados à formação de recursos humanos para o desenvolvimento regional tiveram influência da Cepal e ajudaram a criar uma massa crítica de capacidade de planejamento. Nas universidades, logo no início dos anos 1970, surgiram cursos de mestrado, sempre localizados nas grandes metrópoles. É muito recente a ampliação desses espaços de formação no âmbito de universidades localizadas em cidades de porte médio, que exercem influência sobre a dinâmica de desenvolvimento nas regiões em que estão inseridas.

É com grande satisfação que apresento a presente obra, que inaugura uma série de publicações com resultados de estudos produzidos no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional Sustentável – PRODER, da Universidade Federal do Cariri. Primeiramente, é digno de nota o fato de que tais estudos têm foco sobre a região do Cariri e foram desenvolvidos no Cariri. No passado os profissionais locais precisavam buscar capacitação em outras localidades, e muitos deles nem voltavam, já que eram atraídos pelo mercado de trabalho das grandes cidades, reproduzindo em escala nacional o fenômeno de *braindrain*. Agora, é possível dispor localmente de oportunidades para a geração de conhecimentos e capacitação de pessoal diretamente no ambiente de estudo. Isso encurta a distância entre sujeito e objeto de pesquisa e permite uma melhor sintonia com demandas locais efetivas.

Uma segunda razão para a minha satisfação tem a ver diretamente com a experiência do PRODER, um programa que acompanho atenta

e ativamente desde a sua concepção. Merece destaque o grande esforço que representou a construção institucional para agregar, numa iniciativa interdisciplinar, um conjunto de docentes com formações originárias tão variadas, todas elas peças necessárias ao complexo quebra-cabeça do planejamento do desenvolvimento regional.

O conteúdo deste livro atesta o grau de acerto que foi a criação do PRODER. São estudos sólidos, com foco em questões de grande interesse para a região. Refletem, na escala do Cariri cearense, a ampla gama de problemas do desenvolvimento, em suas múltiplas facetas disciplinares, tratados integradamente. Isso é crucial, pois não é mais possível supor que o enfrentamento dos desafios ao desenvolvimento, em qualquer escala territorial, pode se circunscrever às dimensões econômica e social, ou se limitar ao curto prazo. O conceito de desenvolvimento, agora qualificado como sustentável, deve incorporar, imperativamente, também, a dimensão ambiental e os direitos das futuras gerações a um mundo melhor do que o nosso.

Os trabalhos que compõem esta obra são, ao mesmo tempo, uma contribuição ao debate acadêmico e subsídios à tomada de decisões em políticas públicas. Representam, nesse sentido, uma comprovação de que a Universidade é capaz de interagir de modo responsável com os desafios do mundo real.

Marcel Bursztyn

Prof. do Centro de Desenvolvimento Sustentável
Universidade de Brasília

Mulheres do Sertão: Avaliação dos impactos do Pronaf Mulher para a autonomia feminina no Semiárido Cearense

Milanya Ribeiro da Silva

Adelia Alencar Brasil

Verônica Salgueiro do Nascimento

Suely Salgueiro Chacon

Introdução

O Sertão Semiárido brasileiro traz em sua história a marca da exclusão. Desprovido da diversidade produtiva da Zona da Mata e das facilidades da Região Litorânea, foi posto de lado no processo de Colonização. Estruturou-se, nesse espaço adverso, uma sociedade baseada na luta pela sobrevivência e no enfrentamento das dificuldades cotidianas: pouca água, solo pobre, pouca inserção social e comercial na lógica de poder do País (CHACON, 2007).

Nesse contexto o papel da mulher era formalmente secundário, restringindo sua participação na vida das comunidades aos afazeres domésticos definidos e a uma ajuda não contínua na lavoura. A mulher, nesse regime altamente patriarcal, não tinha voz ou vez, se submetendo em público ao julgo dos pais, maridos ou filhos. No entanto, a literatura e as histórias de vida das Mulheres do Sertão atestam que, mesmo oprimidas, essas mulheres participavam ativamente da vida de suas comunidades e sutilmente influenciavam seu destino. Essa “sabedoria” encarcerada foi, aos poucos, se mostrando, na medida em que o Sertão se esvaziava dos homens no século XX. As mulheres, muitas abandonadas à própria sorte com seus filhos pelos companheiros que partiam e não voltavam, tiveram que, por força das circunstâncias, mostrar sua

força, sua capacidade de liderar e garantir a sobrevivência individual e do grupo que era sua responsabilidade.

O reconhecimento desse novo papel da mulher no meio rural, não apenas no Sertão, mas em todo o Brasil, veio das políticas públicas de fomento ao desenvolvimento rural, das quais fazem parte o Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural – Pronaf, que abriu uma linha especial de crédito para a mulher rural, o Pronaf Mulher.

O Pronaf Mulher, ao subsidiar financeiramente iniciativas femininas de investimento na agricultura familiar, objetiva, entre vários aspectos, promover a autonomia das mulheres, possibilitando a estas um maior poder de decisão sobre as próprias vidas. Devido ao lugar central da mulher nas novas configurações de família, cabendo a elas o cuidado com as crianças e com os mais velhos, bem como muitas vezes o sustento financeiro do grupo familiar, recorta-se o objeto da presente investigação, interessada em compreender como o Pronaf Mulher pode ter impacto também nos modos de vida dos lugares nos quais essas mulheres habitam, bem como nas vidas destas, na sua capacidade de gerar renda e na forma como elas se relacionam socialmente.

Decorrem então dessas observações as seguintes problemáticas: o Pronaf Mulher tem contribuído para o desenvolvimento do Semiárido? O programa suscitou o protagonismo feminino, ao possibilitar à mulher a inclusão por meio do acesso ao crédito? Por essa razão, o estudo aqui apresentado tem como objetivo avaliar o impacto do Pronaf Mulher na geração de autonomia e empreendedorismo de mulheres que acessaram o programa no território do Semiárido, por meio de um estudo em municípios escolhidos no estado do Ceará.

Políticas Públicas para Mulheres Rurais

As discussões sobre políticas públicas voltadas para o feminino no meio rural foram iniciadas dentro do movimento social de mulheres. A partir dos anos 1980 o movimento de mulheres ganhou força e passou a dialogar com o Estado a respeito de propostas para a formulação de políticas públicas. O que se objetivava era ir além da inclusão das

mulheres como beneficiárias das políticas, mas também colocar essas mulheres como participantes ativas na formulação, implementação e controle dessas políticas (FARAH, 2004).

Após 1995 diversas diretrizes começaram a ser discutidas no Brasil para a formulação de políticas públicas para as mulheres, as quais nor-teiam os debates sobre a construção dessas políticas públicas até os dias de hoje. Tais diretrizes são apresentadas no Quadro 1.

O movimento de mulheres do campo se organizou formalmente na década de 1980. Deere (2004) aponta que a atuação das Comunidades Eclesiais de Base (CEB) e da Comissão Pastoral da Terra (CPT), na década de 1970, foi fundamental para a construção de espaços para que as mulheres do campo refletissem e questionassem sua condição social.

Dentro do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e da Central Única dos Trabalhadores (CUT) havia departamentos especiais ocupados por mulheres e que tratavam de causas específicas femininas, porém ainda de forma bastante limitada (STEPHEN, 1996). Por essa razão foram criados em diversos estados os Movimentos de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR) compostos por mulheres participantes da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (Contag) e da CUT (BORDALO, 2006). Os MMTRs permaneceram como movimentos independentes e buscavam uma articulação nacional (DEERE, 2004). As principais questões defendidas pelos movimentos de mulheres rurais estavam ligadas à superação da invisibilidade do trabalho feminino por meio do reconhecimento da profissão de agricultora, a reivindicação de direitos trabalhistas e direito de sindicalização, atenção à saúde da mulher e acesso à terra (HEREDIA; CINTRÃO, 2006).

No ano de 1988, após o primeiro Encontro Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais da Contag, inicia-se uma articulação nacional das mulheres para a inserção no movimento sindical dos trabalhadores rurais. Isso levou a um aumento na quantidade de mulheres participantes nos congressos e a uma ampliação das discussões sobre propostas específicas sobre elas para a construção de políticas públicas (HEREDIA; CINTRÃO, 2006). Dentre as reivindicações do movimento de mulheres trabalhadoras rurais uma das que mais se destaca é a do

reconhecimento do trabalho feminino, por esta razão neste trabalho dedicaremos atenção às políticas públicas de promoção da autonomia e do trabalho das mulheres.

Quadro 1 – Diretrizes sobre a questão das mulheres para as políticas públicas

Diretriz	Descrição
Violência	Criação de programas que visem à proteção de mulheres vítimas da violência doméstica e sexual
Saúde	Expandir a atuação do Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher – PAISM com ações que abranjam todas as etapas da vida da mulher
Meninas e Adolescentes	Reconhecimento e proteção dos direitos das meninas e das adolescentes, principalmente aquelas em situação de risco
Geração de Emprego e Renda	Apoio à inclusão produtiva de mulheres por meio da criação de empregos permanentes, capacitação e garantia de acesso específicos para o segmento feminino
Educação	Garantia de acesso à educação. Eliminação de conteúdos discriminatórios contra as mulheres presentes em livros didáticos e conteúdos programáticos. Capacitação de professores e professoras para a inclusão de debates sobre gênero no processo educativo. Ampliação do número de vagas nas creches e pré-escolas
Trabalho	Garantia dos direitos trabalhistas para as mulheres. Valorização do trabalho feminino não remunerado
Infraestrutura Urbana e Habitação	Criação de equipamentos e serviços públicos urbanos priorizados pelas mulheres, como saneamento, creches e postos de saúde. Acesso das mulheres a títulos de propriedade e habitação
Questão Agrária	Reconhecimento dos direitos da mulher da zona rural para as políticas de distribuição de terra, reforma agrária e crédito agrícola
Transversalidade da Perspectiva de Gênero nas Políticas Públicas	Incorporação das questões das mulheres em todas as políticas públicas, não restringindo as questões de gênero apenas às políticas voltadas para o segmento feminino
Acesso ao Poder Político e Empowerment	Incentivo à participação das mulheres na formulação, implementação e controle das políticas públicas. Criação de mecanismo para a promoção da autonomia feminina

Fonte: FARAH (2004)

Além das atividades domésticas, as mulheres no meio rural são responsáveis, em sua maioria, pelos pequenos cultivos para consumo da família, criação de animais de pequeno porte e transformação de

alimentos, o que não é contabilizado como trabalho, mas considerado como uma ajuda ao agregado familiar (BRUMER, 2004; DI SABBATO *et al.*, 2009; SILVA, 2012).

Outro fator que se tornou um empecilho para a atuação da mulher como produtora agrícola, foi a não inclusão, durante muitos anos, das mulheres como beneficiárias dos programas para desenvolvimento rural, a exemplo dos programas de Reforma Agrária, Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar e Programa de Emergência de Seca, que tinham como seus beneficiários apenas homens (MELO, 2002).

Criado em 2003 para atuar no desenvolvimento de políticas públicas para os moradores da área rural, os povos indígenas e as comunidades quilombolas, o Programa de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia (PPIGRE) tinha entre seus objetivos o de formular políticas públicas de apoio à produção e acesso à terra para as mulheres rurais (BUTTO; HORA, 2008). Posteriormente foram criados outros programas voltados para a mulher, os quais são apresentados a seguir de acordo com o principal problema enfrentado pelas mulheres rurais que cada programa tem o objetivo de solucionar.

Documentação para as mulheres rurais

Em 2004 foi criado o Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (PNDTR), coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), que viabiliza a emissão gratuita de registro de nascimento, documento de identidade, CPF, carteira de trabalho, registro no INSS e carteira de pescador. O objetivo do programa é, além de oferecer acesso a documentos básicos com o intuito de facilitar a inclusão das mulheres trabalhadoras rurais em outros programas governamentais e a abertura de contas bancárias, prestar orientações sobre direitos trabalhistas e sobre acesso a políticas públicas (BUTTO; HORA, 2008). O PNDTR está voltado para o atendimento de mulheres acampadas, assentadas da reforma agrária, agricultoras

familiares, atingidas por barragens, quilombolas, pescadoras artesanais, extrativistas, indígenas e ribeirinhas.

No ano de 2007, com o intuito de facilitar o acesso das mulheres rurais ao programa, foram criadas unidades móveis de atendimento (Expresso Cidadão). O Expresso Cidadão foi sendo implantado gradativamente nos estados brasileiros, e em 2010 todos estes passaram a contar com a sua própria unidade.

Acesso à terra

Mesmo presente na Constituição Federal de 1988, o direito à titularidade conjunta da terra não era plenamente respeitado devido à ausência de um instrumento legal que garantisse o seu cumprimento. Por esse motivo, em 2003 foi criada a Portaria n.º 981 que determinou a titulação conjunta obrigatória em lotes de assentamento da reforma agrária para casais em situação de casamento ou de união estável, ampliando os direitos das mulheres dentro do Programa Nacional de Reforma Agrária, que, até então, permaneciam subordinadas aos pais, maridos ou irmãos (BUTTO; HORA, 2008). Outro avanço na garantia dos direitos das mulheres dentro do programa foi a adoção de novos critérios que tornaram as famílias chefiadas por mulheres um grupo preferencial a ser beneficiado pela reforma agrária, dessa forma o acesso à terra é garantido à mulher independente de seu estado civil.

Apoio à produção feminina

O Programa Organização Produtiva de Mulheres Rurais (POPMR) foi criado em 2008 para fortalecer as organizações produtivas de mulheres trabalhadoras rurais, com valorização dos princípios da economia feminista e solidária, e atualmente é coordenado pelo MDA, pela Secretaria de Políticas para Mulheres (SPM) e pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). O objetivo é promover o acesso a políticas públicas de apoio à produção e comercialização (FARIA, 2011). Por meio do POPMR estabeleceu-se que 30% dos grupos que participam da Feira Nacional da Agricultura Familiar e Reforma Agrária devem ser

obrigatoriamente de pequenos empreendimentos rurais organizados por mulheres.

O POPMR se destina às mulheres da agricultura familiar e da reforma agrária e a grupos de mulheres formados por no mínimo cinco componentes que residam nas áreas do Plano Social Integrado. O grupo deverá estar organizado em torno de pelo menos uma atividade produtiva e manter uma dinâmica regular de encontros. As principais ações desenvolvidas pelo POPMR são o mapeamento de grupos produtivos de mulheres rurais, formulação de políticas públicas para a consolidação de organizações femininas, capacitação para elaboração de projetos, apoio à comercialização por meio da realização de feiras e financiamento de atividades com foco na melhoria da gestão, agregação de valor e comercialização (FARIA, 2011).

Acesso ao crédito

Foram criados no Brasil alguns programas específicos de crédito destinados para as mulheres, porém o mais conhecido deles é o Pronaf Mulher que consiste em uma linha de crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). A princípio, a Portaria n.º121 de 2001 determinava que 30% do Pronaf deveria ser destinado para mulheres, no entanto não foi implementada nenhuma estratégia para superar as limitações das mulheres rurais para acessar o crédito (BUTTO; HORA, 2008). No Plano Safra 2003-2004 foi implantado o Pronaf Mulher, destinado às mulheres rurais pertencentes à agricultura familiar e à reforma agrária.

As mulheres continuam tendo acesso às demais linhas de crédito do Pronaf como integrantes do núcleo familiar, porém podem elaborar um projeto individual ou com um grupo de outras mulheres para acessar também o crédito do Pronaf Mulher. A criação de uma linha de crédito específica para mulheres parte do entendimento de que elas precisam ser consideradas a partir da sua condição de autonomia e não apenas como parte de um agregado familiar, cuja representação é feita pelo marido (FARIA, 2009).

O Pronaf Mulher tem como finalidade a concessão de crédito para a mulher agricultora, por meio da apresentação de um projeto técnico ou proposta simplificada. As mulheres beneficiárias do programa devem ser integrantes de unidades familiares produtoras que se enquadrem nas exigências do Pronaf, independentemente da sua situação civil. As atividades que podem ser financiadas pelo Pronaf Mulher são as atividades agropecuárias, o artesanato, o turismo e outras atividades do meio rural de interesse da mulher do campo (BRASIL, 2009).

Para ter acesso ao crédito específico do Pronaf Mulher deve obter a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), documento comprobatório que reconhece que a mulher possui todas as características solicitadas para ter acesso ao crédito, e que deverá ser apresentada à instituição parceira quando da solicitação do crédito. A mulher interessada no crédito do Pronaf Mulher deverá elaborar um projeto contendo informações sobre como o recurso solicitado será aplicado. Esse projeto deve ser apresentado a um banco ou cooperativa de crédito parceira do Pronaf.

As taxas de juros são reduzidas em relação às taxas do mercado de crédito tradicional e são de 0,5% ao ano para financiamentos de até 2 mil e 500 reais; 1% ao ano para os financiamentos até 10 mil reais e de 2% ao ano para os financiamentos acima de 10 mil reais até 150 mil reais, ou para a contratação de dois ou mais financiamentos feitos dentro do mesmo ano agrícola que ultrapassem o valor de 10 mil reais. O prazo para pagamento do financiamento é de 15 anos quando este é tomado para a construção de estruturas de armazenagem e de até 10 anos para os demais casos.

Ao observarmos o Quadro 2, que apresenta a quantidade de contratos firmados e os valores financiados desde 2004, ano de criação do Pronaf Mulher, até 2010, percebemos que a Região Nordeste é a que apresenta o maior número de contratos firmados e também o maior volume financiado. O Ceará é o estado com o maior número de contratos (6.495) e o Rio Grande do Sul figura como o estado que recebeu o maior repasse de recursos (R\$ 48.410.729). Porém, o número de mulheres beneficiárias ainda é muito pequeno, principalmente quando comparado com a quantidade de mulheres que vivem em zonas rurais que é de 14.133.191, correspondente a 47% de toda a população rural (IBGE, 2010).

Quadro 2 – Número de Contratos e Valores Financiados no Pronaf Mulher (2004-2010)

UF	2004		2005		2006		2007		2008		2009		2010	
	Nº Contr.	Valores Financiados												
Norte	109	823.669	137	863.778	505	4.335.337	1.341	13.304.487	435	4.478.861	323	4.721.924	349	3.912.121
AC	3	17.392	0	0	11	147.806	12	18.000	32	108.269	64	546.683	18	112.159
AP	0	0	0	0	4	28.846	0	0	0	0	0	0	0	0
AM	0	0	0	0	0	0	72	289.873	1	5.210	7	39.511	13	55.766
PA	38	439.089	14	191.416	281	2.834.282	1.019	11.672.893	323	3.525.634	141	2.237.465	247	2.905.999
RO	28	128.568	55	256.920	7	75.980	67	967.446	4	52.675	13	141.446	14	193.595
RR	0	0	0	0	1	34.500	0	0	0	0	0	0	0	0
TO	40	238.620	68	415.442	201	1.213.923	171	1.323.721	75	787.073	98	1.756.819	57	644.602
Nordeste	745	4.579.728	5.641	28.768.481	7.749	35.810.307	5.306	24.445.185	2.386	14.932.199	1.352	9.515.113	1.508	8.148.748
AL	10	50.930	243	1.281.110	211	1.111.550	111	638.298	69	455.983	42	222.804	37	219.514
BA	146	858.343	610	3.256.935	727	3.884.463	454	2.226.620	117	877.970	97	709.827	111	635.736
CE	167	925.466	722	3.501.105	1.817	9.488.236	1.594	8.696.881	1.038	7.069.570	616	4.475.938	541	3.373.731
MA	74	566.624	331	2.060.679	307	1.792.080	345	1.176.075	32	241.179	57	304.321	72	286.929
PB	8	30.947	602	2.545.557	983	3.106.454	427	1.115.372	240	762.366	195	773.239	144	441.829
PE	69	603.080	447	2.350.221	1.189	4.682.608	1.286	5.124.466	557	3.379.611	117	988.544	327	1.582.104
PI	17	107.096	1.012	4.861.195	895	3.952.890	349	1.831.516	28	187.380	40	290.218	70	384.852
RN	215	1.184.402	1.281	7.049.496	1.161	5.825.284	403	2.176.517	84	551.178	59	450.575	91	529.712

UF	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010							
SE	39	252.840	393	1.862.183	459	1.986.742	337	1.459.440	221	1.406.962	129	1.299.647	115	694.341
Centro-Oeste	563	4.467.945	461	3.894.359	418	4.236.333	279	3.402.450	186	3.774.363	149	3.282.734	102	1.743.258
DF	0	0	0	0	0	0	1	3.000	0	0	0	0	0	500
GO	241	2.320.183	177	1.943.780	247	2.584.814	161	1.962.069	175	3.508.974	127	2.894.056	77	1.394.183
MT	64	553.880	58	486.040	105	1.189.774	61	1.040.615	9	229.394	9	257.501	13	254.585
MS	258	1.593.882	226	1.464.539	66	461.745	56	396.766	2	35.995	13	131.177	12	93.990
Sudeste	197	1.522.993	968	8.604.384	1.202	9.109.183	856	7.916.926	490	5.398.539	397	3.865.368	291	2.863.473
ES	5	73.363	375	4.373.669	242	2.794.461	280	3.654.575	158	2.421.552	49	750.713	81	1.137.807
MG	54	531.837	458	3.083.490	735	4.152.593	456	3.110.603	287	2.399.490	323	2.780.126	178	1.381.703
RJ	0	0	0	0	1	18.000	9	35.172	15	38.033	10	94.212	6	27.903
SP	138	917.793	135	1.147.225	224	2.144.129	111	1.116.576	30	539.464	15	240.317	26	316.060
Sul	1.008	11.107.760	1.678	14.287.838	1.181	10.541.374	961	12.191.606	389	6.836.318	243	4.148.675	265	3.862.767
PR	128	1.236.773	232	1.729.383	134	1.141.229	115	1.016.526	40	547.092	57	847.703	35	401.887
RS	841	9.355.746	1.346	10.874.757	921	7.848.231	708	9.091.832	317	5.724.237	145	2.611.355	195	2.904.571
SC	39	515.241	100	1.683.698	126	1.551.914	138	2.083.248	32	564.989	41	689.617	35	556.309

Fonte: Desenvolvido pelas autoras a partir de dados do MDA (2010) *apud* Lima *et al.* (2013)

O programa, desde a sua criação, foi submetido a várias reformulações. As principais foram a inserção de novas categorias de beneficiárias e a alteração nos valores de crédito disponível e nos prazos para pagamento das dívidas. Além de mudanças na estrutura, também foram realizadas ações para divulgar e orientar sobre a concessão do Pronaf Mulher, capacitações para as beneficiárias, agentes financeiros e operadores locais e avaliações sobre a efetivação do programa (BRUMER; SPANEVELLO, 2011).

Procedimentos Metodológicos

A pesquisa foi desenvolvida no estado do Ceará, Região Nordeste do Brasil. Mais de 90% desse estado encontra-se no Semiárido. As regiões do estado escolhidas foram o Território da Cidadania de Sobral e o Território da Cidadania do Cariri. Essas regiões são as mais desenvolvidas do interior do estado.

Esse estudo é de natureza qualitativa com realização de pesquisa de campo. Esta ocorreu em duas etapas. A primeira delas, desenvolvida entre os meses de março e novembro de 2013, foi destinada ao levantamento de dados sobre as mulheres que acessaram o crédito do Pronaf Mulher na região do Cariri e Sobral, para tanto foram realizadas entrevistas institucionais nas agências do Banco do Nordeste do Brasil (BNB)¹ de Sobral, Crato e Brejo Santo e nos escritórios da Ematerce e da Fetraece do Crato. A partir das visitas institucionais foi possível fazer um levantamento sobre as 49 mulheres que estão com contrato ativo do crédito do Pronaf Mulher na região do Cariri e Sobral.

Na segunda etapa da pesquisa de campo foram realizadas 16 entrevistas semiestruturadas, entre junho e julho de 2014, com mulheres que acessaram o crédito nessas duas regiões. Foram selecionadas seis mulheres de Sobral e dez mulheres da região do Cariri. Das mulheres da região do Cariri, quatro pertencem à jurisdição do BNB do Crato e seis à jurisdição do BNB de Brejo Santo. Também foi realizada uma

¹ Na Região Nordeste, o Banco do Nordeste do Brasil é a principal instituição financeira que disponibiliza o crédito do Pronaf.

entrevista complementar com um projetista que atende à região do Cariri. Como a pesquisa é de natureza qualitativa, e não quantitativa, a amostra não foi estatisticamente definida, levando-se em consideração critérios logísticos para escolha dos municípios e das mulheres a serem entrevistadas, tendo em vista que muitas comunidades estão localizadas em lugares de difícil acesso e distantes uma das outras.

Dessa forma, para a realização das entrevistas, foram feitos três campos. O primeiro deles nos municípios de Santana do Cariri e Nova Olinda (jurisdição de Crato), o segundo no município de Mauriti (jurisdição de Brejo Santo) e o terceiro no distrito de Jaibaras, em Sobral. Para analisar os dados coletados foi utilizada a análise de discurso, tendo em vista que essa técnica tem como foco o resgate do sentido do texto e não apenas o seu conteúdo. Os dados coletados por meio da pesquisa de campo serão apresentados e discutidos na seção seguinte.

O Pronaf Mulher nos territórios da cidadania de Sobral e do Cariri

No tocante às visitas institucionais realizadas na primeira etapa da pesquisa, foi possível perceber que os representantes das instituições visitadas conseguem identificar avanços na inserção das mulheres em atividades produtivas rurais, por meio do Pronaf Mulher, além de visualizarem aumento na renda e mudanças nas condições de vida dessas mulheres nos últimos dez anos. Para Brumer e Spanevello (2011) a melhoria nos rendimentos auferidos pelas mulheres nos espaços rurais está atrelada ao acesso ao Pronaf, porém também é influenciada por outros programas sociais, como Bolsa Família, aposentadorias e pensões.

Em relação ao quantitativo de mulheres que acessam o Pronaf Mulher, este ainda é um programa bastante vulnerável. Na região pesquisada existem apenas 49 contratos ativos. Entre os pontos mencionados pelos entrevistados, que justificam o baixo acesso ao Pronaf Mulher, cabe destacar o predomínio da visão patriarcal, que coloca as mulheres sujeitas às decisões do marido; a ausência de conhecimento por parte das mulheres da existência do programa; a escolha por acessar outras linhas de crédito que disponibilizam maiores facilidades. Quanto à operacionalização

do programa, foram citados como impasses, a necessidade de avalista, de bens para hipoteca e a falta de profissionais para a elaboração do projeto técnico, que se faz necessário para adesão ao crédito. Segundo Menegat e Farias (2010), esse baixo índice de adesão ao programa Pronaf Mulher é devido ao formato do referido programa, caracterizando-se mais como uma extensão do Pronaf, reproduzindo situações históricas de subserviência entre mulher e homem.

No documento *Cirandas do Pronaf para Mulheres* (2005) são observados problemas enfrentados pelas mulheres rurais já nos primeiros momentos em que estas demonstram interesse em obter o crédito: a) Ausência de documentação civil; b) Dificuldade de acesso aos operadores de crédito; c) Dificuldades de preenchimento da DAP; d) Desconhecimento sobre a possibilidade de bloqueio da DAP em caso de comprovada irregularidade; e) Restrições à solicitação de crédito para a implantação de atividade distinta das tradicionalmente realizadas pela agricultura familiar; f) Falta de acesso a equipamentos e à Internet para a emissão eletrônica da DAP; g) Limitada capacidade técnica dos profissionais que emitem a DAP.

As dificuldades vão além da fase inicial e seguem até o momento de elaboração do projeto de crédito. Há uma ausência de profissionais capacitados para a elaboração de projetos que extrapolem as atividades agrícolas, observando as potencialidades locais para o artesanato, processamento de produtos agrícolas ou comercialização. O acompanhamento do projeto também é limitado pois falta assistência técnica capaz de orientar as mulheres de forma adequada nas atividades por elas realizadas (CIRANDAS DO PRONAF PARA MULHERES, 2005).

Devido aos sucessivos períodos de seca que vêm ocorrendo no Semiárido brasileiro desde o ano de 2012, muitas mulheres têm preferido acessar a linha de crédito para estiagem, por esta apresentar maiores vantagens. Nessa perspectiva, um dos entrevistados relatou que o Pronaf Estiagem possui valor de R\$ 12.000,00 com bônus de 40% e ainda três anos de carência. Enquanto que o Pronaf Mulher traz algumas dificuldades para o acesso, tendo em vista que para o crédito de até R\$ 20.000,00 é necessário um avalista, e para crédito acima de

R\$ 20.000,00 é exigido também a hipoteca dos imóveis. Fato esse que, conforme identifica Rosa (2010), esbarra no descrédito que as mulheres rurais têm junto às instituições bancárias, uma vez que a maioria não possui bens sob sua posse.

O relato dos entrevistados nas visitas institucionais demonstrou que a maioria do crédito disponibilizado nas regiões pesquisadas é investido em atividades agropecuárias. Os investimentos em atividades não agrícolas, como turismo e artesanato, são escassos nas regiões estudadas. Informação essa que foi corroborada pelas mulheres beneficiárias do programa por meio das entrevistas.

Essa tendência aparece intrínseca à implantação do programa e se estende até hoje. Segundo dados do Ibase (BRASIL, 2006), o Pronaf vem se caracterizando como uma política pública fortemente concentrada em disponibilizar recursos financeiros para as safras agrícolas, o que evidencia os limites do programa no sentido de promover mudanças fundamentais na diversificação produtiva.

Baseado nos resultados obtidos a partir das entrevistas com as mulheres que acessaram o Pronaf Mulher, pode-se dizer que o crédito tem sido investido na compra de animais como vacas leiteiras, ovelhas, porcos, bodes, galinhas, pastos, construção de cercas, plantação de hortifrúteis, produção de mel, escavação de poços, investimento em irrigação e compra de maquinários agrícolas. Entre as entrevistadas, apenas uma mulher desenvolve uma atividade não agrícola, que consiste na produção de doces.

Em apenas uma das entrevistas a mulher relatou ter investido o crédito em uma atividade exclusiva de sua responsabilidade, onde a mesma administra o negócio sem a intervenção do esposo. As demais optaram por investir nas atividades que já são realizadas pelo agregado familiar. Segundo Hernández (2009), esse posicionamento revela a influência ainda exercida pelos maridos para a aplicação do crédito, mas também reflete a característica agregadora da mulher, que se preocupa com as condições de trabalho da família, mais do que com projetos individuais.

Cabe ainda especificar como é feita a comercialização dos produtos que advêm das criações e plantações. Em geral a produção é voltada

para o consumo familiar e apenas o excedente é vendido. A comercialização dos produtos é feita principalmente de porta em porta e em feiras locais, porém alguns produtos são repassados mensalmente para o Programa de Aquisição Alimentar (PAA)² e para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)³. Esses programas têm se estabelecido como as principais ações governamentais para fortalecer o escoamento do que é produzido com a aplicação do crédito do Pronaf (BRUMER; SPANEVELLO, 2011).

É necessário ressaltar a importância de manter uma articulação entre políticas de acesso ao crédito e de incentivo à produção com mecanismos que viabilizem a comercialização. A dificuldade de encontrar mercado consumidor para escoamento da produção tem se apresentado como um grande gargalo para a agricultura familiar, fato esse confirmado na fala das entrevistadas.

Apesar das limitações ainda presentes no Pronaf Mulher, este tem sido sem dúvidas um dos maiores incentivadores do reconhecimento do trabalho feminino no meio rural. Como aponta Hernández (2009), a criação do Pronaf Mulher foi a primeira ação do Estado que reconheceu a mulher do campo como uma trabalhadora com autonomia.

A mudança na situação econômica das mulheres entrevistadas é perceptível. Todas relatam as melhorias advindas com a obtenção do crédito para a ampliação da produção. Em alguns casos o recurso foi aplicado na aquisição de terras e/ou animais, possibilitando a essas mulheres deixarem os trabalhos que realizavam para terceiros e investirem em uma atividade própria. Pode-se ainda extrair das entrevistas que as mulheres estão envolvidas no processo produtivo e de administração

2 O Programa de Aquisição de Alimentos — PAA tem por objetivo a aquisição de produtos da agricultura familiar, com a finalidade de atender à demanda de alimentos de populações em condição de insegurança alimentar. Os participantes, agricultores enquadrados no Pronaf, devem preferencialmente estar organizados por meio de grupos formais (cooperativas e associações).

3 O Programa Nacional de Alimentação Escolar — PNAE é um programa do governo federal que tem por objetivo oferecer alimentação saudável aos milhões de estudantes das escolas públicas de todo o Brasil. Tem como principais objetivos a melhoria das condições de aprendizagem e o ensino de práticas alimentares saudáveis aos alunos por meio de ações de educação alimentar e de alimentos que supram as necessidades nutricionais.

do negócio onde o crédito foi investido, o que ressalta como positiva a sua participação na aplicação do crédito.

Possuir uma conta bancária e um cartão de crédito, ter uma renda própria, passar a opinar sobre a produção familiar e estabelecer um maior diálogo com o esposo sobre as finanças domésticas, são considerados pelas entrevistadas os principais benefícios advindos do acesso ao Pronaf Mulher.

Com uma maior autonomia econômica, as mulheres passaram a assumir uma nova postura. Deixando a condição de atuarem apenas como donas de casa e cuidadoras dos filhos e do marido, começaram a influenciar de forma mais direta as decisões familiares, que antes se concentravam apenas no esposo. Segundo as entrevistadas, a relação familiar sofreu evolução, principalmente no tocante à relação com o marido, que antes, por ser o responsável pela administração da produção familiar, deixava a mulher à mercê das decisões. Com o benefício do programa, a mulher passou a participar das decisões sobre a produção e os investimentos e consideram que agora se sentem mais valorizadas por poderem participar de forma mais efetiva de atividades geradoras de renda. Elas passaram a ser reconhecidas enquanto mulheres pelo trabalho que realizam. Essa saída de uma atuação exclusiva no espaço privado para uma participação mais ativa no espaço público, em geral ocupado pelos homens, traz para essas mulheres um ganho simbólico importante, o sentimento de independência (HERNÁNDEZ, 2009).

Para Hernández (2009), os principais resultados positivos do acesso ao Pronaf Mulher estão relacionados com o aumento da autoestima das mulheres beneficiadas. Com a valorização do seu trabalho e a autoestima mais elevada, as mulheres passam a demonstrar o potencial que possuem para múltiplas atividades, por meio da descoberta de capacidades que nem mesmo imaginavam possuir. Esse potencial em descoberta, apesar de existir uma série de outros condicionantes, ao mesmo tempo em que é resultado do processo de geração de emprego e renda por meio do acesso ao Pronaf Mulher, também resulta na diversificação das atividades geradoras de renda, pois, as mulheres, ao reconhecerem em si novas capacidades, podem iniciar outras

atividades que sejam de seu interesse, como foi percebido no relato das entrevistadas.

Nesse contexto, Menegat e Farias (2010) apontam o empoderamento feminino como um efeito do acesso à linha de crédito do Pronaf, porém reconhecendo-o como processo emancipatório que não ocorre facilmente, uma vez que é difícil o rompimento de estruturas tradicionais, vinculadas às heranças patriarcais, onde a exclusão das mulheres do âmbito público aparece como principal fator de entrave a essas transformações.

A maioria das mulheres entrevistadas recebeu as primeiras informações sobre o Pronaf Mulher por intermédio do projetista, que é a pessoa autorizada pelas instituições financeiras para a elaboração do projeto técnico para a concessão do crédito; outras receberam as informações em reuniões de associações e sindicatos. O acesso às informações muitas vezes torna-se deficiente pelo fato de as mulheres não possuírem contato direto com as instituições financeiras ou com agentes de extensão e crédito rural.

Devido à presença marcante do projetista na fala das mulheres como principal intermediário entre elas e as instituições financeiras, e, exercendo ele forte influência na decisão para a tomada do crédito, foi também realizada uma entrevista com um projetista. Este relatou que inicia o seu trabalho fazendo reuniões nos sindicatos das comunidades rurais. Nessas reuniões, ele identifica as famílias que se enquadram nas exigências dos programas financeiros e que tenham interesse em acessar alguma linha de crédito. Posteriormente, ele realiza visitas às propriedades dos interessados para conhecer melhor em que cada família pretende investir o recurso. De posse dessas informações, é escolhida a linha de crédito mais adequada (com melhores taxas de juros e prazos) para atender às necessidades apresentadas e, por fim, elabora o projeto técnico para ser enviado à entidade financiadora. Esse trabalho do projetista é rotineiro, sendo que ele atende a diversas linhas do Pronaf.

Foi ainda relatado pelo projetista as facilidades para quem acessa o Pronaf enumerando-as assim: não é cobrada nenhuma taxa para o envio do projeto; as taxas de juros sobre o empréstimo são reduzidas; e o período de carência é estendido. Ao ser questionado sobre o posicionamento

dos homens quando se faz a sugestão de acessar o crédito pelo Pronaf Mulher, ele disse não haver nenhum tipo de objeção ou oposição, pois geralmente o projeto é familiar e não importa quem efetivamente irá receber os recursos, pois o investimento geralmente é feito em prol das pessoas do domicílio que trabalham juntas. O crédito do Pronaf é liberado em duas parcelas, sendo a primeira liberada logo após a aprovação do projeto e a segunda após uma visita feita pelo próprio projetista para verificar se a primeira parte foi adequadamente investida, o que torna ainda maior a influência do projetista.

O projetista, portanto, apresenta-se como figura essencial na adesão das mulheres ao programa, pois é ele quem acompanha todo o processo, desde a decisão por tomar o crédito do Pronaf Mulher até a aplicação dos recursos. Ele é também o maior “divulgador” do Pronaf Mulher, porém o seu conhecimento está predominantemente vinculado às características técnicas do programa. A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA traz a figura do projetista como parte do processo, mas ressalta a importância do produtor participar ativamente da elaboração do projeto, para adequar suas necessidades ao que é proposto, portanto, logrando mais sucesso, quando essa operação é feita em conjunto (BRASIL, 2012).

Na entrevista com o projetista foi possível identificar que ainda existe um desconhecimento sobre os propósitos e objetivos do Pronaf Mulher. O projetista afirmou não compreender as razões de haver uma linha de crédito específica para a mulher dentro do Pronaf, sendo que os valores liberados para empréstimo e as taxas de juros são muito semelhantes com outras linhas de crédito também pertencentes ao Pronaf. Ele completou dizendo que só indica o Pronaf Mulher em situações em que a necessidade apresentada pela mulher interessada no empréstimo não se enquadra em outra linha de crédito do Pronaf ou mesmo quando ela já possui outro empréstimo e, portanto, não pode pegar um novo empréstimo antes de quitar o pagamento do anterior. Esse posicionamento do projetista, aliado com a forte interferência dele no processo para liberação do crédito, finda por dificultar o acesso e a utilização adequada do crédito disponibilizado pelo Pronaf Mulher.

O que se observa com os resultados do estudo é que o pequeno número de beneficiadas pelo Pronaf Mulher nas regiões pesquisadas confirma as dificuldades encontradas pelas mulheres em atenderem às exigências necessárias do programa e a falta de acesso a informações precisas sobre a linha de crédito. No entanto, o relato das mulheres que acessaram o Pronaf Mulher demonstrou um fortalecimento da autonomia, por meio da participação em atividades geradoras de renda, caracterizando mudanças no comportamento delas e nas relações familiares.

Considerações Finais

Ao observarmos as políticas públicas para as mulheres rurais, com asnotáveis conquistas do movimento de mulheres, concluímos que essas vêm se apresentando como um importante mecanismo para melhorar as condições de vida das mulheres que vivem no campo, porém ainda são insuficientes para alcançar a igualdade entre gêneros. O não reconhecimento da capacidade feminina para o gerenciamento da própria vida e para a tomada de decisões ainda é uma cultura arraigada no meio rural brasileiro. Por essa razão as mulheres têm maior dificuldade do que os homens para acessar as políticas públicas. Mesmo aquelas que conseguem ter acesso ainda são mantidas em condição de subordinação à figura masculina. O Pronaf Mulher tem sido o principal programa brasileiro para incentivar a participação autônoma das mulheres rurais em atividades de geração de renda. Ele vem possibilitando o reconhecimento do trabalho feminino no meio rural, onde a vulnerabilidade feminina é maior em relação ao acesso à renda.

Diante das entrevistas realizadas nos municípios de Nova Olinda, Santana do Cariri, Mauriti e Sobral, foi possível perceber na fala das mulheres que acessaram o Pronaf Mulher uma série de impactos causados pelo acesso ao crédito, sendo o principal deles, a geração de uma autonomia para essas mulheres, que passam a participar mais ativamente das decisões acerca da própria vida e das de suas famílias.

A implantação do programa possibilitou às mulheres entrevistadas uma participação mais ativa nas atividades agrícolas e nas decisões

familiares, tornando-as mais independentes em relação ao próprio bem-estar e melhorando as condições de vida de toda a família. No entanto, algumas lacunas são percebidas para que ocorra um fortalecimento efetivo da autonomia dessas mulheres, como por exemplo, o acesso à informação para a tomada do crédito, orientação técnica para a produção e baixa presença de atividades não agrícolas.

Apesar de serem percebidas mudanças positivas na vida das mulheres que tomaram o crédito do Pronaf Mulher, as dificuldades para que essas mulheres possam ter acesso a ele ainda são grandes, o que muitas vezes desestimula a procura por essa linha de crédito específica. O projetista apresenta-se como o principal elo entre a instituição financeira e as mulheres, o que torna estas muito dependentes das informações e do acompanhamento técnico dele.

Para que o Pronaf Mulher se efetive como uma política de promoção da autonomia e do empreendedorismo feminino é necessário que as bases que a fundamentam sejam fortalecidas e que as mulheres que acessam o crédito tenham maior liberdade e conhecimento sobre o que estão acessando. É necessário, por fim, salientar que, mesmo em face das problemáticas enfrentadas pelo programa, sua continuidade é fundamental, pois a partir do reconhecimento dos entraves e do fortalecimento das conquistas já alcançadas é que será possível articular melhorias para que o programa avance em seus resultados.

Referências

- BORDALO, C. A. Sindicatos rurais e movimentos sociais: duas tradições na luta pela representação política das trabalhadoras rurais. In: II SIMPÓSIO LUTAS SOCIAIS NA AMÉRICA LATINA, 2006, Londrina. *Anais eletrônicos...* Londrina: Grupo de Estudos de Política da América Latina da UEL, 2006. Disponível em: <<http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/segundosimposio/carolinea-raujobordalo.pdf>> Acesso em: 01 Nov. 2013.
- BRASIL, Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil. Guia de financiamento para agricultura de baixo carbono. Brasília: CNA, 2012.

- _____. Instituto Brasileiro de análises Sociais e Econômicas – Ibase. *Relatório Pronaf: resultados da etapa Paraná*. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Rio de Janeiro: Secretaria da Agricultura Familiar, 2006.
- _____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria da Agricultura Familiar. *Relatório de gestão 2008*. Brasília: MDA, 2009.
- BRUMER, A. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. *Revista Estudos Feministas*, v. 12, n. 1, p. 205-227, 2004.
- BRUMER, A.; SPANEVELLO, R. M. Entre o sonho e a realidade: o crédito rural para mulheres da agricultura familiar na Região Sul do Brasil. In: BUTTO, A.; DANTAS, I. *Autonomia e cidadania: políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2011.
- BUTTO, A.; HORA, K. E. R. Mulheres e Reforma Agrária no Brasil. In: LOPES, A. L.; BUTTO, A. *Mulheres na reforma agrária: a experiência recente no Brasil*. Brasília: MDA, 2008.
- CIRANDAS DO PRONAF PARA MULHERES. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2005.
- CHACON, S. S. *O sertanejo e o caminho das águas: políticas públicas, modernidade e sustentabilidade no semiárido*. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2007.
- DEERE, C. D. Os direitos da mulher à terra e os movimentos sociais rurais na reforma agrária brasileira. *Revista Estudos Feministas*, v. 12, n. 1, p. 175-204, 2004.
- DI SABBATO, A. *et al. Estatísticas rurais e a economia feminista: um olhar sobre o trabalho das mulheres*. Brasília: MDA, 2009.
- FARAH, M. F. S. Gênero e políticas públicas. *Revista Estudos Feministas*, v. 12, n. 1, p. 47-71, 2004.
- FARIA, N. Economia feminista e agenda de lutas das mulheres no meio rural. In: DI SABBATO, A. *et al. (Org.). Estatísticas rurais*

- e a economia feminista: um olhar sobre o trabalho das mulheres.* Brasília: MDA, 2009.
- _____. Mulheres rurais na economia solidária. In: BUTTO, A.; DANTAS, I. *Autonomia e cidadania: políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural.* Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2011.
- HEREDIA, B. M. A. de; CINTRÃO, R. P. Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro. *Revista Nera*, ano 9, n. 8, p. 1-28, 2006.
- HERNÁNDEZ, C. O. *Política de crédito rural com perspectiva de gênero: um meio de “empoderamento” para as mulheres rurais?* Tese de doutorado. Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Sinopse do censo demográfico 2010.* Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/sinopse.pdf>>. Acesso em: 01 Nov. 2013.
- LIMA, E. L. de *et al.* Crédito rural: uma análise da atuação e características do Pronaf Mulher. In: VIII CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL – NORDESTE, 2013, Parnaíba. *Anais eletrônicos...* Parnaíba: Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, 2013. Disponível em: <<http://www.viiiisoberne.com.br/anais/ARQUIVOS/GT5-134-76-20131001234005.pdf>> Acesso em: 03 Dez. 2013.
- MELO, L. A. de. Injustiças de gênero: o trabalho da mulher na agricultura familiar. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 2002, Ouro Preto. *Resumos...* Ouro Preto: ABEP, 2002.
- MENEGAT, A. S.; FARIAS, M. de F. L. *Pronaf Mulher: perspectivas para o empoderamento feminino nos assentamentos rurais do estado*

do Mato Grosso do Sul. VIII Congresso Latino-Americano de Sociologia Rural – ALASRU. Porto de Galinhas, PE, 2010.

ROSA, W. J. O *Pronaf Mulher*: conquista sem acesso. Departamento de Ciências Sociais. UFGD/PRONERA, Mato Grosso do Sul, 2010.

SILVA, J. F. A mulher como força de trabalho na modernização da agricultura no Brasil. *Revista Latino-Americana de História*, São Leopoldo, v. 1, n. 3, p. 232-248, 2012.

STEPHEN, L. Relações de gênero: um estudo comparativo sobre organizações de mulheres rurais no México e no Brasil. In: NAVARRO, Z. (Org.). *Política, protesto e cidadania no campo*: as lutas sociais dos colonos e dos trabalhadores rurais no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Editora Universitária UFRGS, 1996.

Tecendo redes e sonhos no Semiárido: um estudo sobre o protagonismo feminino na Comunidade de Mocotó, estado do Ceará

Milanya Ribeiro da Silva
Suely Salgueiro Chacon
Verônica Salgueiro do Nascimento
Carmen María Saenz Coopat
Luís Tadeu Assad

Introdução

As políticas públicas para o Semiárido, em sua maioria, não têm sido capazes de promover a inclusão dessa região no cenário de desenvolvimento nacional, nem tampouco acarretado melhorias nas condições de vida dos sertanejos. Conhecido principalmente pelas adversidades climáticas, o Semiárido brasileiro é composto por municípios dos estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe. Por ser considerado um espaço sem atrativos, quando comparado com os benefícios encontrados em outras regiões do País, o Sertão foi sendo deixado de lado nas estratégias de desenvolvimento. Isso acarretou para a região um agravamento da situação de pobreza, principalmente em períodos de seca.

Porém, a despeito das adversidades econômicas, sociais e geográficas e de práticas políticas desagregadoras, alguns moradores do Sertão vêm, por meio da forte identidade cultural e da solidariedade desenvolvida em práticas religiosas, no trabalho conjunto, no compartilhamento de recursos naturais e no uso comum de terras, construindo novas possibilidades de viver no Semiárido (TONNEAU; CUNHA, 2005). Um exemplo disso é a realidade vivenciada na comunidade de Mocotó.

Localizada no Semiárido cearense, a comunidade de Mocotó (Várzea Alegre, Ceará, Brasil) possui uma interessante experiência de fabricação e comercialização de redes de dormir. A Associação Comunitária de Mocotó foi criada no dia 30 de maio de 1989, a partir da articulação de um grupo de mulheres e de instituições parceiras. O intuito era o de encontrar alternativas de ocupação e geração de renda para os moradores da comunidade de Mocotó, porém mantendo o foco na vocação local que era a produção de redes de dormir bordadas. Por essa razão foi criada na comunidade uma minifábrica de redes de dormir que é hoje reconhecida como uma experiência de sucesso e vem servindo de modelo para diversas comunidades. Ao mesmo tempo em que o trabalho de produção de redes foi sendo consolidado, a associação se articulava para trazer benefícios, como água encanada e energia elétrica, para a comunidade. Nesse período o acesso a esses recursos ainda eram escassos até mesmo na área urbana do município de Várzea Alegre. O êxito da comunidade está fortemente relacionado ao protagonismo das mulheres que ali residem, protagonismo esse fortalecido pela valorização da identidade cultural e da criatividade a partir da fundação da fábrica de redes.

A construção de um desenvolvimento justo e incluyente requer uma profunda reflexão acerca do papel que as mulheres vêm ocupando nesse processo. Historicamente subjugadas a uma posição de subordinação, as mulheres tornaram-se as principais vítimas desse modelo de desenvolvimento atual que degrada e exclui. A reclusão das mulheres ao espaço privado as afastou das decisões do âmbito público, configurando-se este último como um espaço eminentemente ocupado pelos homens (CHACON, 2007). Mesmo diante dos importantes avanços conquistados pelo movimento social de mulheres para a participação da mulher na vida pública, ainda é urgente a necessidade de ampliação dessa participação feminina. Essa questão se torna ainda mais relevante quando falamos do desenvolvimento sustentável, que tem como um de seus principais pilares a inclusão. Medidas que promovam o protagonismo feminino são fundamentais para um maior envolvimento das mulheres nesse processo.

Diante dessas observações, o interesse da pesquisa aqui apresentada foi de analisar o protagonismo das mulheres no desenvolvimento da comunidade de Mocotó sob a perspectiva do papel que essas mulheres ocupam na organização da associação e da fábrica de redes de dormir. Por ser parte de uma pesquisa de dissertação, o artigo está estruturado, além desta introdução e das considerações finais, em quatro partes. A primeira parte traz os aspectos metodológicos que nortearam a pesquisa. A segunda abriga uma caracterização da comunidade estudada. A terceira parte aborda o referencial teórico sobre protagonismo feminino e a sua relação com o desenvolvimento sustentável. Por fim, a quarta parte apresenta os principais resultados e discussões sobre os aspectos do protagonismo feminino na comunidade de Mocotó.

Percurso Metodológico

Esta se configura como uma pesquisa de natureza qualitativa com realização de um estudo de caso. A escolha pela metodologia qualitativa se deu por ela ser uma abordagem que privilegia a compreensão das relações sociais, permitindo assim uma maior aproximação com o objeto de estudo. A pesquisa qualitativa busca responder a questões muito específicas, não quantificáveis (MINAYO, 2010), o que é o caso da pesquisa aqui desenvolvida, que pretendeu estudar o universo dos motivos e significados que compreendem o fenômeno. O estudo de caso consiste em compreender as minúcias de um caso específico, sem a pretensão de formular generalizações. O que se deseja é aprender sobre as particularidades e complexidades do caso escolhido (STAKE, 1995; YIN, 2001). O foco de interesse está no individual (GODOY, 2006).

A coleta de dados ocorreu entre os meses de Junho e Outubro de 2014 e foi realizada em três etapas. No primeiro momento foi utilizada como técnica de coleta de dados a observação participante. Marconi e Lakatos (2003) definem a observação participante como a presença real do pesquisador na situação ou grupo que se deseja estudar. Exercendo influência e sendo influenciado por seus observados. Ao interagir com o contexto dos atores envolvidos, o pesquisador consegue capturar o

cotidiano dos sujeitos da pesquisa e entender como eles reagem diante das situações vivenciadas (BECKER, 1994). A utilização da observação participante perdurou durante toda a pesquisa de campo empírico, atrelada a conversas informais com os moradores da comunidade. Por ser a descrição em profundidade uma característica das pesquisas que utilizam estudo de caso, foram realizadas notas de campo como mecanismo para registrar as observações realizadas.

Em um segundo momento, após os primeiros contatos com os moradores da comunidade, em geral, e com as mulheres artesãs vinculadas à fábrica de redes de dormir em específico, foi feita a proposta de construção do mapa participativo da comunidade. O mapa participativo é uma ferramenta que compõe a metodologia do Diagnóstico Participativo Rural (DPR), esta, por sua vez, consiste em uma metodologia alternativa de pesquisa que permite aos atores pesquisados compartilharem experiências e opiniões baseadas em seus próprios critérios de relevância, ao invés de bombardeá-los com perguntas previamente elaboradas (VERDEJO, 2006). A proposta de construção do mapa participativo da comunidade de Mocotó teve como principais objetivos: a) Levantar informações sobre os elementos do uso do espaço, as condições de vida e a estrutura social da comunidade; b) Elaborar uma concepção compartilhada sobre a atual situação social e de utilização do espaço na comunidade; c) Identificar as principais mudanças percebidas pelas artesãs na comunidade ao longo dos anos; e d) Fomentar o debate sobre novas necessidades e possibilidades.

Devido ao importante papel desempenhado pelas artesãs da fábrica de redes na história da comunidade e por ser o protagonismo feminino o foco deste trabalho, as mulheres vinculadas à fábrica de redes São Pedro foram escolhidas como testemunhas privilegiadas para a elaboração do mapa. A escolha dessas testemunhas é feita pelo julgamento do próprio pesquisador conforme os papéis sociais de relevância assumidos por cada uma delas para a pesquisa, ou seja, deverão ser analisadas suas capacidades de contribuir com perspectivas e informações úteis que abranjam os intentos da pesquisa (DUARTE, 2005). Atualmente a fábrica de redes São Pedro possui dez artesãs associadas, sendo que

cinco delas participaram das primeiras reuniões para organização da associação comunitária de Mocotó, ainda na década de 1980.

No terceiro e último momento da pesquisa de campo, a coleta de dados foi feita por meio de entrevistas semiestruturadas com todas as dez mulheres artesãs vinculadas à fábrica de redes São Pedro. A entrevista semiestruturada, apesar de possuir um roteiro contendo perguntas-chave alinhadas com o objetivo da pesquisa, permite uma maior liberdade ao pesquisador. Ele poderá redefinir e aprofundar os questionamentos de acordo com as diferentes circunstâncias que surgem durante a realização de cada entrevista (MANZINI, 1991). As entrevistas semiestruturadas permitem ao pesquisador a compreensão dos significados atribuídos pelo entrevistado às questões relativas à pesquisa, suas motivações e o entendimento de mundo que fundamentam seu posicionamento e opiniões (GODOY, 2006).

Além das dez entrevistas, foram feitas mais duas entrevistas complementares não estruturadas com duas artesãs. Essas foram realizadas tendo em vista que elas, além de artesãs, são professora e agente comunitária de saúde. Os depoimentos coletados durante as entrevistas e que são apresentados ao longo do texto se encontram identificados com os nomes verdadeiros das mulheres entrevistadas, que concederam autorização por escrito para tal.

Para a análise dos dados obtidos por meio dos diferentes instrumentos de coleta, foi utilizada a técnica de triangulação das informações. A triangulação permite um aprofundamento do pesquisador no contexto que influencia os sujeitos da pesquisa e uma melhor interpretação das inter-relações entre as falas, as ações e os fatos (SOUZA; ZIONI, 2003). A partir da triangulação foi possível estabelecer a pertinência dos dados coletados e analisar o fenômeno diante das diferentes perspectivas.

A Comunidade de Mocotó

O Sítio Mocotó está localizado na zona rural do município de Várzea Alegre, estado do Ceará, Nordeste do Brasil. O município compõe a macrorregião do Cariri, Centro-Sul, e faz limite ao norte com os

municípios de Cedro e Cariús, ao sul com os municípios de Farias Brito, Caririaçu e Granjeiro, a leste com os municípios de Granjeiro e Lavras da Mangabeira e a oeste com os municípios de Cariús e Farias Brito. O povoamento dessa região ocorreu entre os séculos XVIII e XIX e culminou com a criação do município no ano de 1870 e a sua instalação, em 1872, por meio do desmembramento do pequeno povoado que pertencia ao município de Lavras da Mangabeira (IBGE, 2013).

Com uma área de 835,71 km² (IPECE, 2012), além do distrito-sede, o município de Várzea Alegre é composto por outros cinco distritos: Calabaça, Canindezinho, Ibicatu, Naraniú e Riacho Verde. A população total do município é de 38.434 habitantes, sendo que 62,17% residem em área urbana e 37,83% em área rural (IPECE, 2012).

O município de Várzea Alegre, a partir dos anos 1980, começou a ser conhecido pela sua produção artesanal de redes de dormir, o que levou posteriormente à criação de um Arranjo Produtivo Local (APL)⁴. Os principais produtos desse APL são as redes de sol a sol (rede de tecido sol a sol e varandas de fios), redes de fio cru (rede de tecido confeccionado em teares de madeiras) e redes de linha (rede confeccionada em linha em teares de madeira), com destaque para as redes sol a sol. O artesanato de redes de dormir é tradicional no município e envolve moradores da área rural e urbana, principalmente mulheres, reunidos em organizações formalizadas ou não formalizadas ou mesmo como produtores individuais (CEARÁ, 2013).

O Sítio Mocotó pertence ao distrito-sede do município de Várzea Alegre e possui uma população de 136 habitantes, distribuídos em 35 famílias. A comunidade está localizada às margens da Rodovia CE-060, também conhecida como “Estrada do Algodão”, que liga o município de Várzea Alegre ao município de Granjeiro. A distância entre a comunidade e a sede municipal é de 12 km.

O mapa traz a representação da comunidade de Mocotó (Figura 1). A elaboração é das próprias mulheres artesãs da comunidade e ocorreu

4 “Arranjos Produtivos Locais são aglomerações de empresas, localizadas em um mesmo território, que apresentam especialização produtiva e mantêm algum vínculo de articulação, interação, cooperação e aprendizagem entre si e com outros atores locais, tais como: governo, associações empresariais, instituições de crédito, ensino e pesquisa.” (SEBRAE, 2003, p. 12)

em um processo de criação coletiva que já foi descrito anteriormente. O mapa, além de trazer os elementos do uso do espaço, apresenta também o que as mulheres que o elaboraram chamam de “marcos da comunidade”.



Figura 1 – Mapa da comunidade de Mocotó elaborado pelas mulheres artesãs.

Foto: Milanya Ribeiro da Silva.

Os marcos são os elementos que têm valor simbólico para a história da comunidade e que identificam a mesma, quais sejam: a) As árvores: antes que houvesse um grupo formalizado de produção artesanal de redes de dormir, as jovens mulheres da comunidade costumavam se reunir embaixo das árvores de grande porte para fazer crochê, costurar, conversar e escutar as notícias em um rádio de pilha. Foi à sombra das árvores que surgiu a ideia de criar um grupo de produção artesanal e

que muitas discussões sobre as necessidades da comunidade foram realizadas; b) Prédios coletivos: os prédios da associação e da casa digital e o galpão para guardar o trator são considerados marcos importantes das conquistas da comunidade. Esses prédios foram construídos ou reformados com recursos advindos do trabalho de articulação dos moradores e representam, portanto, muitas das transformações vivenciadas no Mocotó. A capela também tem um forte significado para a comunidade, que é de tradição católica. Foi nos encontros religiosos de jovens, realizados na década de 1980, o início do agrupamento dos moradores da comunidade, principalmente mulheres, com o intuito de resolver os problemas da comunidade. A capela é hoje um espaço de encontro para celebrar os festejos do padroeiro da comunidade e do Natal e realizar cultos dominicais; c) Sistema de abastecimento de água: o acesso à água de qualidade para consumo humano, para os animais e para a agricultura também foi representado no mapa por meio da indicação do poço, da caixa d'água e da barragem pública; e, d) Serra Negra: a Serra Negra compõe o relevo do município de Várzea Alegre e recebe esse nome por ter uma vegetação densa, o que a torna bastante escura. É possível avistá-la já na entrada da comunidade e essa é a paisagem que todos os moradores veem quando saem das suas casas.

As pessoas residentes em Mocotó em sua maioria nasceram na própria comunidade e possuem laços de consanguinidade. A população em idade economicamente ativa representa 80,88% do total. Em termos de ocupação da população, na comunidade de Mocotó existe pouca diversidade. A maior parte está ligada à agricultura familiar de subsistência com a produção de milho, feijão e hortifrúteis (60%). A principal fonte de renda está no artesanato, seja na produção de redes de dormir ou na confecção de outros produtos em crochê e bordado. Em períodos de grande estiagem, quando a produção agropecuária é reduzida, é o artesanato o único recurso financeiro de que as famílias dispõem. Os homens estão ocupados principalmente na agricultura (98%), apenas um trabalha com o artesanato. As mulheres por sua vez estão mais vinculadas à produção artesanal (67,8%) (Tabela 1). É necessário deixar claro que os dados que constam na tabela expressam a principal ocupação de cada

morador, mas no dia a dia as atividades se misturam. Muitas mulheres artesãs também realizam trabalhos agropecuários e os homens, estes em menor proporção, colaboram com as atividades artesanais.

Tabela 1 – Distribuição das pessoas ocupadas na comunidade de Mocotó por tipo de ocupação e por gênero

Principal Ocupação	Qtd. Homens	Qtd. Mulheres	Total	%
Agricultura	50	16	66	60,00
Artesanato	1	40	41	37,27
Professor	-	2	2	1,82
Agente de Saúde	-	1	1	0,91
Total	51	59	110	100,00

Fonte: Elaborada pelos autores a partir da pesquisa de campo.

O Sítio Mocotó possui uma associação comunitária com 28 associados e tem como principal objetivo a melhoria das condições de vida dos moradores da comunidade. A Associação Comunitária de Mocotó já conseguiu trazer inúmeras melhorias para a comunidade, como energia elétrica e água encanada e, por essas razões, a Associação de Mocotó é hoje reconhecida como uma experiência de sucesso e vem servindo de modelo para diversas outras comunidades. A importante atuação das mulheres para a criação e manutenção da Associação Comunitária de Mocotó e as transformações ocorridas na comunidade decorrentes desse trabalho feminino estão apresentadas nas próximas seções.

Protagonismo Feminino para o Desenvolvimento Sustentável

Sen (2010) aponta que, nos estudos sobre desenvolvimento, uma das áreas mais negligenciadas tem sido o alcance da condição de agente das mulheres. Tal fato deve ser corrigido urgentemente, pois:

Já não mais receptoras passivas de auxílio para melhorar seu bem-estar, as mulheres são vistas cada vez mais, tanto pelos homens como por elas próprias, como agentes ativos de mudança: promotoras dinâmicas de transformações sociais que podem transformar a vida das mulheres e dos homens (SEN, 2010, p. 246).

O que o autor propõe é que a mulher seja compreendida como “alguém que age e ocasiona mudança” (SEN, 2010, p. 34), e não mais como uma “paciente”, o que determina uma nova dinâmica na elaboração e implementação de políticas públicas e na condução do processo de desenvolvimento (COSAC; PEREIRA, 2008). As mulheres não podem ser vistas como meras receptoras a quem o processo de desenvolvimento concederá benefícios. Elas precisam ser capazes de decidir como usar suas capacidades, se responsabilizando pelo próprio bem-estar. Mas, para isso, as mulheres precisam de fato possuir essas capacidades e não apenas desfrutá-las em teoria e isso depende da natureza das disposições sociais a que elas estão expostas (SEN, 2010).

Na década de 1990 várias conferências discutiram as relações entre o desenvolvimento sustentável e a igualdade entre os gêneros, o que resultou em compromissos globais referentes ao tema. O princípio 20 da Declaração do Rio afirma que “as mulheres têm um papel vital no gerenciamento do meio ambiente e no desenvolvimento. Sua participação plena é, portanto, essencial para se alcançar o desenvolvimento sustentável” (ONU, 1992). A Agenda 21, em seu capítulo 24, destaca a importância de os governos promoverem medidas para eliminar os obstáculos à plena participação das “mulheres no desenvolvimento sustentável e na vida pública” (ONU, 1995). Entendemos, portanto, que a ampliação da participação da mulher no desenvolvimento sustentável passa necessariamente pela efetivação de seu protagonismo.

É a partir dos anos 1980 que a utilização do termo protagonismo torna-se mais frequente, principalmente em textos e documentos elaborados por agências internacionais, órgãos do governo e Organizações Não Governamentais (ONGs) (BORGES, 2012). A palavra protagonista é de origem grega (*protagonistés*) e indica o agente principal de uma ação, podendo ser esse agente um indivíduo ou um grupo, uma organização ou um movimento social (COSTA, 2000). Protagonista é então aquele que assume posição de frente diante das situações de interesse pessoal e também nas ações de interesse coletivo, participando dos processos de diálogo, de execução de ações e planos e de negociações (BORGES, 2012).

Dessa forma, podemos entender o protagonismo feminino como a capacidade das mulheres de, saindo de um processo de subordinação, assumirem a direção de suas vidas, participando de debates e discussões e tendo plenas condições de atuarem ativamente na implementação de projetos, planos e políticas de seu interesse e, também, desses mesmos debates e ações em benefício da coletividade.

Possui influência direta no protagonismo feminino o alcance da autonomia econômica. Diante de situações adversas, que emergem tanto no contexto familiar quanto no trabalho, as mulheres têm conseguido encontrar alternativas para solucioná-las e manterem um desenvolvimento local harmônico. Porém, os desequilíbrios da participação feminina na geração de renda ainda se configuram como um obstáculo para a efetivação da atuação da mulher na promoção do desenvolvimento (OLIVEIRA; MWEWA, 2013). A autonomia econômica das mulheres torna-se fator essencial para transformar as relações de subordinação a que estão submetidas. O acesso ao trabalho digno e à renda própria é uma condição fundamental, ainda que não suficiente, para tornar as mulheres capazes de decidir sobre seus projetos de vida, ou como meio para que elas consigam sair de condições de violência ou dependência (GONZALEZ, 2013).

Sem dúvida, a cidadania não se limita à conquista de direitos sociais do indivíduo como trabalhador(a). No entanto, numa sociedade extremamente desigualitária, quer seja nas relações entre as classes, quer seja nas relações entre sexos, a construção da cidadania começa pelo direito ao trabalho e os consequentes direitos sociais a ele relacionados (CARNEIRO, 1994, p. 15).

As mulheres que vivem no meio rural em geral exercem atividades vinculadas à esfera reprodutiva (cuidado com a casa e com os filhos), enquanto que os homens executam atividades vinculadas à esfera produtiva (produção e comercialização de produtos agrícolas). Quando falamos em trabalho feminino no campo estamos muitas vezes nos referindo a uma superjornada de trabalho que geralmente é subestimada, pois a atividade

doméstica não é reconhecida como trabalho e as atividades na agricultura, cultivo de hortaliças e criação de pequenos animais são tidas apenas como um auxílio ao trabalho do marido, com baixa ou nenhuma remuneração. Mesmo quando as mulheres realizam atividades produtivas, sua responsabilidade com as atividades reprodutivas não diminui, havendo então um acúmulo de horas e de carga de trabalho (FARIA, 2009).

Apenas considerando as atividades tipicamente domésticas da mulher do campo já nos deparamos com uma jornada de trabalho extensa e cansativa: cuidado das crianças, dos doentes e idosos, apoio para manter a família unida e abastecimento de água (quando não existe o abastecimento de água direto na residência é necessário percorrer longas distâncias) e lenha (essa é uma atividade que exige esforço físico tanto para cortar a madeira quanto para transportar os feixes) (MARINHO; CHAVES, 2013).

Nas atividades agrícolas as mulheres ocupam posição de subordinação em relação ao trabalho que é realizado pelos homens. A participação delas fica restrita às atividades realizadas dentro da propriedade, enquanto que os homens assumem as responsabilidades econômicas, como venda de produtos e compra de insumos, sendo assim considerados os provedores da casa (BRUMER, 2004; RUA; ABRAMOVAY, 2000).

Para Brumer (2004) são evidências da posição subordinada das mulheres na atividade agrícola: a) a força de trabalho empenhada pelas mulheres nas atividades produtivas para fins comerciais é apenas somada a um esforço coletivo, centralizado na figura masculina, e atribui-se a esse trabalho das mulheres o status de “ajuda”; b) o trabalho das mulheres, mesmo quando na esfera produtiva, em geral ocorre apenas no interior do estabelecimento, ficando a cargo dos homens os contatos externos com fornecedores, compradores, sindicato, cooperativa, bancos e assistência técnica; c) as mulheres, na maioria das vezes, não têm acesso ao conhecimento tecnológico necessário para a administração do estabelecimento; e, d) as mulheres não participam da administração e decisões de investimento dos recursos obtidos com a atividade produtiva.

O que há, portanto, é um não reconhecimento, uma invisibilização do trabalho realizado pelas mulheres. Esse fato pode ser verificado

principalmente pelo alto número de mulheres moradoras da zona rural que não recebem qualquer tipo de remuneração. O trabalho doméstico é visto como algo próprio do gênero feminino, “um jeito de ser mulher” que compõe a sua identidade primária (MELO; CONSIDERA; DI SABBATO, 2005; FARIA, 2009). As atividades produtivas aparecem em segundo plano, mesmo que sejam executadas durante várias horas por dia, como um trabalho complementar ao que é realizado pelo marido. Segundo Melo e Di Sabbato (2006), a invisibilidade do trabalho das mulheres e a inferioridade do papel feminino estão presentes em nossa sociedade como um todo, porém aparecem de forma mais acentuada no meio rural devido à introjeção dessa cultura patriarcal de dominação masculina inclusive por parte das próprias mulheres.

Dessa forma, a autonomia econômica da mulher que vive no campo está intimamente ligada com a possibilidade dela de desenvolver atividades que possam lhe garantir uma renda própria na qual ela tenha poder de decisão e também a possibilidade de compartilhar com seu marido ou companheiro as atividades domésticas e de criação dos filhos.

Aspectos do Protagonismo das Mulheres na Comunidade de Mocotó

No caso do Semiárido, defender a qualidade de agente das mulheres que moram nessa região constitui-se em condição necessária para o alcance de mudanças positivas para todo o Sertão, pois são elas as responsáveis pela sobrevivência desse espaço atualmente.

Programas europeus de fomento ao desenvolvimento já demonstravam, na última década do século XX, reconhecimento pelo papel da mulher no meio rural, como produtora e mesmo como guardiã de valores socioculturais. E nesse sentido é assinalada a importância para as políticas de desenvolvimento que estas incorporem esse reconhecimento em seu planejamento (CHACON, 2007, p. 216).

O Semiárido possui uma população de maioria feminina, são

11.436.254 mulheres, o que corresponde a 50,6% do total de habitantes (MEDEIROS *et al.*, 2012), e são elas que vêm sustentando o Sertão social, cultural e economicamente. Além de cuidarem da casa, dos filhos e dos idosos, também ocupam a maioria dos empregos públicos disponíveis na região (CHACON, 2007).

As mulheres sertanejas ficaram conhecidas como as viúvas da seca, pois permanecem no Sertão esperando o retorno de seus maridos que vão embora à procura de trabalho em outras regiões do País quando chega o período de estiagem no Semiárido. Estes por sua vez passam a maior parte do ano fora de casa, enviando remessas de dinheiro para o sustento da mulher e dos filhos que ficaram no Sertão. Outros abandonam a família e nunca mais retornam. Essa cena ainda se repete até os dias de hoje, e as mulheres vão conduzindo a vida no Semiárido enfrentando as adversidades e a solidão. A mulher sertaneja é a mãe e a avó, que cuida dos filhos, dos netos e da casa, mas é também a professora, a agente de saúde, a auxiliar de enfermagem, a líder comunitária. Elas conhecem a história do lugar, seus problemas e possibilidades, porém ainda não foram adequadamente reconhecidas no processo de planejamento do desenvolvimento e na formulação de políticas públicas para essa região (CHACON, 2007).

Nas décadas de 1970 e 1980 os sucessivos períodos de estiagem levaram à falta de emprego e renda para a maioria dos moradores do Sítio Mocotó que dependiam da agricultura para a sua sobrevivência. Essa situação acarretou um forte êxodo rural, levando os homens a viajarem para cidades do Sudeste do País, principalmente São Paulo, enquanto as mulheres permaneciam na comunidade, cuidando da casa e dos filhos, e aguardavam seus maridos enviarem dinheiro para o seu sustento. A fala de Rosa descreve essa realidade:

Na década de 80, tinha muito êxodo rural, todos os nossos parentes quando completavam 16, 17, 18 anos, a tendência era ir embora daqui. Sempre foi assim porque aqui não tinha meio de sobrevivência. Eles iam pra São Paulo. (Rosa – fragmento de entrevista concedida no dia 09 de agosto de 2014)

Em 1984 foi criado na comunidade de Mocotó um grupo de jovens

ligado à igreja católica. O grupo era liderado por Rosa, que antes de articular a criação do grupo religioso de jovens, já era professora de eucaristia das crianças da comunidade. As reuniões do grupo eram realizadas semanalmente no formato de rodízio na casa de seus membros. Além de fazer leituras e meditações bíblicas, o grupo também se articulava para arrecadar dinheiro, por meio de rifas e bingos, para a construção de uma capela na comunidade. As reuniões do grupo eram também um espaço para discussão dos problemas enfrentados pelas pessoas que ali moravam.

Aí a gente se agrupou, se agrupou em um grupo pra evangelizar. O que é que nós fazíamos? Nós nos reuníamos nos domingos e cada um contava a necessidade, o que aconteceu. Na casa tem um doente? Aí nós íamos, evangelizávamos e ia se juntando em mutirão, ia nas renovações nas casas das famílias e fomos crescendo. (Rosa – fragmento de entrevista concedida no dia 09 de agosto de 2014)

Rosa, na época em que iniciou o grupo de jovens, era uma das poucas pessoas da comunidade que tinha tido a oportunidade de estudar. Mesmo enfrentando dificuldades, por ser portadora de atrofia dos membros superiores e inferiores e sua família não tendo condições financeiras de enviá-la para estudar na área urbana de Várzea Alegre, Rosa encontrou maneiras de dar continuidade aos estudos. Ela fazia e vendia peças em crochê para conseguir dinheiro e pagar o transporte que a levava da comunidade para a escola.

[...] eu fazia crochê pra eu pagar um pau de arara pra fazer educação integrada em Várzea Alegre, fazer supletivo. Tinha dia que eu ia, mas não dava para eu ir na cabine. Como eu sou pequena, alguém me botava lá em cima da carroceria do caminhão pra poder eu ir fazer prova. (Rosa – fragmento de entrevista concedida no dia 09 de agosto de 2014)

O acesso à educação sempre foi uma dificuldade para os moradores da comunidade, como relata Vera:

[...] a escola a gente fazia uma série só, repetia. Eu terminei tarde porque eu fazia a primeira série não sei quantas vezes, porque não tinha aquela professora que ensinasse aquela outra série. Assim eu ficava repetindo de ano em ano, por causa que não tinha o professor pra continuar aquela série. Aí fui pra Várzea Alegre, porque também não tinha transporte pra ir levar os alunos. Ou o pai alugava uma casa em Várzea Alegre, mas meus pais não tinham condições de alugar uma casa, ou então os pais iam deixar todo dia de bicicleta e ia pegar, é longe. Eu fui morar com meus avós em Várzea Alegre e estudei lá acho que ainda três anos. (Vera – fragmento de entrevista concedida no dia 29 de setembro de 2014)

Nas reuniões do grupo de jovens havia uma maior participação de mulheres, a maioria com idade entre dez e 15 anos. Cileide, irmã já falecida de Rosa, também participava do grupo e costumava ensinar às outras jovens o artesanato em crochê. O grupo de meninas começou a aumentar e elas passaram a vender suas peças em crochê que eram utilizadas para enfeitar redes de dormir. Raimunda traz em seu relato a prontidão de Cileide em ensinar as demais meninas que participavam do grupo de jovens a fazer o crochê:

Eu aprendi com a Cileide, irmã das meninas. No tempo nós tava aqui e ela disse: ‘Vocês vem pra cá pra eu ensinar vocês a fazer crochê’. Eu tinha tanta vontade de fazer crochê porque eu via elas fazendo, aí eu disse: ‘Meu Deus do céu, mas como é que eu aprendo?’ Ela disse: ‘Venha pra cá dia de domingo que eu ensino tudo a vocês a fazer crochê’. Ela ensinou e depressinha eu aprendi. (Raimunda – fragmento de entrevista concedida no dia 29 de setembro de 2014)

Nesse período, a praga do bicudo, que comprometeu as plantações de algodão no Nordeste brasileiro, impossibilitava que na comunidade

de Mocotó fossem produzidas redes de dormir. Algumas famílias que ali residiam faziam todo o processo de produção das redes de forma manual, inclusive confeccionavam o fio de algodão que era utilizado para tecer as redes. Uma única rede demorava cerca de um ano para ser feita e era utilizada apenas para uso pessoal ou então vendida para algum parente que morava em outro estado. Devido à escassez de algodão não foi mais possível fazer o fio natural e apenas aqueles que possuíam recursos para comprar tecidos continuaram a confeccionar as redes no município. Na comunidade de Mocotó nenhuma família possuía condições financeiras para tal e por essa razão muitas mulheres faziam apenas os enfeites de crochê com a linha que recebiam de fabricantes de redes.

Em 1987, com o apoio do Centro de Apoio Gerencial do estado do Ceará (Ceag/Ceará) e de outras instituições parceiras, o grupo de jovens mulheres artesãs passou a realizar reuniões para discutir os problemas enfrentados pelos moradores da comunidade. Para tanto, as próprias mulheres elaboraram um questionário e passaram em todas as residências da comunidade perguntando sobre as condições de vida e as principais dificuldades encontradas para se ter uma vida digna. Percebeu-se que de forma mais imediata os moradores da comunidade necessitavam de uma alternativa de geração de ocupação e renda. Foi decidido, de forma coletiva, que seria instalada uma pequena fábrica para a produção de redes de dormir com tecidos do tipo sol a sol, tecido resistente de fibra natural de algodão, de forma a manter a vocação da comunidade para o trabalho artesanal.

O fortalecimento do grupo de produção de redes de dormir fez com que as mulheres que dele participavam fossem gerando uma renda própria, que era convertida para o bem-estar de toda a família. As falas seguintes revelam essa saída da dependência financeira dos pais ou maridos:

[...] nós não tínhamos ganho de nada, vivia de roça. Todo consumo de dentro de casa, toda despesa era de roça [...] Comecei a fazer uma redinha, a ganhar um pouquinho pra ajudar nas despesas de casa [...] Eu me sinto bem, porque assim, desenvolveu muito,

a gente não tinha renda de nada. Eu sei que é pouco o que a gente ganha, mas serve muito, ajuda muito. [...] Porque assim, a pobreza aqui era grande demais e quando chegou esse ganhinho todo mundo aqui era um grupo de jovens e todo mundo se vestia, se calçava. Eu via muitas se calçar, se vestir. Porque os pais não podiam dar. Tinha casa com dez filhos, nove filhos, aí não tinha condição de dar pra todos. Ali já era uma ajuda. (Eurenice – fragmento de entrevista concedida no dia 29 de setembro de 2014)

Meus meninos quando eram pequenos meu marido não era aposentado, aí eu vinha trabalhar. O dinheirinho que eu pegava servia pra comprar alguma coisa pra eles. Aí graças a Deus eles cresceram e já tão trabalhando pra eles. Aí eu venho trabalhar aqui agora só pra mim, que meu marido se aposentou. (Raimunda – fragmento de entrevista concedida no dia 29 de setembro de 2014)

Os encontros para a produção de redes fizeram com que as mulheres percebessem e discutissem sobre outras necessidades presentes na comunidade. A realidade de descaso da comunidade incomodava o grupo de mulheres, em especial três situações: o analfabetismo, a mortalidade infantil e a pobreza. Esses três problemas se tornaram as principais causas para a criação da associação comunitária em 1989.

As mulheres que tiveram maior acesso à educação formal faziam o trabalho de alfabetização das crianças e dos jovens que não sabiam ler e escrever, outras, por meio de capacitações e apoio da Pastoral da Criança, visitavam as famílias dando orientações sobre alimentação e cuidados com as crianças. Rosa descreve em seu relato como que se deu a participação das mulheres, em especial a dela, nesse processo:

Nós ficávamos incomodadas com essas três coisas: o analfabetismo, a mortalidade infantil e a pobreza que era grande demais. Na erradicação do analfabetismo primeiro foi a Lêda, depois ela foi embora e eu continuei. Eu mesma fui professora, comecei alfabetizando. Aí depois foi Vera e Isaura e depois foi Adosina. Porque era assim, cada uma era alfabetizada e ia estudar na cidade, quando terminava os estudos lá aí

voltava pra nós continuar o processo de alfabetização. Vem a mortalidade infantil, porque na mortalidade infantil eu fui agente comunitária de saúde e também fui agente da pastoral da criança. Eu fiz cursos e treinamento na diocese do Crato e no meu município pra poder ensinar as mães a alimentar os seus filhos. Foi no tempo que nós buscamos a LBA, que era um grupo que tinha aqui, e veio alimentação do governo estadual. Trazendo a coordenadora da pastoral da família, trazendo as coordenadoras da pastoral da saúde, trazendo as coordenadoras da LBA e o povo foi aprendendo a fazer sua alimentação. Pra ajudar nisso aí e diminuir a pobreza nós criamos a associação. (Rosa – fragmento de entrevista concedida no dia 09 de agosto de 2014)

A criação da Associação Comunitária do Sítio Mocotó ocorreu no ano de 1989 e passou a abrigar o grupo de mulheres produtoras de rede e também outros moradores da comunidade que viviam apenas da agricultura. A articulação para sua fundação foi iniciada no ano anterior e contou com o auxílio do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae/Ceará). Mais uma vez o empenho das mulheres foi fundamental para que isso fosse concretizado, a princípio nas discussões e redação do estatuto e posteriormente para registrar a associação.

Após muitas reuniões e discussões ficou decidido que a associação teria como intuito principal a melhoria e a divulgação do trabalho desenvolvido por toda a comunidade, e não apenas do grupo de artesanato. Observa-se a postura solidária das artesãs nesse momento de criação da associação no depoimento de Ceilda:

Eu fui uma das que lutou e conseguiu formar a associação pra trabalhar no bem comum de todos. Porque aí a gente pensou assim, aqui tava precisando de um projeto, de pessoas pra trabalhar pela comunidade, pelo bem de todos. Aqui era uma comunidade esquecida, comunidade carente, humilde. Na época não tinha nada e a gente fundou a associação. Nós passamos dois anos discutindo com a assembleia se nós registrávamos a associação setorial, só com o público feminino, porque era só mulher, ou com um

grupo que abrangesse a população toda, mulher e homem. Então é o seguinte, passamos dois anos porque era um grupo feminino que tava trabalhando só com o artesanato, mas eu era uma das que pensava o seguinte: vamos formar uma associação que vá abranger todo o povo da comunidade, do masculino e feminino. E foi isso que a gente fez, fundou a associação, registrou. Então a gente começou a trabalhar pelo bem comum de todos. (Ceilda – fragmento de entrevista concedida no dia 10 de setembro de 2014)

A fala de Ceilda confirma o que Touraine (2007) encontrou em seus estudos, as mulheres não pretendem construir uma “sociedade das mulheres”, mas sim criar um modelo de cultura onde elas participam como atrizes, e não apenas como espectadoras, e que possa ser vivido por mulheres e homens. Segundo Touraine (2007), a transformação social e cultural proposta e efetivada pelas mulheres deve buscar a eliminação dessa oposição homens/mulheres. Caso contrário, estaríamos apenas invertendo a hierarquia e reforçando os padrões de domínio (BRAIDOTTI *et al.*, 1994).

Nessa época, o registro da associação só poderia ser realizado na cidade de Fortaleza, distante 428,6 km do município de Várzea Alegre, e possuía um alto custo, valor esse que os moradores interessados na criação da associação não dispunham. Rosa viajou para Fortaleza e conseguiu duas empresas para patrocinarem as despesas com o registro da associação e na mesma viagem ela seguiu com todos os procedimentos e realizou o registro. Na assembleia inaugural Rosa foi eleita a primeira presidente da associação e desde então as mulheres do grupo de artesanato vêm ocupando a maioria dos cargos de direção.

As atividades de direção da associação e coordenação das ações do grupo permitem às mulheres descobrirem novas potencialidades que vão além do ambiente doméstico e da confecção das redes.

Minha função assim que eu sou apaixonada, que eu gosto, é a contabilidade. Eu me identifico. Eu gosto. Sempre que vai fazer compra ou quando chega aqui pra dividir pro grupo quanto que

a gente vai pagar por mês, eu que faço aqui na associação. (Vera – fragmento de entrevista concedida no dia 29 de setembro de 2014)

A associação em si me fez crescer até dentro do meu trabalho como professora. Porque assim, quando eu entrei na associação eu tinha apenas o primeiro grau. E participando da associação eu concluí o segundo grau e lá veio nível superior e foi dentro da associação em si. Quando eu cheguei na associação, na primeira reunião estava faltando secretário e Rosa chegou logo com o livro de Ata dizendo que eu ia ser a secretária. Eu botei a mão na cabeça e fiquei doida porque eu não sabia nem o que era que fazia. Ela disse que eu ia redigir a Ata. Então ela me deu as primeiras dicas e eu fui praticando. Porque a escrita quanto mais você praticar mais você vai aprendendo, se desenvolvendo. O trabalho mensal de produção de Atas dentro da associação me serviu porque quando foi para eu fazer os meus trabalhos científicos dentro da faculdade já dava para eu escrever alguma coisa, fazer umas linhas sem tanta dificuldade. Até nisso me ajudou. Então eu quero dizer que a associação pra mim sempre foi uma escola. (Adosina – fragmento de entrevista concedida no dia 10 de setembro de 2014)

Entre as principais preocupações das mulheres da associação está a organização de cursos e capacitações para todos os moradores da comunidade, inclusive os não sócios. Os cursos são realizados na própria sede da associação e geralmente versam sobre técnicas artesanais, relacionamento interpessoal, atendimento ao cliente, gestão e associativismo, mas também ocorrem capacitações sobre novas técnicas para inclusão produtiva. A maioria do público participante dos cursos e capacitações é composta por mulheres. Esses momentos de (in)formação são reconhecidos pelas mulheres como um espaço rico para aprendizados e construção de novos caminhos que vêm fortalecendo o trabalho que elas realizam.

As artesãs de Mocotó participam de feiras de artesanato nacionais e internacionais para venderem as suas peças e fazerem novos contatos

com possíveis clientes. Elas também ministram cursos e palestras sobre a produção artesanal e a história da comunidade em todas as regiões do País. Isso permite que elas conheçam outras pessoas e estabeleçam novas parcerias para a fábrica de redes e para a associação.

Para Cordeiro (2006), a mulher ao ser reconhecida e valorizada fora do ambiente doméstico alcança também o reconhecimento do seu direito de liberdade, liberdade essa que envolve autonomia de escolhas, dos sonhos e da fala. Os discursos apresentados a seguir demonstram essa autonomia alcançada pelas mulheres de Mocotó por meio dessa visibilidade, que extrapola os limites da casa, e os sentimentos que elas possuem em relação ao próprio trabalho:

Eu me sinto importante, valorizada. Depois que nós começamos a trabalhar em grupo a gente sai, tem os encontros, tem treinamento, tem formação e a gente vai visitar outras comunidades. Traz novidades para a comunidade. Já fui dar curso também sobre bordado pra uma empresa que pagou pra mim e uma colega minha da associação, a Adosina. Nós já fomos ensinar o pessoal a fazer o processo todinho da rede, do bordado, empunhamento, acabamento. De tudo a gente já deu o curso lá em Várzea Alegre. (Vera – fragmento de entrevista concedida no dia 29 de setembro de 2014)

Minha visão de mundo também aumentou. Eu conhecia antes o quê? Várzea Alegre, Mocotó. E daí a gente já conheceu outras pessoas, já conheceu outras cidades, já viajou. Você tem uma visão de mundo lá fora diferente. Já sabe sair daqui e ir buscar algo lá fora sem nenhuma dificuldade de se posicionar diante de uma autoridade. E isso foi graças ao trabalho das redes. Até na convivência das pessoas também me ajudou muito por conta dos cursos que a gente faz. A gente vai botando em prática, a gente vai vivenciando. (Adosina – fragmento de entrevista concedida no dia 10 de setembro de 2014)

A identificação das mulheres com afazeres além dos domésticos, o reconhecimento do trabalho que elas realizam por pessoas da própria

comunidade e fora dela e a conquista da autonomia econômica por meio da atividade artesanal de geração de renda contribuíram para o estabelecimento de novas relações dentro do núcleo familiar. As mulheres que participam do grupo de produção de rede demonstram uma maior participação na vida e decisões familiares, além de apresentarem autonomia sobre as decisões pessoais. Os depoimentos a seguir revelam as novas relações estabelecidas no ambiente familiar:

Quando meu marido não tá trabalhando, que ele é agricultor, ele também ajuda em casa. Quando eu chego em casa ele já tem feito o almoço, varrido a casa assim mais ou menos, mas eu faço de conta que tá bem arrumadinha. [...] Eu vou pra Expocrato, passo 10 dias lá e meu marido não diz nada, que eu estou trabalhando. É pra investir dentro de casa, é mais uma renda, uma ajuda pra dentro de casa. Lá a gente vende mais de 100 redes todo ano. Aí já ajuda em casa. (Vera – fragmento de entrevista concedida no dia 29 de setembro de 2014)

O meu esposo também começou trabalhando comigo, meus filhos estando em casa também ajudam na produtividade. Já tem um de 18 anos e o de 24 anos que me ajudam nas vendas. Quer dizer, é um trabalho de toda a família. Muitas vezes em vez dos meus filhos estarem fazendo o que não deve, estão ali urdindo um cordão, belotando uma varanda. Vai na casa de uma produtora buscar uma mercadoria. Está indo fazer a entrega de uma rede. Tudo isso eu vejo no trabalho de rede um engajamento da família, que a gente tá ali sentado, muitas vezes tá ali sentado numa mesa, outro sentado aqui na máquina, mas estamos conversando, planejando nossas vidas. Conversando com um filho, dialogando entre marido e mulher, que a gente sempre trabalha juntos. Quer dizer, é o momento da gente se encontrar. Não é só o trabalho, a gente leva o trabalho como um lazer. (Adosina – fragmento de entrevista concedida no dia 10 de setembro de 2014)

As mulheres artesãs da fábrica de redes possuem uma importante atuação também fora da comunidade, além da participação em eventos, elas fazem representação da comunidade em assembleias e conselhos e participam de reuniões de sindicatos e secretarias. Atualmente é Adosina quem representa a comunidade de Mocotó na Federação das Associações

Comunitárias de Várzea Alegre (Famuva) e Rosa é a representante das comunidades rurais no Conselho de Cultura do município. Por meio dessa forte atuação dentro e fora da comunidade as mulheres vêm desenvolvendo um maior conhecimento sobre seus direitos e deveres como cidadãs.

As irmãs Rosa, Ceilda e Cileide, cada uma com suas habilidades de comunicação, vendas e criação de peças, respectivamente, influenciaram grandemente as mulheres da comunidade no que diz respeito à produção artesanal e à luta por uma vida mais digna no Semiárido. As dificuldades de locomoção, por serem portadoras de atrofia dos membros superiores e inferiores, não as impediram de participar ativamente dos encontros do grupo de jovens e posteriormente das reuniões e atividades da associação. Além da presença, elas tiveram uma importante contribuição na organização e gestão do grupo e no desenvolvimento da comunidade. Hoje, as demais mulheres que participam do grupo artesanal de produção de redes de dormir, também influenciam, com seus exemplos de vida, mulheres e homens da comunidade de Mocotó e também comunidades vizinhas para participarem ativamente das atividades coletivas e lutarem por uma vida mais digna. Inclusive contribuindo para modificar as construções sociais que permeiam a figura feminina em nossa sociedade, como revela a fala de Rosa:

[...] a mulher ela é a mãe, ela é a esposa, ela é a irmã, ela é a trabalhadora, ela é a economista da família. Ela trabalha e economiza o que entra na família. [...] Uma vez eu dando uma aula em uma escola para criança, criança de nove a dez anos, eu perguntei para eles na véspera do dia das mães. Eu questionei: quem é que mais trabalha na família? Todos responderam que é o papai. Todos em uma sala assim de uns 40 meninos. Quem é que se levanta primeiro na casa? É a mamãe. Quem é que lava roupa? É a mamãe. Quem é que faz o almoço? É a mamãe. Quem é que vai deixar na escola? É a mamãe. Quem é que mais trabalha? Aí eles responderam “Ah tia, é a mamãe” [...]

Veja, já cresce dizendo que a mãe é quem menos trabalha, mas a mulher é quem mais trabalha, é quem mais contribui na produção nesse País. [...] Aqui as mulheres cuidam dos afazeres da casa e trabalham pra trazer um dinheirinho pra casa, porque muitas vezes o maior dinheiro que entra é dela, aqui às vezes é. As mulheres, o dinheiro que ganha leva pra dentro de casa, pra ajudar a compor a renda da família e a sua renda. As mulheres vão para as reuniões e ainda têm um tempinho de ajudar na comunidade e em outros trabalhos também. Elas participam de cursos, elas se interessam. (Rosa – fragmento de entrevista concedida no dia 09 de agosto de 2014)

A atuação das mulheres da comunidade em todo esse processo vem sendo reconhecida. Elas venceram duas edições do Prêmio Sebrae Mulher de Negócios, nível estadual. Em 2008, Rosa foi convidada para participar do Encontro Nacional das Mulheres Rurais do México, na Cidade do México e, em 2013, participou do Projeto Mulher Artesã Brasileira que consistiu em uma exposição fotográfica e de objetos sobre o artesanato feito por mulheres realizada pela Associação Brasileira de Exportação de Artesanato (Abexa), na sede da ONU, em Nova Iorque.

A produção de redes da comunidade gera hoje ocupação para mais de 1.150 pessoas de forma direta e indireta, principalmente mulheres, que trabalham com o artesanato (Quadro 1). Participam da atividade produtiva tanto moradores da comunidade quanto de comunidades vizinhas e da própria sede urbana do município. Dessa forma, mesmo mulheres e homens que não integram alguma associação ou grupo formalizado de artesanato encontram na produção de redes de dormir da comunidade de Mocotó uma fonte alternativa de renda. O trabalho artesanal feito em Mocotó ajudou o município de Várzea Alegre a se tornar o segundo maior arranjo produtivo de redes artesanais de dormir do estado do Ceará.

Quadro 1 – Evolução da produção artesanal de redes de dormir na comunidade de Mocotó

Ano	Nº de Redes Vendidas (média mensal)	Nº de Pessoas Envolvidas nas Atividades	Rendimentos Mensais Auferidos (por artesã associada)
1989	6	20	Aprox. NCz\$ 80
1993	10	30	Aprox. Cr\$ 2.000
1998	50	100	R\$ 130 – R\$195
2003	120	700	R\$ 240 – R\$480
2008	150	1.000	R\$ 415 – R\$ 830
2013	300	1.150	R\$ 780 – R\$2.340

Fonte: Elaborado pelos autores pela autora a partir da pesquisa de campo

O processo de efetivação do protagonismo das mulheres da comunidade de Mocotó pode ser observado a partir de quatro eixos principais aqui definidos como: Autonomia Econômica, Autonomia Pessoal, Autonomia nas Relações Familiares e Autonomia Social e Política. A escolha por esses quatro eixos se deu pela compreensão de que o protagonismo feminino só se efetiva com a conquista da autonomia plena, ou seja, quando as mulheres conseguem decidir sobre a própria vida nos mais diversos âmbitos da sua atuação.

A autonomia econômica diz respeito à independência financeira das mulheres que, por meio do acesso ao trabalho digno remunerado, podem obter uma renda própria (SILVEIRA, 2004; SEN, 2010; GONZALEZ, 2013). O trabalho que é realizado pelas mulheres é fortemente influenciado pelas relações que são estabelecidas dentro do ambiente doméstico. Para tanto é necessário também repensar a divisão das tarefas de cuidado com a casa e com os filhos entre homens e mulheres e a participação das mulheres nas decisões familiares (SILVEIRA, 2004). Essa compreensão está contemplada no eixo da autonomia nas relações familiares.

Outro aspecto importante é a maneira como as mulheres se reconhecem e valorizam suas capacidades. A autonomia pessoal consiste justamente na percepção que elas têm sobre si mesmas, compreendendo que podem ser sujeitos da própria história, agentes de transformação da realidade em que vivem (SEN, 2010). Por fim, a autonomia social e

política ocorre quando as mulheres passam a ser reconhecidas no âmbito público e ocupam os espaços de decisão, tendo a liberdade para planejar e defender os interesses pessoais e coletivos (SEN, 2010; SILVEIRA, 2004; SOARES, 2004)

Ao observar a realidade vivenciada pelas mulheres da comunidade de Mocotó a partir desses quatro eixos, foi possível identificar a interinfluência existente entre eles, como mostra a Figura 2.

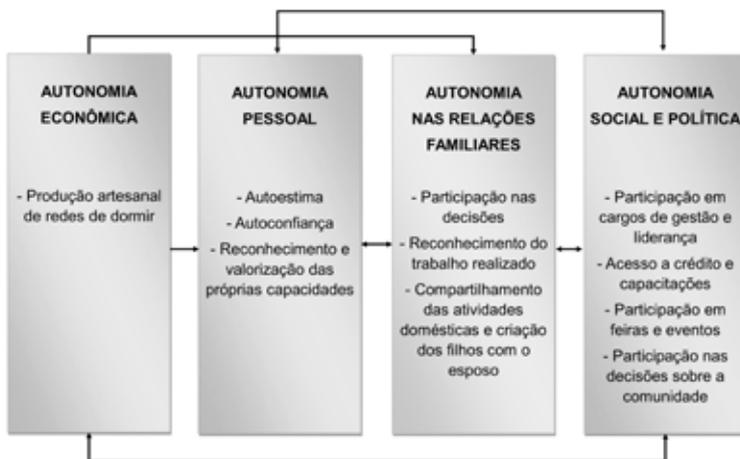


Figura 2 – Eixos do protagonismo feminino na comunidade de Mocotó.

Fonte: Elaborado pelos autores.

A autonomia econômica foi conquistada por meio do trabalho artesanal de produção de redes de dormir realizado por elas, atividade essa estimulada e consolidada com o apoio de instituições parceiras. A renda das mulheres da comunidade de Mocotó em muitas residências é a principal fonte de renda da família, portanto os recursos advindos do trabalho por elas realizado não são reconhecidos como um auxílio financeiro, mas vistos como uma importante parcela da composição da renda familiar.

A renda auferida, aliada ao reconhecimento por parte dos familiares e dos moradores da comunidade, e de fora dela, do valor do trabalho

executado por essas mulheres, influenciou na construção da autonomia pessoal destas. As mulheres desenvolveram maior autoestima e autoconfiança, fatores que influenciaram na percepção que elas têm sobre seu trabalho e suas capacidades. As artesãs da comunidade de Mocotó se reconhecem como seres humanos capazes de decidir sobre a própria vida e de conquistar aquilo que almejam para o futuro.

As novas posições ocupadas pelas mulheres dentro e fora da comunidade de Mocotó interferiram fortemente nas relações vivenciadas nos núcleos familiares. Nos relatos das entrevistadas e na interação com os moradores da comunidade foi possível perceber que as ocupações domésticas, como o cuidado com a casa e com os filhos, atividades culturalmente atribuídas às mulheres, são compartilhadas com os maridos. As mulheres possuem participação ativa nas decisões no interior da família e liberdade para gerir o próprio processo de trabalho e a renda que é gerada por intermédio deste.

A autonomia social e política ao mesmo tempo em que é o resultado dos demais eixos, possui forte influência sobre estes. O acesso à renda, as políticas de acesso ao crédito, as capacitações, a construção de novas relações para além da comunidade, são fatores que contribuíram para que as mulheres da comunidade de Mocotó hoje tenham plenas condições de participarem ativamente do planejamento e das decisões sobre a comunidade, firmando nesse espaço os princípios da cooperação e da solidariedade. Observa-se também a posição ativa desenvolvida por essas mulheres diante das reflexões sobre as injustiças a que ainda são submetidas em nossa sociedade.

No entanto, não podemos dizer que o alcance do protagonismo seja algo que ocorra de maneira idêntica na vida de todas as mulheres pesquisadas. Cada uma das mulheres vivencia experiências próprias dentro de diferentes momentos desse processo. Por essa razão caracterizar o protagonismo como algo acabado seria um equívoco. Esse é um processo de consolidação e reafirmação permanente, construído no viver cotidiano de cada uma delas.

A posição protagonista ocupada pelas mulheres da comunidade de Mocotó, apoiada na atividade de produção de redes de dormir, fez surgir

uma nova realidade na vida dos moradores dessa localidade. Por meio da associação de Mocotó o trabalho e a comercialização das redes foram ampliados, a atividade na agricultura foi fortalecida e a infraestrutura básica para uma vida mais digna foi alcançada. As principais conquistas decorrentes da articulação comunitária foram a energia elétrica, a água encanada, a ampliação da fábrica de redes e a aquisição de um trator que é emprestado aos membros da associação. Antes o trator era alugado, valor que consumia boa parte do que era produzido. Aqueles que não tinham condições de arcar com os custos do aluguel faziam o serviço de forma manual com a utilização de enxadas. Essas conquistas possibilitaram condições de vida digna aos moradores da comunidade que, além de terem acesso à eletrificação e ao abastecimento de água, também puderam dinamizar e melhorar a renda familiar, seja por meio da atividade de produção de redes de dormir ou pelo trabalho na agricultura.

A experiência da comunidade de Mocotó se destaca não apenas pelos benefícios que conseguiu gerar para os moradores que ali residem, mas também pelos efeitos que conseguiu produzir nas comunidades vizinhas e na sede urbana municipal. O trabalho artesanal das mulheres da comunidade de Mocotó influenciou grandemente o surgimento do APL de redes de Várzea Alegre, hoje o segundo maior do estado do Ceará. O APL de redes de dormir de Várzea Alegre é formado por duas associações, a Associação Comunitária de Mocotó e a Associação Comunitária dos Fabricantes de Redes de Dormir e Bordados (Associação Redes da Várzea), esta última localizada na sede urbana do município de Várzea Alegre, e por artesãos informais. A Associação Comunitária de Mocotó foi a primeira associação comunitária do município de Várzea Alegre e tornou-se um grande incentivo para que outras comunidades rurais, bairros da sede urbana e setores produtivos do município formassem associações. Atualmente Várzea Alegre possui 65 associações registradas.

Considerações Finais

A partir dos dados coletados e analisados de acordo com o referencial teórico foi possível elaborar as considerações que serão apresentadas a

seguir. A posição ativa das mulheres na busca de soluções para os problemas da comunidade demonstra uma postura protagonista desenvolvida principalmente nos encontros para a realização da atividade artesanal. A criação da associação se configura como um resultado dessa ação feminina, e também representa um espaço para o fortalecimento da autonomia dessas mulheres. Ocupando os principais cargos de gestão dentro da comunidade de Mocotó, as mulheres artesãs tornaram-se o elo principal entre os moradores da comunidade e o contexto externo. Elas, além de articularem a organização e as atividades dentro da comunidade, também participam de eventos e captam financiadores e apoiadores para os projetos locais.

A participação na associação levou as mulheres da comunidade de Mocotó a saírem de uma atuação exclusiva no âmbito privado para o âmbito público, ocupando papéis importantes no planejamento do desenvolvimento da comunidade. A atividade produtiva também possibilitou às mulheres a conquista da autonomia econômica. A renda própria, gerada a partir do trabalho artesanal da produção de redes de dormir, dá a essas mulheres um maior poder de decisão sobre a própria vida. Como a maioria das famílias da comunidade realiza a atividade agrícola apenas para subsistência, em algumas residências a produção de redes é a única fonte de renda da família, o que permite às mulheres atuarem de forma ativa nas decisões sobre os gastos e ações familiares.

As transformações ocorridas na comunidade de Mocotó (acesso à eletrificação, água de qualidade, formas alternativas de renda, educação, saúde) são o resultado do protagonismo das mulheres que ali residem e demonstram como a participação delas é de fundamental importância para o alcance do desenvolvimento sustentável. Sempre foi uma preocupação para as mulheres que todo o contexto da comunidade fosse modificado e não apenas as suas condições particulares, revelando que o desenvolvimento pensado pelas mulheres é um desenvolvimento que geralmente procura envolver e beneficiar a todos, e não apenas alguns. A situação atual vivenciada pela comunidade de Mocotó contraria a visão de que não é possível viver bem no Semiárido. A experiência de

Mocotó aponta para a possibilidade de ter uma vida digna nessa região, sem que sejam necessários auxílios externos sempre que surgem os períodos de estiagem.

Como fatores que contribuíram para o êxito da organização da comunidade de Mocotó, e que são o diferencial dessa experiência, devem ser destacados: a realização de atividades baseadas na cooperação, percebida principalmente nas práticas de mutirões; a solidariedade, pois as discussões e decisões sobre a implantação de novos projetos na comunidade estão pautadas na perspectiva do bem comum e do interesse coletivo; e o afeto, presente nas relações informais, mas também incentivado nos encontros formais (reuniões e assembleias). Esses princípios, com o esforço desempenhado pelas mulheres da comunidade e o apoio de instituições parceiras, tornaram-se fundamentais para que a comunidade de Mocotó avançasse na conquista dos seus objetivos. A atuação das mulheres à frente da gestão do grupo de artesanato e da associação, por sua vez, contribuiu para que esses princípios venham sendo fortalecidos na relação comunitária.

Referências

- BECKER, H. S. *Métodos de pesquisa em ciências sociais*. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1994.
- BORGES, G. S. *A formação do protagonismo do jovem rural a partir da pedagogia da alternância em casas familiares rurais*. 2012. 158 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Pato Branco, 2012.
- BRAIDOTTI, R. *et al. Mulher, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável: para uma síntese teórica*. São Paulo: Instituto Piaget, 1994.
- BRUMER, A. *Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul*. Estudos Feministas. Centro de Filosofia e Centro de Comunicação e Expressão da Universidade Federal de Santa Catarina. v.12, n. 1, 2004.

- CARNEIRO, M. J. Mulheres no campo: notas sobre sua participação política e a condição social do gênero. *Estudos sociedade e agricultura*. 2. Julho, 1994.
- CEARÁ. Secretaria do Desenvolvimento Local e Regional. *Arranjo produtivo local de redes de dormir*. Disponível em: <http://conteudo.ceara.gov.br/content/aplicacao/sdlr/_includes/PDFs/APL%20-%20Varzea%20Alegre%20-%20Rede.pdf>. Acesso em: 10 out. 2013.
- CHACON, S. S. *O sertanejo e o caminho das águas*: políticas públicas, modernidade e sustentabilidade no semiárido. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2007.
- CORDEIRO, R. de L. M. Empoderamento e mudança das relações de gênero: as lutas das trabalhadoras rurais no Sertão Central de Pernambuco. In: SCOTT, R. C. P. (Org.). *Agricultura familiar e gênero*: práticas, movimentos e políticas públicas. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2006.
- COSAC, C. M.D.; PEREIRA, J. L. O desenvolvimento na perspectiva do século XXI. *Serviço Social e Realidade*, Franca, v. 17, n. 1, p. 300-321, 2008.
- COSTA, A. C. G. da C. *Protagonismo Juvenil*: adolescência, educação e participação. Salvador: Fundação Odebrecht, 2000.
- DUARTE, J. Entrevista em profundidade. In: DUARTE, J.; BARROS, A. *Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação*. São Paulo: Atlas, 2005.
- FARIA, N. Economia feminista e agenda de luta das mulheres no meio rural. In: DI SABATTO, A. et al. *Estatísticas rurais e a economia feminista*: um olhar sobre o trabalho das mulheres. Brasília: MDA, 2009.
- GODOY, A. S. Estudo de caso qualitativo. In: GODOI, C. K.; BANDEIRA-DE-MELLO, R.; SILVA, A. B. da S. (Org.). *Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais*: paradigmas, estratégias e métodos. São Paulo: Saraiva, 2006.
- GONZALES, D. Os desafios da promoção da “autonomia econômica das

- mulheres” no Brasil: estratégias, discursos e práticas. In: FAZENDO GÊNERO 10, Florianópolis, 2013. Disponível em: < http://www.fazendogenero.ufsc.br/10/resources/anais/20/1384954623_ARQUIVO_DeboraGonzalez.pdf >. Acesso em: 20 fev. 2014.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Histórico: Várzea Alegre, Ceará*. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=231400&search=ceara|varzea-alegre|infograficos:-historico>>. Acesso em: 15 out. 2013.
- IPECE. Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará. *Perfil Básico Municipal 2012 Várzea Alegre*. Disponível em: <http://www.ipece.ce.gov.br/publicacoes/perfil_basico/pbm-2012/Varzea_Alegre.pdf>. Acesso em: 30 dez. 2013.
- MANZINI, E. J. A entrevista na pesquisa social. *Didática*. São Paulo, v. 26/27, p. 149-158, 1991.
- MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. *Fundamentos da metodologia científica*. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- MARINHO, A. D. S.; CHAVES, R. P. C. Protagonismo das mulheres na comunidade de Riacho do Paulo, Apuiarés-CE. In: CONTI, I. L.; SCHROEDER, E. O. *Estratégias de Convivência com o Semiárido Brasileiro: textos e artigos de alunos(as) participantes*. Brasília: Editora IABS, 2013.
- MEDEIROS, S. de S. *et al. Sinopse do censo demográfico para o semiárido brasileiro*. Campina Grande: INSA, 2012.
- MELO, H. P. de; CONSIDERA, C. M.; DI SABBATO, A. *Os afazeres domésticos contam*. Textos para Discussão UFF/Economia, n. 177. Niterói, 2005. Disponível em: <http://www.uff.br/econ/download/tds/UFF_TD177.pdf>. Acesso em: 27 nov. 2014.
- MELO, H. P. de; DI SABBATO, A. Mulheres rurais: invisíveis e mal remuneradas. In: BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Agrário. *Gênero, agricultura familiar e reforma agrária no Mercosul*. Brasília: MDA/Nead, 2006.
- MINAYO, M. C. de S. O desafio da pesquisa. In: MINAYO, M. C. de

- S. (Org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 29 ed. Petrópolis: Vozes, 2010.
- OLIVEIRA, P. da C.; MWEWA, C. M. Desafios ao protagonismo feminino para a geração de renda em Laguna – SC: gênero, bolsa família e serviço social. *Poiésis: revista do programa de pós-graduação em educação*. Tubarão, v. 7, n. 11, p. 168-181, jan-jun de 2013.
- ONU. Organização das Nações Unidas. *Agenda 21: conferência das Nações Unidas sobre o meio ambiente e desenvolvimento (1995)*. Disponível em: <<http://www.onu.org.br/rio20/img/2012/01/agenda21.pdf>>. Acesso em: 01 ago. 2014.
- _____. *Declaração do Rio sobre meio ambiente e desenvolvimento (1992)*. Disponível em: <<http://www.onu.org.br/rio20/img/2012/01/rio92.pdf>>. Acesso em: 01 ago. 2014.
- RUA, M. das G.; ABRAMOVAY, M. *Companheiras de luta ou “coordenadoras de painéis”?* Brasília: UNESCO, 2000. 348 p.
- SEBRAE. Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. *Termo de referência para atuação do sistema Sebrae em APL*. Brasília, DF, 2003. 73 p. Disponível em: <[http://201.2.114.147/bds/bds.nsf/50533C7F21014E5F03256FB7005C40BB/\\$File/NT000A4AF2.pdf](http://201.2.114.147/bds/bds.nsf/50533C7F21014E5F03256FB7005C40BB/$File/NT000A4AF2.pdf)>. Acesso em: 5 out. 2014.
- SEN, A. *Desenvolvimento como liberdade*. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Cia. das Letras, 2010.
- SILVEIRA, M. L.da. Políticas públicas de gênero: impasses e desafios para fortalecer a agenda política na perspectiva da igualdade. In: GODINHO, T.; SILVEIRA, M. L.da. *Políticas públicas e igualdade de gênero*. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2004.
- SOARES, V. Políticas públicas para igualdade: papel do Estado e diretoras. In: GODINHO, T.; SILVEIRA, M. L. da. *Políticas públicas e igualdade de gênero*. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2004.
- SOUZA, D. V.; ZIONI, F. Novas perspectivas de análise em investigação sobre meio ambiente: a teoria das representações sociais e a técnica

qualitativa da triangulação de dados. *Saúde e Sociedade*, v. 12, n. 2, p. 76-85, jul-dez. 2003.

STAKE, R.E. *The art of case study research*. Thousand Oakes, Sage: 1995.

TONNEAU, J. P.; CUNHA, L. H. Pesquisas em desenvolvimento territorial no semi-árido. *Raízes: revista de ciências sociais e econômicas*. Campina Grande, v. 24, n. 01 e 02, p. 45-53, jan-dez de 2005.

TOURAINÉ, A. *O mundo das mulheres*. Trad. Francisco Morás. Petrópolis: Vozes, 2007.

VERDEJO, M. E. *Diagnóstico Rural Participativo: um guia prático*. Ministério do Desenvolvimento Agrário: Brasília, 2006.

YIN, R. K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. Trad. Daniel Gassi – 2 ed. – Porto Alegre: Bookman, 2001.

Protagonismo feminino no Semiárido na perspectiva das dimensões da sustentabilidade: um estudo de caso da Comunidade Rural Baixio Grande, Assaré – Ce

Adelia Alencar Brasil

Suely Salgueiro Chacon

Verônica Salgueiro do Nascimento

Francisca Laudeci Martins Souza

Maria Odete Alves

Introdução

Analisar o protagonismo feminino no Semiárido brasileiro a partir das dimensões da sustentabilidade é um tanto desafiador diante do universo feminino e da complexidade que é o território do Semiárido. Para tanto, os resultados da pesquisa apresentam uma melhor compreensão desse território a partir do envolvimento das mulheres na construção deste.

Falar sobre o protagonismo feminino no Semiárido é pensar a mulher a partir de um contexto histórico, de uma trajetória de luta a partir da condição de mulher submissa e relacionar a uma nova perspectiva a partir de práticas no território da comunidade em estudo, não tão recente, mas, que faz toda uma diferença hoje na construção de um Semiárido, até então visto pela condição do sofrimento.

A mulher do Semiárido, mais especificamente, a mulher do território da comunidade rural Baixio Grande do município de Assaré, Ceará, nos remete a uma reflexão sobre a importância do seu papel na construção desse território.

Este trabalho é um recorte da dissertação intitulada “Sustentabilidade e Protagonismo Feminino no Semiárido: um estudo de caso da comunidade rural Baixio Grande, Assaré, Ceará”, defendida no ano de 2015.

A metodologia utilizada para o levantamento dos dados aqui apresentados foi a partir do Diagnóstico Rural Participativo (DRP) como uma ferramenta importante de acordo com Verdejo (2010). Apresento aqui elementos decisivos para a construção deste trabalho a partir da proposta do diagnóstico participativo, com o objetivo de analisar as relações de gênero na comunidade com foco no protagonismo feminino e nas dimensões da sustentabilidade para o desenvolvimento do Semiárido.

Dessa forma, este recorte está organizado em duas importantes seções, além desta breve introdução. A primeira seção discorre sobre o protagonismo feminino no Semiárido e, na segunda, apresento os resultados de acordo com as dimensões da sustentabilidade como elementos no desenvolvimento da comunidade rural Baixio Grande.

Portanto, compreender as mulheres no contexto do Semiárido, dar visibilidade às mais diversas atividades no meio rural, desempenhadas por elas a partir das dimensões da sustentabilidade, é também, entender os componentes importantes que complementam as relações estabelecidas na comunidade em estudo.

O protagonismo feminino no Semiárido

A palavra protagonista vem do grego *Protagonistés*. “s. 2 gên. Principal personagem de uma peça dramática; (*fig.*) pessoa que desempenha ou ocupa o *primeiro* lugar num acontecimento; figurante” (FERREIRA, 1943).

Diante dessa definição, falar em protagonismo feminino é pensar na mulher como agente modificadora da realidade na qual está inserida e atuante em desempenhar atividades de interesse individual e coletivo, manifestando o interesse pessoal a partir da sua autonomia financeira e social. Suas ações podem promover mudanças significativas na sua vida e na vida daqueles que os rodeiam.

Apesar das dificuldades para encontrar a definição específica sobre o protagonismo feminino, tomei por base o conceito de protagonismo

juvenil de Costa⁵, a mulher como protagonista, uma vez que ela atua de forma ativa, realizando em diferentes ocasiões a participação social, atuando como sujeito ativo na conjuntura social atual.

Diante do contexto, Shiva e Mies (1993) apontam:

Até agora, as mulheres não têm sido capazes de se apropriarem, ou seja, de fazer suas, das mudanças sociais a quem têm sido sujeitas no curso da história. As mulheres fazem a história, mas no passado não se apropriaram dela (fizeram sua) como sujeitas. Uma tal apropriação coletiva da história, das suas lutas, sofrimentos e sonhos passados, levaria a algo como uma consciência coletiva, sem a qual nenhuma luta pela emancipação seria bem-sucedida (SHIVA; MIES, 2003, p. 60).

Assim, percebe-se que a mulher continua a lutar por sua afirmação como sujeito ativo na construção da mesma sociedade que se apropriou de suas histórias de forma coletiva, subjugando sua capacidade uma vez que participa de forma efetiva na sua construção. Mulher esta que protagonizou atuando em diversos espaços e contribuindo de forma direta e indireta para o processo de transformação da sociedade.

Vejo uma trajetória de lutas que, apesar de todos os desafios, continua sendo a formação de “pontes” na construção de um movimento que se fortalece no mundo inteiro, que é o movimento feminista, proporcionando novas realidades nos mais diversos espaços, com a presença de atores sociais que ganham visibilidade ao protagonizar sua própria história.

Com a mulher do Semiárido brasileiro essa realidade não é diferente, ela também participa desse movimento, revelando-se ao mundo, mostrando que é possível vencer os obstáculos em qualquer lugar, independente do contexto em que está inserida, a partir das relações

5 Em publicação da Fundação Odebrecht, em 1988 Costa (2000) afirma: “O termo protagonismo juvenil, em seu sentido atual, indica o ator principal, ou seja, o agente de uma ação seja ele um jovem ou um adulto, um ente da sociedade civil ou do Estado, uma pessoa, um grupo, uma instituição ou um movimento social” (COSTA, 2000, p. 20).

estabelecidas com todas as esferas da sociedade na condição de “mulher”, apresentando-se como agente modificadora de diferentes realidades.

Porém, até a mulher se perceber como agente que possui habilidades e competências para interferir na dinâmica social, cultural e econômica, leva um tempo, pois a cultura da submissão e da negação do seu poder continua muito forte.

De acordo com Bourdieu (1989, p. 108), uma das mudanças mais importantes na condição das mulheres e um dos fatores mais decisivos da transformação dessa condição, foi o aumento do acesso das jovens ao ensino secundário e superior, relacionando com as transformações das estruturas produtivas, colocando essas mulheres no espaço administrativo e no mundo intelectual, modificando nitidamente as relações na divisão do trabalho. Essas mulheres ocupam os mais diversos espaços no mundo do trabalho.

Na comunidade em estudo, essa realidade torna-se mais complexa pela condição da mulher ante o contexto no qual está inserida. Porém, ela conseguiu aos poucos ter voz e vez diante dos conflitos e da luta diária contra um modelo de sociedade que impõe a sua condição, mulher da zona rural, do Semiárido brasileiro, com capacidades, habilidades e atitudes que provocam mudanças reais na divisão do trabalho, e interferem na organização produtiva local. Foi a partir de muitas discussões e adversidades que essas mulheres conseguiram estabelecer uma relação de confiança dentro da comunidade.

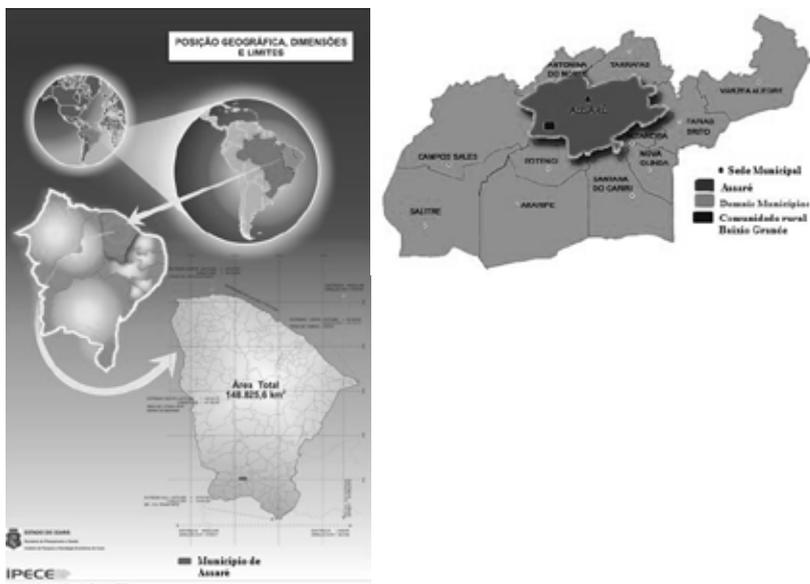
Logo, a relação das mulheres com as dimensões da sustentabilidade, como elementos que permeiam a comunidade, tem contribuído de forma direta e indireta nas ações realizadas por elas, definindo assim, seu papel e suas ações como mulheres que promovem o desenvolvimento local.

Caminho para a pesquisa

A comunidade Baixio Grande se localiza na região do Cariri, no sertão do Semiárido cearense, a 22 quilômetros da sede do município de Assaré, distante 520 km de Fortaleza. Comunidade essa que, diante da investigação empírica, deu corpo a este trabalho, a partir dos elementos que constituem sua trajetória.

A comunidade tem em sua formação 30 famílias no total, porém, a realização de toda a pesquisa contemplou um número de 26 famílias, com foco nas mulheres, por meio de um planejamento articulado ao objetivo da pesquisa para alcançar melhores resultados.

Figura 01 – Mapa de localização do estado do Ceará, município de Assaré e da comunidade Baixio Grande



Fonte: IPECE, 2010 e CPSMC – Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Crato, 2015.

A pesquisa é de natureza qualitativa, sendo utilizadas as seguintes técnicas e instrumentos para a coleta de dados: observação participante, as técnicas do Diagnóstico Rural Participativo (DRP), com foco na Análise de Gênero e a entrevista em profundidade.

As dimensões da sustentabilidade como elementos no desenvolvimento da comunidade rural Baixio Grande, Assaré-CE.

Falar em desenvolvimento sustentável e não falar em sociedade é algo impossível, sendo este termo “sustentabilidade”, ligado ao social,

extremamente complexo. O desenvolvimento sustentável procura integrar e harmonizar as ideias e conceitos relacionados ao crescimento econômico, à justiça e ao bem-estar social, à conservação ambiental e à utilização racional dos recursos naturais.

A partir do lançamento do conceito do desenvolvimento sustentável em meados da década de 1980 e sua popularização após a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92), um dos principais desafios tornou-se a construção de instrumentos para sua mensuração, pois estes também seriam instrumentos essenciais para guiar a ação e subsidiar o acompanhamento e a avaliação do progresso alcançado rumo ao desenvolvimento sustentável.

Tayra e Ribeiro (2006) mencionam que a construção de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável não é uma iniciativa isolada:

É inspirada no movimento internacional, liderado pela Comissão para o Desenvolvimento Sustentável – CSD, das Nações Unidas, que reuniu, ao longo da década de 1990, governos nacionais, instituições acadêmicas, organizações não governamentais, organizações do sistema das Nações Unidas e especialistas de todo o mundo. Este movimento, deflagrado a partir de 1992, pôs em marcha um programa de trabalho composto por diversos estudos e intercâmbios de informação, para concretizar as disposições dos capítulos 8 e 40 da Agenda 21, que tratam da relação entre meio ambiente, desenvolvimento sustentável e informações para a tomada de decisões (TAYRA; RIBEIRO 2006, p. 86).

Para tanto, a comunidade rural Baixio Grande desenvolve práticas que contemplam o desenvolvimento sustentável, a partir das dimensões da sustentabilidade: sociocultural, ambiental, econômica, político-institucional e afetiva, complementando a discussão acerca da sustentabilidade.

Apresento os indicadores de sustentabilidade na comunidade rural Baixio Grande a partir da perspectiva das dimensões citadas, definindo os indicadores e suas variáveis, norteando os resultados como aspectos identificados de acordo com as observações realizadas em campo. Assim,

estabeleço um diálogo, evidenciando as especificidades da comunidade em cada dimensão descrita, relacionando com o protagonismo feminino no desenvolvimento do Semiárido.

Quadro 1– Indicadores de sustentabilidade na comunidade rural Baixo Grande, Assaré-CE

DIMENSÕES	INDICADORES CONSIDERADOS	VARIÁVEIS
ECONÔMICA	Renda	Atividades geradoras de rendimento.
	Emprego	Ocupação da população economicamente ativa.
	Consumo	Itens de consumo pessoal e da atividade produtiva.
	Crédito	Meios de financiamentos/empréstimos.
AMBIENTAL	Queimadas	Quantidade de queimadas e incêndios.
	Água	Modos de tratamento.
	Saneamento	Formas de abastecimento de água; coleta e destino do lixo; esgotamento sanitário.
POLÍTICO- INSTITUCIONAL	Associações	Nº de associados por sexo, faixa etária, escolaridade e atividades produtivas desenvolvidas, nível de participação.
	Assentamento Irmãos Brasil	Nº de moradores, nº de famílias, sexo, faixa etária, escolaridade, atividades produtivas desenvolvidas.
	Lideranças locais	Sexo, faixa etária, escolaridade, ocupação, atividades desenvolvidas.
SOCIOCULTURAL	População	Quantidade de famílias, sexo, faixa etária.
	Saúde	Programa Saúde da Família (PSF), Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS), Benzedeiras e Parteiras.
	Educação	Escolaridade, participação em cursos e capacitações.
	Habitação	Características dos tipos de casas na comunidade.
	Cultura	Costumes locais, religiosidade, prática de mutirão.
	Mobilidade	Meios de transportes de pessoas e mercadorias
	Organização social	Participação em grupos comunitários.
AFETIVA	Comunicação	Meios de comunicação.
	Emoção	Manifestação nas experiências pessoais, vínculo, reconhecimento, visibilidade.
	Sentimentos	Gratidão, compromisso, pertencimento, integração.
	Cuidado	Relações familiares e sociais estabelecidas.

Fonte: Elaboração própria a partir da pesquisa de campo, 2014.

Esses conceitos atribuídos a novos modelos de desenvolvimento surgem com a necessidade de reverter um quadro criado pelo próprio sistema capitalista, inserindo o desenvolvimento rural, como alternativa para dar continuidade ao modelo econômico que precisa se manter ao mesmo tempo em que passa a entender que sem o desenvolvimento humano não conseguirá sobreviver, pois o que move esse processo não é nada mais nada menos que o próprio ser humano, então, dar visibilidade ao desenvolvimento sustentável é dar uma alternativa viável ao próprio desenvolvimento.

Dimensão econômica

A dimensão econômica, em sua definição no conceito de desenvolvimento sustentável, é bem mais ampla do que a simples equação de geração de emprego e de renda:

Nesse sentido, é importante destacar que, para atingir a sustentabilidade econômica, é imprescindível a igualdade na distribuição dos recursos. A esse respeito é válido mencionar alguns preceitos da Agenda 21, fruto da Rio-92, que traz como principais pontos a erradicação da pobreza, a proteção aos recursos naturais e mudança de modos de produção e hábitos de consumo (JUSTINO, 2010, p. 42).

Vale ressaltar que uma das definições expostas por Chacon (2007, p. 180) aponta para a compreensão do grau de pobreza presente no Sertão e, conseqüentemente, no Semiárido, evidenciando a vulnerabilidade e a dependência dos indivíduos diante da falta de emprego e renda. Inicialmente, a economia da comunidade até meados da década de 1990 era baseada na agricultura de subsistência com a cultura de sequeiro, arroz, milho e feijão, dependentes da quadra invernos caracterizada segundo dados da Fundação Cearense de Meteorologia (Funceme), no período dos meses de fevereiro a abril com as precipitações de chuvas irregulares.

A comunidade vem enfrentando um longo período de secas consecutivas desde 2012. Contudo, essas dificuldades enfrentadas também

oportunizaram à comunidade a vivenciar novas práticas produtivas, investimentos tecnológicos, aquisição de tecnologias sociais que viabilizaram a convivência com o Semiárido.

Nesta dimensão, evidencio os indicadores de *renda*, *emprego*, *consumo* e *crédito*, acompanhados das variáveis: atividades geradoras de rendimento, ocupação da população economicamente ativa e meios de financiamentos/empréstimos. De acordo com o primeiro indicador e sua variável percebi que a renda é fruto das atividades geradoras de renda.

Na comunidade essas atividades se caracterizam por: produção de hortifrúteis, cheiro-verde, tomate, alface, cebola, mamão, pimentão, cenoura, beterraba, batata-doce, pimenta-de-cheiro, pimentão, goiaba, quiabo e berinjela. Há a criação de animais como: ovinos, suínos, vacas leiteiras e galinhas caipiras. Outra atividade produtiva é a produção de queijo de coalho e o queijo de manteiga.

Fica evidenciada a diversidade produtiva da comunidade a partir da abertura das pessoas em potencializar essas novas atividades, porque diante das secas e das dificuldades tiveram a oportunidade de produzir outras culturas além dos produtos agrícolas básicos como o feijão, o arroz e o milho.

Quanto ao *emprego*, com a variável da ocupação da população economicamente ativa ele se apresenta na comunidade a partir da sua distribuição enquanto profissionais que atuam em sua profissão representando 4% de pedreiro (homens), 2% na secretaria escolar (mulheres), 2% como auxiliar escolar (mulheres), 4% como professoras (mulheres), 2% como agentes de saúde (mulheres), 64% de mulheres agricultoras e 67% de homens como agricultores, e outros, onde 44% são mulheres que possuem renda a partir de auxílio-doença, aposentados e estudantes que recebem a renda do Programa Bolsa Família (PBF).

O indicador de *consumo* vem acompanhado da variável de itens de consumo pessoal e atividade produtiva, os insumos de equipamentos para a produção agrícola, a compra de objetos pessoais e dos afazeres domésticos e para o lar.

O indicador de *crédito* com a variável meios de financiamentos e empréstimos caracteriza-se na comunidade com o acesso a projetos

como: projeto de criação de suínos com a aquisição de dinheiro a partir do Agroamigo, a produção de queijo com dinheiro a partir do acesso ao Crediamigo e, no caso da aquisição de terras, pelo Programa Nacional de Crédito Fundiário (PCF), nesse caso, a aquisição a partir do financiamento. Esses são os programas acessados pelas famílias para aquisição de crédito.

Vê-se que a dimensão econômica se caracteriza na comunidade de forma mais específica não apenas com os rendimentos advindos da agricultura e de pequenas criações, mas de outras fontes dentro do mesmo espaço produtivo, que se apresenta como o lugar de novas possibilidades e alternativas.

Do ponto de vista da renda, fica claro na pesquisa que a nova reconfiguração do espaço produtivo do Semiárido ocorre, principalmente, por vias de transferências de vários programas governamentais de políticas públicas que garantem essa diversidade produtiva.

Mesmo diante das mudanças e aquisição de novas atividades produtivas, ainda assim, as atividades são limitadas pela própria dinâmica populacional *in loco*, e a comercialização desses produtos vai além do seu território.

Dimensão ambiental

Esta tem como principais questões norteadoras a discussão sobre a questão ecológica e ambiental que, segundo Sachs (2009, p. 86) está “relacionada à preservação do potencial do capital natural na sua produção de recursos renováveis e à limitação do uso dos recursos não renováveis”. O mesmo menciona que, a questão ambiental “trata-se de respeitar e realçar a capacidade de autodepuração dos ecossistemas naturais”.

Para tanto, os indicadores, relacionando as variáveis a partir dos aspectos encontrados na comunidade Baixio Grande, colocam-nos diante do desafio que é a importância dessa dimensão para a convivência do ser humano com o Semiárido.

O indicador *queimadas* já não aparece com frequência, pois houve uma redução de aproximadamente 80% das queimadas nos últimos

dez anos de acordo com as novas alternativas de convivência com o Semiárido que passam a ser idealizadas pelos agricultores substituindo a agricultura de subsistência pela produção de hortifrútis, criações de animais, potencializando novas atividades produtivas de forma diversificada e provocando mudanças na relação homem/natureza reduzindo, assim, os impactos ambientais.

O advento das inovações tecnológicas, principalmente na agricultura, minimizou o indicador das queimadas. Na comunidade essa realidade está bem presente por não ser mais a prática do roço, da queimada, o preparo do solo para o plantio, a principal atividade hoje, pois nos últimos três anos (2011 a 2014), a comunidade enfrenta a problemática de secas mais severas e passou a ter acesso a uma série de projetos que viabilizaram a produção em outras atividades.

Na visão de Milton Santos (2008), em relação à modernização da agricultura, ele menciona que:

As inovações técnicas e organizacionais na agricultura concorrem para criar um novo uso do tempo e um novo uso da terra. O aproveitamento de momentos vagos no calendário agrícola ou encurtamento dos ciclos vegetais, a velocidade da circulação de produtos e de informações, a disponibilidade de crédito e a preeminência dada à exportação constituem, certamente, dados que vão permitir reinventar a natureza, modificando solos, criando sementes e até buscando, embora pontualmente, impor leis ao clima. Eis o novo uso agrícola do território no período técnico-científico-informacional (SANTOS, 2008, p. 118).

Daí decorre essa nova forma de se relacionar com a natureza e com o que ela nos propõe. O homem sertanejo passa a vivenciar novas práticas de cultivo e com elas a preocupação com os recursos disponíveis, pois a escassez destes no Semiárido é permanente por ser um fenômeno natural da sua condição climática.

O indicador *água* com a sua variável do modo de tratamento, é outra realidade hoje na comunidade. As famílias passaram a ter acesso em 2014

ao Programa *Um Milhão de Cisternas*, melhorando significativamente a qualidade da água para consumo humano.

Antes das cisternas a água para consumo era tratada da seguinte forma pelas famílias: 10% das famílias filtravam a água para o consumo, 90% usavam a cloração como importante no processo de tratamento da água e o complemento com a filtração que já era conhecido e utilizado, constituindo, assim, uma revolução tecnológica no tratamento da água (BRASIL, 2014). Ainda assim, 10% das famílias da comunidade consomem a água sem tratamento.

O indicador de *saneamento* a partir das variáveis, formas de abastecimento de água, mostra que na comunidade, 27% das famílias têm seu abastecimento a partir de poços, 73% de cacimbão e 99% de cisternas, esta última apenas para consumo humano; as demais para todas as outras necessidades. Quanto à variável de coleta e destino do lixo, na comunidade não existe a coleta, porém quanto ao destino do lixo 57% das famílias queimam ou enterram, a maior parte queima, 43% das famílias destinam a céu aberto. Já no que diz respeito à questão do esgotamento sanitário, não há sistema de esgoto na comunidade, então, 97% das famílias usam a fossa como alternativa e 3% a céu aberto.

Dimensão político-institucional

Esta aborda os aspectos da comunidade em estudo a partir do grau de autonomia dos grupos locais. De acordo com Cunha (2012, p. 135) quando fala do processo de gestão da experiência vivida com as associações locais, com a experiência de fomentar projetos que visam ao bem-estar de toda a comunidade, o nível de articulação tanto *in loco* quanto nas relações estabelecidas em redes no âmbito da própria sociedade, pressupõe pactos e interações com poderes públicos e preserva sua autonomia.

Para Maniglia (2009, p. 122), a dimensão política é a “democracia definida em termos de apropriação universal dos direitos humanos, desenvolvimento da capacidade do Estado para implementar o projeto

nacional, em parceria com todos os empreendedores e um nível razoável de coesão social”.

Segundo Irving (2012, p. 24), esta dimensão trata da orientação política, da capacidade e do esforço despendido pela sociedade para que sejam realizadas as mudanças necessárias. Nesse novo paradigma, a palavra desenvolvimento leva em conta não apenas o crescimento da atividade econômica, mas também as melhorias sociais, institucionais e a sustentabilidade ambiental, buscando, em última análise, garantir o bem-estar das populações humanas em longo prazo, assegurando um ambiente saudável para as futuras gerações.

Aqui trabalho o indicador das *associações* acompanhado das variáveis do número de associados por sexo, faixa etária, escolaridade e atividades desenvolvidas e, por fim, o nível de participação. Iniciando pela apresentação das três Associações existentes na comunidade.

- Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Baixio Grande

Esta associação foi fundada no ano de 1999 com o intuito de organizar a comunidade no que se refere a atividades produtivas já que a agricultura de subsistência nessa década era a atividade principal dos agricultores. Eles estavam iniciando a criação de pequenos animais, no caso, de ovinos.

O *número de associados* é de 32, com a participação de associados das comunidades circunvizinhas: Baixa Queimada, Izar, Varjota e Roncador. Outra realidade nessa associação é a não participação das mulheres, sendo constituída apenas por homens. Então, da comunidade em estudo, são 15 homens associados, os demais são das comunidades circunvizinhas.

Nessa associação não tem a *participação* feminina, e percebi uma associação com uma faixa etária já não tão jovem. Porém, os filhos dos associados já participam de alguma forma, mesmo não atuando como sócios de maneira efetiva.

Figura 2 – Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Baixio Grande, Assaré – Ceará

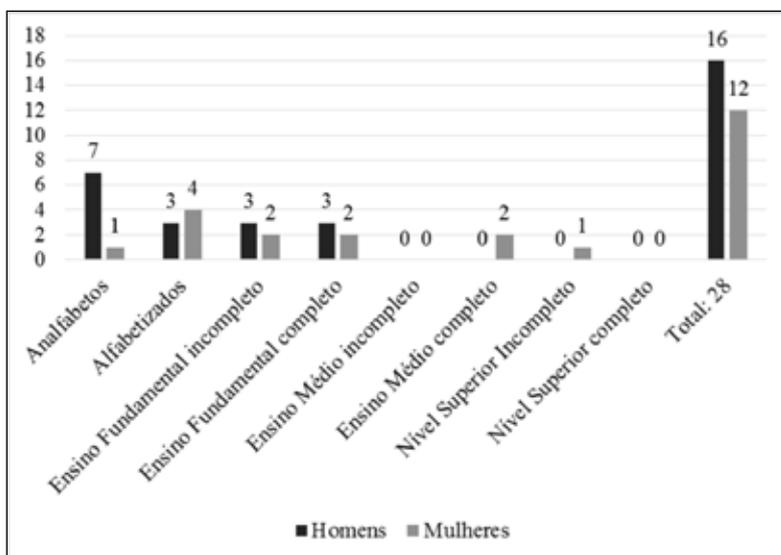


Fonte: Própria autora, 2014.

Ao participar de uma das reuniões, vi a presença de uma mulher. Adriana é filha de um dos associados, mesmo não sendo associada ela sempre está presente nas discussões, pois é presidente da Associação das Artesãs de Palha de Milho do Sítio Baixio Grande e da Associação do Assentamento Irmãos Brasil. Ela participa ajudando na organização da gestão dos recursos, por sua experiência com as demais associações.

Em relação ao perfil de *escolaridade*, representado na figura a seguir, deixa visível a dificuldade dos associados em relação ao grau de escolaridade, sendo que a maioria não possui o ensino fundamental completo.

Figura 3 – Nível de escolaridade de homens e mulheres associados na comunidade



Fonte: Elaborado pelas autoras, a partir da pesquisa de campo, 2014.

Ao participar das reuniões, que ocorrem sempre no último domingo de cada mês, observei que há uma *participação* efetiva dos associados. Mas as discussões acabam se exaurindo na prestação de contas, nas necessidades de utilização do maquinário para serviços, como: arar a terra, a colheita do sorgo; é sempre as mesmas discussões. Porém, eles demonstram habilidades e competências nos discursos estabelecidos e uma boa relação.

O *nível de escolaridade* de homens e mulheres que estão envolvidos na prática do associativismo, tem como resultado o maior nível de escolaridade entre as mulheres por se dedicarem mais aos estudos, apesar de ser o número de mulheres associadas inferior ao número de homens associados.

Quanto às *atividades produtivas desenvolvidas* pela associação, são voltadas para a criação de animais de pequeno porte no caso de ovinos e suínos, assim como a produção de animais de médio porte, no caso de um dos produtores que investe na atividade de gado de corte. Há também

a produção de milho, feijão, arroz e sorgo, sendo as primeiras para o consumo humano e o sorgo, para o consumo animal, como alternativa de sobrevivência para os animais no período de estiagem.

- Associação das Artesãs de Palha de Milho do Sítio Baixio Grande

Esta surge em detrimento da associação dos pequenos produtores, no ano de 2009, quando Adriana e Edivânia, ambas filhas de associados, ao participarem de um curso de ovinocaprinocultura não poderiam receber o certificado. Ao sentirem-se incomodadas com aquela realidade, resolveram conversar com o instrutor do curso para saber se não tinha nenhuma capacitação para as mulheres da comunidade, já que elas não tinham nenhuma alternativa de produção.

Da conversa surge a possibilidade de uma nova associação e, assim, é criada para trabalhar com o artesanato em palha de milho. Dou visibilidade aqui ao *número de associadas*, que é no total de 22 mulheres, somente mulheres, sendo da comunidade Baixio Grande um número de seis associadas; as demais das outras comunidades circunvizinhas: Baixa Queimada, Izar e Varjota.

A *faixa etária* entre elas é bem diferente das demais associações, onde a maioria das mulheres é bem jovem. Há dois anos que essa associação está sem atividade produtiva, por conta das secas consecutivas, pois sua matéria-prima advém da palha de milho.

Enquanto funcionava, tinha uma organização de trabalho bem sistematizada, assim como uma gestão organizada, fortalecendo ainda mais o artesanato. O perfil das mulheres associadas é caracterizado por uma faixa etária relativamente jovem, com idade entre 15 e 44 anos.

Quanto à *escolaridade* dessas mulheres, percebi que, apesar de ser minoria em número de associadas, possuem um grau de escolaridade maior que o dos homens associados. Quanto às *atividades produtivas desenvolvidas*, a associação tinha como principal atividade o artesanato em palha de milho com a produção de bolsas, cestos, baús, pastas escolares e abajur.

E o nível de *participação* das mulheres sempre foi o diferencial da associação. No ápice da sua produção, as mulheres tinham muito compromisso e dedicação. Foi um período importante para estabelecer relações além do território da comunidade a partir da participação das artesãs nas feiras locais, regionais e nacionais, sendo essa prática responsável pelas mudanças na vida pessoal e profissional dessas mulheres.

- Associação Assentamento Irmãos Brasil

Associação constituída de seis *famílias* e seis associados, caracterizada como uma associação *mista*, onde há a participação da mulher como beneficiária de terras e como assentada, além de ser a presidente da associação. Essa associação demonstra um grau de *escolaridade* equilibrado.

Quanto às *atividades produtivas desenvolvidas* no assentamento, há uma produção diversificada de hortifrúteis, criação de animais de pequeno e médio porte, no caso da criação de ovinos e vacas leiteiras. Destas últimas se produz o queijo de coalho.

Quanto às *lideranças locais*, aqui faço um recorte quanto ao papel das mulheres na comunidade, não somente das associadas, já que são mulheres detentoras de uma organização social por se envolverem nos movimentos religiosos, na participação em cursos e capacitações, desenvolvendo competências e habilidades, tornando-se mulheres articuladoras de movimentos dinâmicos na comunidade sem ao menos perceber a sua real atuação.

A faixa etária dessas mulheres é de uma maioria jovem com a média de 29 a 38 anos, com a atuação de uma delas de 70 anos, que é referência na comunidade por seu envolvimento com a educação e a organização religiosa.

De acordo com Alves (2012), as *lideranças locais* se dividem em dois grupos: um como “coordenador ou auxiliar nas tarefas de coordenação” e o outro como “mediador ou intermediário nas relações entre a comunidade e o mundo”. Assim ela descreve:

Nos grupos locais, o coordenador é um indivíduo que tem habilidade de organizar e orientar os trabalhos coletivos, no sentido de operacionalizar, fazer acontecer o trabalho de grupo. Sob a responsabilidade, está também o controle da divisão de tarefas entre membros e definição da época de sua execução, assim como a convocação das reuniões mensais ou extraordinárias (ALVES 2012, p. 200).

Assim se apresenta a comunidade Baixio Grande em relação à sua liderança local. Homens e mulheres que vivenciam exatamente essa realidade descrita por Alves, como comunidade organizada com maior destaque para as mulheres, por atuarem nesses espaços, responsabilizando-se pela dinâmica da comunidade em todos os aspectos.

Alves (2012) conceitua os líderes mediadores como:

[...] um grupo seletivo de indivíduos, com perfil diferenciado e um leque de ação mais amplo que o dos coordenadores de grupos. São efetivamente os responsáveis pela intermediação das relações entre atores locais, os assessores e o mundo exterior. Não são necessariamente dirigentes da Associação, mas se envolvem na gestão de atividades e nas decisões mais importantes para a comunidade. Estes atores exercem bem uma dupla função em relação ao exterior: atrair 'projetos' e apoios para a comunidade, divulgar suas qualidades (ALVES 2012, p. 201).

Na comunidade Baixio Grande, Adriana Brasil é uma das principais líderes mediadoras pelo envolvimento, principalmente, na associação das artesãs, sendo este período de 2007 a 2010, o momento em que ela, com as mulheres artesãs, conseguiu demonstrar suas habilidades de produzir o artesanato de palha de milho, e competir em nível de igualdade com grandes artesãs que já estão no mercado há muito tempo a partir das feiras.

Adriana atua na comunidade como coordenadora e mediadora, exercendo aí a dupla função em relação ao exterior por dois motivos: a

capacidade de atrair “projetos” por meio do acesso ao edital de acordo com o que ela visualiza para a comunidade através das necessidades almejadas pelas pessoas nos momentos de reunião, prática essa constante na comunidade.

Ela mesma elabora os projetos, pois já os desenvolveu ao buscar conhecimento, apoio e melhorias para a comunidade. O seu poder de articulação e diálogo com órgãos e instituições como Ematerce, Agropolos, Ministério do Meio Ambiente, com o Ministério do Desenvolvimento Agrário, Sebrae, Centec, Secretaria do Desenvolvimento Agrário, Fundação Araripe, com o próprio município e com ONGs que viabilizam ações para o desenvolvimento local, é constante, principalmente por estar sempre em busca de capacitações.

Outra questão que chama atenção é a preocupação de Adriana em envolver os atores locais, porém as pessoas são muito conservadoras, para sair da comunidade e participar de capacitações e cursos em outro município ou estado. E ainda tem o fator família já que a maioria das mulheres é casada e tem filhos. Porém, quando Adriana consegue levar cursos e capacitações para a comunidade a participação de homens e mulheres é efetiva.

Da mesma forma que eles participam das reuniões da associação, eles também se fazem presentes em todas as demais atividades realizadas na comunidade, como festas religiosas, reuniões de pais e mestres, apresentações culturais, dentre outras.

São pessoas muito receptivas, já que a comunidade passou a receber visitantes de outros assentamentos, grupos de agricultores de outros municípios para ver de perto as experiências *produtivas e atividades desenvolvidas* na comunidade a partir da implementação dos projetos de hortifrútis, da infraestrutura do próprio assentamento, da casa de ordenha mecânica, do pasto rotacionado, do sistema de irrigação, do aprisco para a criação de ovinos, das festas da colheita e da festa da padroeira.

Todas as atividades mencionadas atraem pessoas e instituições de vários lugares, desde estudantes e professores das escolas públicas municipais, estaduais e até mesmo das universidades da região, assim como

sindicatos, entre outras. Não se tem ao certo o número de visitantes na comunidade por não haver registro destes.

Ao mencionar sobre a receptividade dos moradores da comunidade, relato esse sentimento na dimensão afetiva muito presente nas relações entre as pessoas da comunidade e as comunidades circunvizinhas.

Dimensão sociocultural

A comunidade está inserida em uma área extremamente ligada à agricultura de subsistência, onde a produção por muito tempo era voltada para o consumo da família.

Conforme Chacon (2007, p. 211), essa dimensão faz parte do desenvolvimento relacionado aos seres em sociedade e, por isso, é melhor percebida localmente. Portanto, “saber como essas pessoas vivem [...]. Suas condições de vida e seus valores culturais são os primeiros pontos a serem reconhecidos e considerados”.

Para Sachs (2009 p. 85), o enfoque dessa dimensão é alcançar a homogeneidade social, a distribuição de renda justa, o emprego pleno e/ou autônomo com qualidade de vida decente, igualdade no acesso aos recursos e serviços sociais, na perspectiva cultural, o equilíbrio entre respeito à tradição e inovação, tendo em vista as mudanças, porém com continuidade, a questão da autonomia em elaboração de projetos sociais que visam a uma integração nacional e endógena, assim como a autoconfiança combinada com a abertura para o mundo.

Para tanto, a comunidade apresenta nessa dimensão a sua dinâmica social e cultural a partir dos indicadores e das variáveis que norteiam os aspectos identificados, expondo suas especificidades a partir dos resultados encontrados relacionando essa dimensão ao protagonismo feminino no desenvolvimento do Semiárido.

A *população* da comunidade é estimada em 91 habitantes, com as variáveis: com a quantidade de 30 famílias, com uma distribuição da população por sexo de 46 homens e 45 mulheres, divididos nas seguintes faixas etárias: de 0-14 anos, 12 homens e 6 mulheres; de 15 a 29 anos, 09 homens e 10 mulheres; de 30 a 44 anos, 07 homens e 13 mulheres; de 45

a 50 anos, 09 homens e 08 mulheres e, por fim, na faixa etária acima de 60 anos, 09 homens e 08 mulheres.

Estes apresentam suas necessidades básicas enquanto seres humanos que buscam qualidade de vida, que vivenciam valores culturais tradicionais, e tentam preservar seus costumes de fortes influências locais, a partir da dinâmica da participação nas atividades socioculturais que ocorrem na comunidade.

A *saúde*, enquanto indicador, apresenta as variáveis caracterizadas pelo acesso da população local ao Programa Saúde da Família (PSF), com o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS), com as Benzedeadas, variáveis essas que se complementam na realidade desse indicador da comunidade.

A variável do PSF e PACS tem a presença de um médico de Cuba, desde julho de 2014 pelo Programa Mais Médicos (PMM), reduzindo os problemas com a falta de médico na comunidade. Essas variáveis são extremamente importantes na realidade da comunidade, pois 100% da população é favorecida com esses programas que acarretaram qualidade de vida à comunidade. Pois, diante das doenças, da questão da mortalidade infantil, da higiene pessoal, tudo isso passou a ser discutido nas famílias como algo essencial na prevenção de doenças mudando de maneira efetiva a realidade das pessoas da comunidade.

Diante das doenças mais graves, 100% da população tem acesso aos hospitais na sede municipal, mesmo com as dificuldades, 90% procuram a unidade de saúde, os postos na cidade ou distritos vizinhos em casos não tão graves, mas que só com o acompanhamento da agente de saúde não teria como resolver; 17% procuram as benzedeadas (rezadeiras e curandeiras) com saberes populares ao atuar com o uso da medicina popular. Estas são procuradas e respeitadas diante da alternativa para a cura, por carregarem consigo crenças e valores específicos e, além de tudo, o poder da fé.

O Jornal O Povo (2011), ao divulgar uma matéria sobre “A Cura pela Fé: O trabalho de Rezadeiras e Curandeiras” define:

O processo de curar pela oração não é exclusividade de nenhuma religião; toda religião tem seu curador e seu método.

O curandeiro costuma acumular três habilidades: é raizeiro, pois sabe preparar remédios com ervas medicinais e conhece sua aplicabilidade; é rezador, já que conhece orações e simpatias para prevenir e resolver problemas físicos e espirituais e é benzedor, tendo em vista que exercita a cura usando símbolos de religiosidade como o sinal da cruz, com ramos de ervas sobre o corpo do enfermo. Conhecimentos adquiridos de pais e antepassados, transmitidos oralmente através das gerações (JORNAL O POVO, 2011).

Para tanto, a comunidade tem hoje uma mulher que é procurada para a cura com a medicina popular. Outro fato a ser evidenciado é a importância das mulheres parteiras tradicionais na comunidade, pois todas as famílias da comunidade tiveram entre seus familiares a experiência do nascimento a partir dos cuidados das parteiras. Na comunidade havia três parteiras importantes já não mais vivas; a última e mais importante delas faleceu no ano de 2014. Essa prática era comum na comunidade, até meados da década de 1980.

Quanto ao acesso a remédios, 67% procuram os serviços das farmácias, contudo os remédios caseiros ainda constituem uma prática presente na comunidade, principalmente entre os mais velhos.

A *educação*, revelada no gráfico (Figura 3) deste trabalho, demonstra um alto índice de pessoas que não concluíram o ensino fundamental, sendo que 65% das mulheres e 81% dos homens não chegaram a concluir o ensino fundamental. No ensino fundamental completo, 12% das mulheres e 2% dos homens concluíram. No ensino médio incompleto, não há participação de homens e mulheres. No ensino médio completo 5% das mulheres e 7% dos homens concluíram. Ensino superior incompleto, somente, 2,4% das mulheres e superior completo 4,8% das mulheres, sendo que nenhum homem chegou ao nível superior.

O indicador da *habitação* apresenta como variáveis as características das casas da comunidade que se apresentam da seguinte forma: 73% das famílias moram em casas de tijolos, 13% moram em casas de taipa não revestidas e 13% moram em casas de taipa revestidas.

Quanto à *cultura* apresento os costumes locais enquanto uma característica específica da comunidade, associada aos valores afetivos pela prática da solidariedade, do mutirão, da ajuda mútua, da partilha. Valores esses, presentes no cotidiano das pessoas, principalmente pelas relações de grupos, seja pela religiosidade ou pelo associativismo já que são grupos bem articulados e atuantes na comunidade.

As festas organizadas pela comissão pastoral da igreja Nossa Sra. das Graças com os grupos das associações são: a festa da padroeira de Nossa Senhora das Graças no mês de novembro, a festa da colheita no mês de junho, para celebrar os grãos colhidos naquele ano da quadra invernos, a comemoração do Dia das Mães no segundo domingo do mês de maio, a festa dos Pais no segundo domingo do mês de agosto, a festa do Dia das Crianças no mês de outubro, a festa do Natal no mês de dezembro e, por fim, batizados, casamentos, celebrações e missas.

A questão religiosa na Região Nordeste sempre foi muito forte, inclusive, para o sertanejo que, segundo Albuquerque Júnior (2006, p. 167), para o sertanejo era Deus que ainda dava sentido às coisas. “Nele ainda se buscava o mundo interior em detrimento do império do mundo exterior como na sociedade burguesa. Um mundo onde a verdade e a lealdade se opunham à tradição, onde não havia a idolatria do dinheiro e da mercadoria”. Portanto, uma das principais características da comunidade é a prática religiosa.

Quanto à *mobilidade*, como meios de transportes para as pessoas e as mercadorias, o caminhão é utilizado por 57% das famílias, assim como transporte escolar, carro de linha como alternativa para a feira da cidade de Assaré (a cada segunda-feira do mês é utilizado por 100% das famílias) e o transporte de moto como um transporte pessoal adquirido por 53% das famílias.

Quanto ao indicador da *organização social* a partir da variável da participação em grupos comunitários, apresento uma realidade extremamente interessante, pois a prática do associativismo está muito ligada à união das pessoas, sinalizando a participação efetiva nos grupos e o seu envolvimento nas três associações, no grupo religioso, facilitando

e viabilizando a interação entre as pessoas no processo de construção de todas as atividades propostas a serem desenvolvidas na comunidade.

E, por fim, o indicador da *comunicação*, a partir da variável meio de comunicação, apresenta o aspecto encontrado do uso dos meios de comunicação pelas famílias da comunidade, sendo que 97% usam o rádio como uma prática bem antiga, 97% detêm informações a partir do meio de comunicação da televisão, 37% das famílias possuem em casa aparelho celular com o uso de antena como meio de comunicação para eles muito importante e, por fim, a comunidade ainda tem um orelhão que foi instalado para atender às suas necessidades no ano de 2008.

Ao analisar os dados colhidos para a construção dessa dimensão, percebi o quanto a comunidade está vinculada à teoria da reciprocidade, discutida por Sabourin (2011, p. 31), a partir de quatro elementos teóricos, tendo eu escolhido os dois últimos como os mais importantes por estarem relacionados diretamente com a realidade do trabalho em estudo:

a) *As relações de reciprocidade podem ser analisadas em termos de estruturas*, no sentido antropológico do termo. Aqui ele apresenta discussões estabelecidas por Mauss (1931), Lévi-Strauss (1949), Scubla (1985) e Temple (1998), definindo as relações de reciprocidade baseadas nos valores afetivos (o sentimento de paz, amizade, compreensão mútua) e éticos (confiança, responsabilidade, justiça);

b) *Os diferentes níveis do princípio de reciprocidade e os modos que lhe são específicos*, definidos aqui em três níveis: o real, o simbólico (a linguagem) e o imaginário (as representações).

Para tanto, esses elementos se apresentam na realidade da comunidade de forma muito clara, por meio do espírito da união e da ajuda mútua. Valores esses que sustentam sua estrutura social, fortalecendo as relações afetivas a partir das práticas de solidariedade e cooperação, ali cultivadas e passadas de geração em geração.

Portanto, essa é uma dimensão extremamente importante na composição de uma sociedade mais justa e igualitária, e responsável pelas relações existentes e, conseqüentemente, pela própria dinâmica social.

Diante do que foi apresentado fica clara a sua importância dentro dos espaços mais longínquos, com suas particularidades, mas que ao ser evidenciado em um território tão pequeno percebi o tamanho da sua grandeza nos detalhes. Pois, sua dinâmica perpassa as demais dimensões aqui apresentadas.

Dimensão afetiva

A dimensão afetiva trata da natureza emocional capaz de unir organização e indivíduo, devido à realização das necessidades pessoais e expectativas gerais do ser humano enquanto um ser que vivencia a emoção, o sentimento e a prática do cuidado.

Nesse sentido, Baldissera (2010, p. 2) discorre sobre a afetividade a partir da reflexão da dimensão humana, relacionando-a à biologia (desenvolvimento físico, instintivo), psicologia (desenvolvimento emocional – emoções e sentimentos), antropologia (compreensão de quem é o ser humano), sociologia (o mundo das relações sociais), teologia (as relações com o transcendente) e à filosofia (perguntas a respeito do ser). E assim poderíamos listar ainda outros componentes.

Diante da complexidade citada, percebe-se “um conjunto de fenômenos psíquicos”; portanto, se trata de algo que envolve individualidade, subjetividade e as relações. Ela é expressão de um mundo interno da pessoa, do indivíduo, que vem associado com suas experiências pessoais, suas percepções, suas interpretações, suas simbolizações, etc.

Segundo Capelatto (2001), “nós não temos a ética do cuidado, não somos convidados a cuidar”. Porém, a sociedade começa a perceber que a afetividade é um lugar importantíssimo na nossa vida e o papel do cuidador é fundamental na construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Abordando o indicador da *emoção* aparece como uma manifestação física a partir do envolvimento das pessoas em experiências pessoais, de vínculo, reconhecimento e visibilidade daquilo que é expresso ao estar junto, ao estar com o outro. As relações aparecem pelo vínculo que criamos, assim como pelo reconhecimento do outro que está ao

nosso lado, quando é expresso ao outro o carinho, a atenção, a alegria, assim como as tristezas, o abatimento e tantas outras manifestações que as pessoas podem nos causar.

O indicador do *sentimento* apresenta-se com o sentimento de gratidão, de comprometimento, de pertencimento e integração. São sentimentos que possuem um elo que integra e se complementa entre si, pois a gratidão já é, por si só, um sentimento de graça pelo dom da vida e de tudo aquilo que está ao seu dispor.

Contudo, o sentimento de pertencimento está associado à identidade do indivíduo como força estruturante de tudo aquilo que o cerca e que está exposto a algum tipo de agressão. Então, a ideia do lugar passa a ser também a ideia do encontro com o outro, com o ambiente e consigo mesmo, pois, o sentir-se membro desse processo é vivenciar o sentimento de comprometimento com tudo que existe no lugar, perante as circunstâncias que se apresentam, a partir do respeito e da confiança como condição para o desenvolvimento por meio da comunicação franca e aberta diante das pessoas.

Nesse contexto, é possível alcançar o desenvolvimento humano a partir do momento em que as pessoas se permitem a ser e fazer; o comprometimento com o lugar e com o outro perpassa a estrutura de poder hierárquica que muitas vezes a sociedade coloca como padrão para o pleno desenvolvimento.

Na comunidade, por mais que um ou outro se destaque enquanto pessoas que interagem, que participam, que são criativas e viabilizam algumas ações, existe a consciência de que, as ações, as atividades desenvolvidas só são possíveis com o engajamento de todos. Então, o comprometimento com o lugar e com os outros é com o objetivo comum a todos de promover o bem-estar no ambiente em que vivem.

Assim, acontece a integração por meio do sentimento de complementariedade. É necessário os indivíduos compreenderem que o processo de integração de acordo com os sentimentos é um estado de SER, sendo este um estado de atenção constante diante das mazelas da sociedade. Ao mesmo tempo em que se percebe a integração, percebe também os desafios perante as dificuldades.

Por último, o indicador do *cuidado* que revela as relações familiares na comunidade como a estrutura principal das relações estabelecidas nesta dimensão da afetividade.

Boff (2012), ao mencionar sobre o cuidado, enfatiza:

A ética do cuidado completa a ética da justiça. Elas não se opõem, mas se compõem na construção de uma convivência humana fecunda, dinâmica, sempre aberta a novas relações e carregada de sentimento de solidariedade, afetividade e, no termo, de amorosidade. Ela ajuda a minorar os conflitos e tem propostas de negociação pelas quais todos podem avançar juntos e superar o ganha-perde [...] (BOFF 2012, p. 135).

Observei a importância de tal dimensão para que o ser humano compreenda e reflita sobre suas atitudes e práticas. O espírito de solidariedade, do cuidado com o outro, deve ser entendido como algo necessário para uma convivência harmônica entre as pessoas.

Contudo, a ética do cuidado acontece na vida cotidiana, valorizando as tarefas familiares e as formas de convivência entre elas, propagando a ética e os valores que são estabelecidos na comunidade em estudo, passando de geração em geração.

São imensos os desafios para a prática de algo tão simples e, ao mesmo tempo, tão complexo, já que essas práticas são consideradas fora dos padrões de vida de uma sociedade globalizada, onde o ser humano se torna algo visivelmente hegemônico, ante um modelo de vida ditado pelo sistema capitalista, que desconsidera os sentimentos dos indivíduos enquanto pessoas, enquanto seres humanos que possuem sonhos, desejos e vida própria, cada um com suas especificidades e necessidades individuais.

Assim, finalizo este capítulo, abordando a importância do protagonismo feminino no desenvolvimento do Semiárido nordestino a partir das dimensões da sustentabilidade, estabelecendo uma discussão acerca das relações entre homens e mulheres e sua ligação com o desenvolvimento regional.

Considerações Finais

O protagonismo feminino no Semiárido se configura pela coragem e determinação de mulheres que, até então, estavam no anonimato.

Para tanto, os resultados que aqui apresento nos provocam alguns questionamentos e inquietações sobre a invisibilidade da mulher no contexto do Semiárido e o seu papel na construção deste. Mulher essa, que por muito tempo no imaginário das pessoas era vista como mulher que desempenha o papel dos afazeres domésticos e possui a condição de ser mãe.

Este trabalho nos revela uma mulher sertaneja que vivencia sonhos, que atua efetivamente na vida familiar, mas que desenvolve um papel importantíssimo no meio social, protagonizando um novo movimento que coloca em evidência sua autonomia, suas habilidades e competências, demonstrando que sua atuação não é recente.

Este estudo revela um novo olhar sobre a mulher do Semiárido, onde o papel de mãe e mulher ultrapassa os limites impostos pela sociedade, até então, fortalecidos por elas mesmas. Essas mulheres começam a se reconhecer e se perceber em outros espaços, além do ambiente familiar, principalmente na condição de mulheres profissionais naquilo que desenvolve.

Portanto, é perceptível a participação efetiva das mulheres na construção do território da comunidade rural Baixio Grande, revelando, assim, a sua atuação no desenvolvimento do Semiárido, apesar das adversidades.

Referências

- ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. Prefácio de Margareth Rago. 3. ed. Recife: FJN, Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 2006.
- ALVES, M. O. *Mercado, arame e estado: recursos comuns e resistência em Lagoas dos Cavalos no Sertão do Ceará*. 2012. 341 p.: il. Tese (Doutorado) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

- BALDISSERA, Pe. D. P. *Dimensão humana afetiva na vida do presbítero*. Trabalho apresentado no 13º Encontro Nacional de Presbíteros. 03 a 09 de fevereiro de 2010, Itaici, Indaiatuba – SP. Disponível em: <http://www.cnbb.org.br/component/docman/doc_view/201--dimensao-humano-afetiva-na-vida-do-presbitero>. Acesso em: 20 dez. 2014.
- BOFF, L. *O cuidado necessário: na vida, na saúde, na educação, na ecologia, na ética e na espiritualidade*. Petrópolis: Vozes, 2012.
- BORDIEU, P. *O poder simbólico*. Tradução de Fernando Tomas. Lisboa – Portugal: ed. DIFEL, 1989.
- BRASIL. Fundação Nacional de Saúde. *Manual de cloração de água em pequenas comunidades: utilizando o clorador simplificado desenvolvido pela Funasa*. Brasília: Funasa, 2014.
- CAPELATTO, R. I. *Diálogos sobre afetividade*. 3. ed. Papirus, set. 2001.
- CHACON, S. S. *O Sertanejo e o caminho das águas: políticas públicas, modernidade e sustentabilidade no semiárido*. Fortaleza: BNB, 2007.
- COSTA, A. C. G. da. *Protagonismo juvenil: adolescência, educação e participação democrática*. Salvador: Fundação Odebrecht, 2000.
- CUNHA, E. S. *Conferências de políticas públicas e inclusão participativa*. Rio de Janeiro. IPEA, 2012. (Texto para discussão).
- FERREIRA, A. B. de H. *Pequeno dicionário Brasileiro da língua portuguesa*. LUZ, J. B. da. (Org.) 11. ed. RJ: Editora Gamma, 1943.
- IRVING, M. de A.; OLIVEIRA, E. *Sustentabilidade e transformação social*. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2012. 176 chave.
- JORNAL O POVO. [on-line]. *A Cura pela Fé: o trabalho de rezadeiras e curandeiras*. Outubro de 2011. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/20191561/REVISTA-RADIS1>>. Acesso em: 10 maio 2015.
- JUSTINO, A. N. da P. *Desenvolvimento e sustentabilidade ambiental*. Natal: Ed.UnP, 2010.
- MANIGLIA, E. *As interfaces do direito agrário e dos direitos humanos e a*

- segurança alimentar* [on-line]. São Paulo: Ed. UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 277 p.
- SABOURIN, E. *Teoria da reciprocidade e socioantropologia do desenvolvimento*. Sociologias, Porto Alegre, ano 13, n. 27, maio/ago. 2011, p. 24-51.
- SACHS, I. *Caminhos para o desenvolvimento sustentável*. STROH, P. Y. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.
- SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. 12. ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.
- SHIVA, V.; MIES, M. *Ecofeminismo*. Epistemologia e Sociedade. Tradução: Fernando dias Antunes. Lisboa: Instituto Piaget, 1993. 433 p.
- TAYRA, F.; RIBEIRO, H. Modelos de indicadores de sustentabilidade: síntese e avaliação crítica das principais experiências. *Saúde soc.* [on-line], v. 15, n. 1, p. 84-95, 2006. ISSN 0104-1290. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v15n1/09.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2015.
- VERDEJO, M. E. *Diagnóstico rural participativo: guia prático DRP*. Revisão e adequação de Décio Cotrim e Ladjane Ramos. Brasília: MDA/Secretaria da Agricultura Familiar, 2010.

Perspectivas da agricultura familiar: um estudo sobre o papel das políticas públicas com foco na convivência com o Semiárido no Assentamento São João, município de Antonina do Norte, Ceará

*Aíla Maria Alves Cordeiro Arrais
Suely Salgueiro Chacon
Cláudia Araújo Marco
Maria Soares da Cunha*

Introdução

A agricultura familiar é considerada mundialmente importante pelo seu valor social de vínculo familiar, motivada pelo trabalho, identidade com a terra e segurança alimentar. Isso deriva da forma como está organizada social e economicamente, uma estrutura produtiva caracterizada por associar família-produção-trabalho (WANDERLEY, 1996).

Os trabalhadores e trabalhadoras rurais dessa categoria enfrentam vários desafios na luta para manter a atividade agrícola familiar. Um deles é o acesso à terra, e quando a conseguem continua a necessidade de reivindicação pelos direitos ao desenvolvimento rural digno. É uma espécie de prolongamento da fase da lona, ou acampamento, no caso dos trabalhadores integrados aos movimentos sociais, como o MST.

No Semiárido nordestino, uma das formas de viver dignamente na agricultura é o atendimento à necessidade de uma aprendizagem adequada ao ambiente vulnerável no qual está inserida, bem como mudanças nas estruturas sociais e políticas.

A atuação governamental deve comprometer-se com o desenvolvimento socioambiental na essência do seu planejamento, proporcionando

convivência sustentável no território rural. Baseando-se em uma visão holística, ou seja, abrangente das particularidades da agricultura familiar, apreendida da sua resistência aos desafios além das condições naturais. As políticas públicas para o campo devem se desligar da forma indiferente do fazer política na região: descontextualizada ou fragilizada no atendimento à população do campo.

O presente trabalho constitui uma reflexão sobre a perspectiva da convivência sustentável para a agricultura familiar assentada da reforma agrária do Incra. O Assentamento São João é o território representado. Localizado no município de Antonina do Norte, Semiárido cearense, sub-região do Cariri. Trata-se de um município pequeno, com 6.984 habitantes, dos quais 1.985 residentes no espaço rural e 4.999 no espaço urbano, com densidade demográfica (hab./km²) respectivamente de 0,47 e de 1,22 (IBGE, 2010).

É sobre a perspectiva de avaliar a potencialidade de resistência da agricultura familiar, na interface das políticas públicas agrárias com a convivência sustentável com e no Semiárido, que esse trabalho busca compreender a agricultura familiar a partir do Assentamento São João, com capacidade para 20 famílias, numa área de 1.155,0714 ha.

Os assentamentos do Incra são os menos representativos no território Cariri, explicação pautada na política de crédito rural, que incentiva o acesso à pequena propriedade rural no Ceará, a partir dos anos 1990, sem necessidade de organização dos agricultores familiares em movimentos sociais, como o MST. Mecanismo social utilizado pelo assentamento selecionado no processo de aquisição da terra. Esse aspecto reforça a escolha do assentamento para a pesquisa, configurando em um estudo de caso. Haja vista ser a primeira experiência de resistência na luta pela terra, registrada no referido município, de área relativamente pequena, 260,10 km².

Sucintamente, o estudo pretende conhecer a realidade da agricultura familiar assentada da reforma agrária federal, refletindo com os agricultores sobre as políticas públicas pautadas na convivência sustentável com o Semiárido. Aborda suas atuações cotidianas e destaca a importância das percepções dos assentados, como mecanismo na continuidade das iniciativas coletivas.

O Semiárido rural na pauta do desenvolvimento sustentável

O sertanejo tem no Semiárido do Nordeste brasileiro o seu lugar para construir relações; é o território geográfico de seu cotidiano, onde constrói “conteúdos simbólicos”, um espaço com características físicas diversificadas e sazonais, advindas dos condicionantes naturais, muito íntimas as suas experiências de vida. É a região Semiárida mais habitada do mundo, demonstrando o vínculo de seus habitantes “[...] O homem só se sente bem onde encontra seu lugar, seu sítio” (ZAOUAL, 2006, p. 16).

A referida região abriga mais de 22 milhões de sertanejos, 11,8% da população nacional, são 2 milhões de famílias agricultoras (MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, 2010).

Durante décadas discutem-se estratégias para o desenvolvimento regional do Semiárido, centralizando como principal desafio a irregularidade das chuvas, levando-se o território rural no debate para os planejamentos das ações governamentais. Sendo repetida a realidade de intervenções ineficientes na mitigação dos impactos sociais, ambientais e econômicos degradantes, advindos dos processos naturais concomitantes à gestão política.

Recentemente estão em curso, ou pode-se dizer em transição, mudanças na perspectiva do desenvolvimento da região, ao passo que a sustentabilidade é integrada às lentes investigativas da realidade semiárida. A concepção de desenvolvimento é instigada à inovação ao ser tratada pelo viés da interdependência das relações produtivas, territoriais, sociais e dos recursos naturais. O desenvolvimento passa a compor um cenário de abertura para outra forma de acontecer (SILVA, 2010).

A década de 1990 marca a introdução do desenvolvimento sustentável na pauta das agendas e debates internacionais e governamentais, como uma forma interativa de avaliar as relações socioambientais, principalmente pela evidência dos estudos, percepções sociais e políticas da degradação da vida da natureza e dos agravamentos das desigualdades sociais, situação avançada nas regiões Semiáridas do mundo.

Essa inovadora discussão traz a sustentabilidade como objetivo da essência do desenvolvimento. A expressão “desenvolvimento

sustentável” foi utilizada pela primeira vez em 1979, em um Simpósio das Nações Unidas sobre as Inter-relações entre Recursos, Ambiente e Desenvolvimento. Um desafio firmado para o século XXI, mas foi a partir do relatório da presidente da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, Gro Harlem Brundtland, *Nosso futuro comum*, diante da Assembleia Geral da ONU, em 1987, que o conceito recebe característica de “conceito político” (VEIGA, 2012). Nele a relatora expõe que o desenvolvimento sustentável é “o desenvolvimento que encontra as necessidades atuais sem comprometer a habilidade das futuras gerações de atenderem suas próprias necessidades” (ONU, do Relatório Brundtland).

O meio ambiente é inserido na agenda política internacional pelo “carro-chefe” da sustentabilidade, conduzindo essa dimensão na estruturação da formulação e implementação das políticas públicas na escala dos Estados nacionais, órgãos multilaterais e caráter supranacional (VEIGA, 2012).

A sustentabilidade embasando o desenvolvimento, pensado de forma sistêmica, representa uma diretriz para orientar os segmentos institucionais, civis e comunitários. Nesse sentido adequa-se a fundamental proposta de ecodesenvolvimento, professada como o desenvolvimento sustentável, pois “assume a harmonização dos objetivos sociais e ecológicos” (SACHS, 2009, p.70), ultrapassa a sustentabilidade ambiental, pela interação com as dimensões social, cultural, territorial, econômica e política. O referido autor dimensiona a sustentabilidade frente à interdisciplinaridade humana e ambiental.

Pensar uma proposta significativa de desenvolvimento para o Semiárido é valorizar uma alternativa sustentável. Além do imediatismo da emergência da falta de chuva, realidade constante do clima semiárido, trata-se de mexer nas estruturas e concepções dos planos políticos e visões sociais dos sertanejos sobre seu espaço geográfico. Nessa direção, Silva (2010) aponta as decepções com as políticas públicas de combate à seca, pelo seu caráter conservador, decisivas à base de abertura para alternativas sustentáveis no desenvolvimento do Semiárido.

Como salienta Ab’Saber (1999), a seca no Nordeste brasileiro segue

uma constância ambiental “Os ritmos de secura são periódicos, ocorrendo secas mais intensas aproximadamente de doze em doze anos e nesse intervalo secas anuais, irregulares no tempo e no espaço de duração”. Para o autor, essa constatação física representa um referencial na elaboração de estratégias contra os seus reflexos multidimensionais.

Na constatação de Chacon (2007), além da seca como fenômeno climático, outros aspectos são pertinentes ao tratar o assunto no contexto da vida dos sertanejos, a partir de uma visão crítica dos aspectos sociais, políticos e econômicos gerados por esse cenário, e elenca: concentração fundiária, levando à dependência patronal; estrutura socioeconômica, destacando-se o modo de produção tradicional; êxodo rural, quebrando o vínculo da cultura rural, atraídos pela imagem questionável de prosperidade das cidades e a expectativa conformista da população e o manejo político clientelista. Não basta falar da falta de chuva como um “mal público” no Sertão, é necessário refletir sobre as políticas públicas, que “buscaram a maquiagem do problema em proveito de fins políticos, e se concentraram em promover ações inócuas que não mudavam de fato a realidade, ainda que amenizasse alguns conflitos” (CHACON, 2007, p.164). Faz-se fundamental rever as repicagens de demandas recorrentes, ou seja, as “não ações” presentes nas agendas governamentais do Sertão.

O Semiárido reaparece no contexto das políticas públicas, refletido nos Planos de Governo, destacando-se os Planos Plurianuais, projetados em oposição à ótica emergencial efetivados no polígono das secas. As ações políticas canalizadas pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) priorizaram o assistencialismo alicerçado no déficit hídrico. Desconsideraram-se as potencialidades produtivas e sociais de convivência com e no Semiárido.

A relevância do Plano Plurianual é a aproximação do planejamento com as especificidades regionais, necessitando de acompanhamento e, sobretudo, de coerência das ações com os critérios de divisão regional (CARGNIN, 2007).

Verifica-se a tentativa da atuação governamental por meio da diretriz dos PPAs, como instrumentos de planejamento, orientando, inclusive, a articulação de planos setoriais. Nesse contexto, pode ser citado o Plano

de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (PDRSS), 2012-2015 do estado do Ceará, em acordo com o Plano Plurianual Cearense 2012-2015.

O referido Plano destina-se aos agricultores e agricultoras familiares assentados da reforma agrária, comunidades negras, quilombolas, povos indígenas, população ribeirinha, pescadores artesanais e atingidos por obras públicas no campo. O principal objetivo destina-se ao atendimento do alerta da Presidente da República, Dilma Rousseff, sobre os 776 mil cearenses vivendo no campo em situação de extrema pobreza. De acordo com os gestores do PDRSS, pretende-se dinamizar a agricultura familiar cearense, considerando sua fundamentação: na ampliação da participação social, na universalização dos direitos fundamentais, no reconhecimento dos direitos de cidadania, na segurança alimentar e nutricional, na conservação da biodiversidade e na promoção da igualdade de gênero, raça e etnia, considerando a abordagem territorial e o caráter intersetorial do desenvolvimento. O Plano também reitera os valores e concepções do desenvolvimento humano, da agroecologia, da socioeconomia solidária, da ética, da sustentabilidade ambiental e da convivência com o Semiárido (PDRSS, 2012 p. 08).

Vale ressaltar, no âmbito federal, que o Instituto de Colonização e Reforma Agrária (Incra) possui em seus planos de atuação nos assentamentos da região Semiárida, a convivência sustentável como meta para fomentar a agricultura familiar, com projetos de manejo florestal, concessão de crédito de fomento à produção, visando à segurança hídrica das famílias e práticas agroecológicas e participação endógena na atuação da assistência técnica – Ater.

Por outro lado é valioso atentar para o principal sujeito do desenvolvimento planejado: o agricultor sertanejo, “receptor/interativo” da referida intervenção, este foi significativamente incluído, reconhecida-mente por ele mesmo a partir de sua dimensão endógena? Essa indagação reluz o presente trabalho, na perspectiva de que só existe convivência sustentável com o Semiárido rural se o próprio agricultor perceber-se parte do seu espaço e das ações e intenções que o constrói.

A região do Semiárido brasileiro atraiu assim a atenção para o desenvolvimento sustentável na emergência em adotar um contexto de

percepção interdisciplinar do desenvolvimento, a partir das relações socioambientais, de não ter mais como separar as mudanças na natureza, das transformações engendradas pelos comportamentos da sociedade. É devida nesse processo de mudanças de percepções da realidade uma coerência das ações institucionais e da sociedade, na abertura transformadora da proposta de convivência com o Semiárido rural, já que ela interage, chama à cooperação (viver com, coexistir), onde a lógica da reciprocidade baliza as relações motivadoras do desenvolvimento regional que se deseja seguir.

São evidências intencionais da inserção de um diferenciado olhar acerca da questão da agricultura familiar. Dessa forma, para quem assume compromisso com uma realidade pautada num plano social, reconhecendo na sustentabilidade um caminho adequado ao desenvolvimento sustentável do Semiárido rural.

Manifesto da agricultura familiar assentada: experiências para pensar os desafios e possibilidades da sustentabilidade Semiárida

O Assentamento São João, cujos agricultores são até hoje estereotipados de “Sem-Terra”, tem sua origem na propriedade de João Nogueira, remontando os anos de 1930, quando Antonina do Norte não havia se emancipado de Saboeiro, fato ocorrido em 1958. Historicamente o município foi fundamentado na atividade pecuária, um legado da colonização do interior nordestino em decorrência da Carta Régia de 1701, impedindo a criação de gado no litoral (JUCÁ, 1995).

Em 1999, aconteceu na Escola Antônio Batista, numa fazenda vizinha ao Sítio São João, um curso de três dias para os agricultores familiares, promovido pela Associação Cristã de Base (ACB), uma ONG atuante no Cariri cearense. Na ocasião, foram abordadas discussões sobre agroecologia para convivência com o Semiárido, um incentivo à indagação de como seria possível vivenciar uma nova proposta de agricultura em terras alheias. Assim houve motivação para um segundo encontro no distrito de Taboleiro, Antonina do Norte, a aproximadamente 4 km da Fazenda São João. Foi a primeira reunião de agricultores familiares

sem terra do município e circunvizinhos, sob mobilização do MST, no comando da brigada Icó, CE, incentivada pela ACB.

Em 2002 o Incra empossa 20 famílias agricultoras. A fazenda dista da sede do município, aproximadamente 12 km. É um assentamento composto por 20 casas, sendo que 71 pessoas o habitavam no ano de 2014.

A terra passa a não ser só propriedade. Na sua dimensão social e cultural é a condição para unir a família, realizar os ideais de reprodução. É um elo de aproximação e união. “A terra é um patrimônio desejado, à medida que se torna propriedade familiar e ponto de referência [...]” (WANDERLEI, 2004, p.72,). Nessa perspectiva, em entrevista, a agricultora L justifica sua vinda para o assentamento: “*O que a gente gosta é porque a gente convive no meio da família da gente, se a gente precisar tem um ao outro.*”

A experiência da lona, ou seja, de acampamento, não foi duradoura, três meses, porém de intensas modificações na forma de perceber a realidade pelos agricultores envolvidos na origem da reforma agrária do São João, conforme descrição da rotina da lona pelo agricultor P, ao recordar a importância do movimento na vida deles e a formação despertada para o zelo com a natureza: “*Na lona o MST reunia o povo 6h da manhã e 6h da noite, hora da assembleia do MST. Lá eram recebidas orientações sobre os cuidados com a natureza e aprendizados pra vida. O MST faz é cuidar do povo.*”

A importância atribuída pelo agricultor ao movimento deriva da forma pela qual a educação política promovida pelo MST chega até eles. Ela é política porque se baseia no processo de conscientização sobre o mundo e a responsabilidade das decisões coletivas e individuais. Seu ponto de partida está na problematização da realidade, conforme a proposta do educador Paulo Freire.

Os que viveram a orientação da educação política da lona despertam para uma nova realidade de possibilidades, de inclusão de direitos na expectativa da conquista da terra, antes negada. Esse momento é de socialização, criada no acampamento, em um recomeço das relações, anteriormente desenraizado da terra, mas apropriado de socialização, memórias de uma vida anterior, servindo de suporte “à possibilidade de

sua regeneração a partir de uma interpretação da situação social nova, criada pela reforma agrária” (MARTINS, 2009, p. 42).

A consciência da luta pelo acesso à terra e à cidadania despertada na lona é um caminho para fortalecer as atuais relações entre os assentados, aponta o agricultor A: “[...] *pra mim o que não devia não acabar nunca era a convivência humana do grupo, a convivência de grupo*”. É um instrumento para articulação coletiva, na convivência comunitária e com o Semiárido ante a inconstância da formação política, força motora da participação, planejamento, busca por projetos para o desenvolvimento do assentamento, em defasagem desde o ano de 2011, justificada por problemas de organização da militância regional do MST.

Entre as principais formas de reforçar a convivência entre as famílias no assentamento, também se constituindo em uma forma de fortalecer as relações sociais com o Semiárido, estão as experiências de manter um vínculo de parentesco e de amizade como critério para uma família habitar o assentamento, no caso de substituição decorrente de desistência, decisão legitimada em assembleia da associação dos assentados e assentadas da Reforma Agrária do São João. A experiência da troca do dia de serviço acontece entre a maior parte das famílias. A prática consta em uma família receber um parente ou amigo para “apanhar” feijão na roça, por exemplo, em determinado dia combinado, depois faz o revezamento com o outro lá na roça dele.

Essa é uma demonstração de *socialização camponesa*; um potencial da vida coletiva fortemente enraizada no cotidiano do assentamento, em que o interconhecimento e a prática da vida camponesa da ajuda mútua, demonstram o “caráter personalizado das relações sociais” (ABRAMOVAY, 2007, p. 120). Isso cria uma singularidade da sociedade rural, revelando a incompatibilidade com a imperiosidade das relações condicionadas pelo mercado, nos estudos do citado autor.

O trabalho derivado dessa relação compartilhada mantém as atividades para o consumo familiar.

O saber ambiental com princípios agroecológicos, compartilhado pela ACB, no princípio da coletividade, é um marco nas experiências agrícolas de alguns agricultores, registrando o despertar de uma perspectiva

cultural na orientação da expansão das capacidades do sertanejo em criar alternativas para aprender a conviver com as especificidades da região, concebida como caminho estratégico à intervenção na realidade local (SILVA, 2010). Uma sinalização revelada pelo agricultor Q:

O toque quem me deu foi um professor por nome de Batista lá da ACB e o Jeová, eles disseram que era muito importante. Na época eu fui uma das pessoas que levei fé no que ele disse, e comecei logo, não esperei pra depois não, eu comecei foi logo. E foi indo e foi indo. Nos três primeiros anos deu um trabalhinho, porque tava muito desmatado, as lagartas eram muitas, as persigas era demais. E aí com o passar do tempo foi diminuindo, e foi entrando ano e saindo ano e pronto, e hoje eu não pulverizo mais nada não, porque as plantas mesmo dá de conta, os passarinhos dá de conta, praga não dá mais, se der os passarinhos come tudo. Então eu tô satisfeito, graças a Deus.

Um germinar da mudança nas formas de convivência com o Semiárido, conforme reconhece o agricultor A: *“Aí aos poucos a gente vai vendo... se você for na mandala de Josa, você já começa a ver um pouco da agroecologia.”* Um referencial para os princípios da sustentabilidade guiarem a convivência dos agricultores familiares assentados com o Semiárido.

A sustentabilidade apreende um “saber ambiental reintegrador” em prol da vida no planeta, não de mera sobrevivência econômica.

O ambiente emerge como um saber reintegrador da diversidade, de novos valores éticos e estéticos e dos potenciais sinérgicos gerados pela articulação de processos ecológicos, tecnológicos e culturais. O saber ambiental ocupa seu lugar no vazio deixado pelo progresso da racionalidade científica, como sintoma de sua falta de conhecimento e como sinal de um processo interminável de produção teórica e de ações práticas orientadas por uma utopia: a construção de um mundo sustentável, democrático,

igualitário e diverso. [...] a degradação ambiental se manifesta como sintoma de uma crise de civilização, marcada pelo modelo de modernidade regido pelo predomínio do desenvolvimento da razão tecnológica sobre a organização da natureza. A questão ambiental problematiza as próprias bases da produção; aponta para a desconstrução do paradigma econômico da modernidade e para a construção de futuros possíveis, fundados nos limites das leis da natureza, nos potenciais ecológicos, na produção de sentidos sociais e na criatividade humana (LEFF, 2001, p.15, *apud* CHACON, 2007, p. 116).

O saber ambiental é uma forma de encontro no recomeço das relações socioambientais. Por seu caráter reintegrador, coloca a sociedade humana em sintonia com a essência dos problemas da modernidade, do descuido com a vida em todas as suas formas de manifestação. Alerta para os perigos da base da produção em desconsiderar a interdependência entre leis naturais e desenvolvimento humano. Nesse sentido, o conceito de desenvolvimento sustentável traz vantagens nos avanços dessa visão e cria possibilidades de visão ampliada e ilimitada na busca de alternativas capazes de gerar reorientação e aumentar a percepção acerca das pessoas nos planejamentos dos fazedores de políticas e nos modos de fazer a economia.

Singular é também a leitura e interpretações dos agricultores sobre sua convivência no assentamento, aspectos da vida social, econômica e político-institucional. Colocam expressões e vocabulários de suas análises da realidade, o que para parte das pessoas, na afirmação de Brandão (2007) seria uma *eruditização* destas.

Destacam-se algumas categorias de expressões interessantes na voz dos agricultores e agricultoras, como: *viver do compra*, quando enfatizada a importância de plantar para o autoconsumo. *Pagar de fora*, ao falarem da necessidade de obterem equipamentos ao atendimento das necessidades internas de todos. *Ninguém se alui*, observação relativa à atitude de desmotivação diante dos desafios cotidianos. *Inverno branco*, referência à seca.

Seguem os vocabulários e expressões: *Deu uma passeada*, uma sinalização à emigração para São Paulo. *Terreno do Incra*, denúncia de pensamento desfavorável ao desenvolvimento da agricultura familiar assentada; *benefetoria*, relativo aos benefícios conseguidos através dos projetos públicos adicionados ao resultado de esforços próprios dos assentados.

Expressões sobre a coletividade: *Companheiros*, a maneira de tratamento, demonstrando um sinal de vinculação. *Mais união*, um apelo à importância do fortalecimento e resgate das relações de interesse comum, projetando a manutenção e desenvolvimento do assentamento. *Companheirada* (militante do MST), ao referir-se às famílias assentadas do São João.

Dessa maneira os agricultores e agricultoras do Assentamento São João constroem sua identidade das relações uns com os outros e com o seu território, evidenciando os desafios e possibilidades no pensar e acontecer da convivência sustentável.

É no lugar, compreendido aqui como um detalhamento do território, e não fora dele, que se guardam os significados e dimensões do fluxo da história “Cada sociedade produz seu espaço, determina os ritmos de vida, formas de apropriação expressando sua função social, projetos, desejos” (CARLOS, 2007, p.14).

Entende-se que a identidade territorial é constituída por significados atribuídos pelas pessoas a partir das vivências no seu espaço presencial. Elas geram manifestações das particularidades, sempre abertas ao encontro de novas experiências.

Agricultura familiar em percepções e debates

Os assentamentos da reforma agrária constituem um território de escolha para a vivência da agricultura familiar, resistente às diversas dificuldades apresentadas historicamente à atividade, seja em termos ambientais ou sociais e políticos, pois traz na sua essência a revelação de uma identidade rural, expressa na luta coletiva pela terra.

A mais significativa motivação dos agricultores ao se mobilizarem pela conquista da terra é a necessidade de continuar na atividade agrícola, de

permanecer no campo, de viver no Sertão rural. O que move esses sujeitos sociais, no dizer de Wanderley (2004), *apud* Martins (2009, p. 213), é “Não ter nada e precisar de terra para morar e trabalhar [...]” superando os desafios da espera, do insulto, da resistência, da incerteza e do sofrimento. Experiência vivida ao aderirem à participação no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, como lembram os agricultores do Assentamento São João, ao serem entrevistados. “*Eu achei bom. Eu achei bom porque tava junto com meus amigos tudo, nós conseguimos né?*” (Agricultor G).

[...] a gente tem que lutar por aquilo que a gente precisa, não é nem por aquele objetivo que a pessoa queira não, aquilo que a gente precisa. Então na época nós não tinha terra pra trabalhar, a gente trabalhava em terra dos outros, não tinha uma casa no sítio pra morar, a gente tinha vontade de criar, de plantar, ter a liberdade da gente e a gente não conseguiu. Surgiu que o Movimento dos Sem Terra, o MST fez um trabalho com a gente, a gente entendeu que a gente podia fazer isso, até que chegamos o ponto de ocupar o São João (AGRICULTOR P).

Viver no assentamento é dar continuidade às suas atividades, como revela o agricultor D: “*Pra mim mesmo hoje, o assentamento é tudo, né? O que eu consegui aqui, o que eu tenho hoje, consegui aqui dentro do Assentamento São João.*” É a oportunidade de realizar projetos de melhoria da propriedade, principalmente quando há crédito acessível e compatível com a necessidade do agricultor, quando há assistência técnica, como é afirmado pela agricultora I: “*Seria melhor que tivesse uma assistência técnica de verdade, que viesse e que acompanhasse o pessoal do assentamento, sei que a maioria não vai, mas mesmo que fosse a minoria, se reunir e vendo que a coisa tá mudando, aí eu digo que tudo mudaria.*” Sendo assim, os planos se tornariam realidade, refletidos em plantio diversificado, criatório de animais, reservatório de água e aproveitamento sustentável dos recursos hídricos.

Para a continuidade do trabalho e da vida rural, faz-se importante extrair forças das orientações recebidas na fase da busca pelo direito à

terra, da formação política iniciada pelo MST, no despertar da realidade excludente e da capacidade de organização. Uma tarefa para os agricultores e agricultoras de origem do assentamento, já que novas famílias foram chegando e substituindo as primeiras.

A formação política é uma necessidade continuada no fortalecimento da vida coletiva do assentamento.

Os agricultores assentados do São João reconhecem a sua parte na tentativa de convivência sustentável com o Semiárido, como foi colocado pelos agricultores A e Q respectivamente:

A convivência do Semiárido, ela é muito importante no dia a dia, porque nós vivemos períodos chuvosos, com muita chuva, quando chove né, e períodos de poucas chuvas, então, assim, o Semiárido tem essa diferença. E a convivência, nós temos que aprender técnicas. Como existe estudos, a questão da rotatividade de produção, nós não temos um conhecimento, ou não existe uma assistência técnica pra trazer esses conhecimentos pro agricultor de trabalhar a diversificação de produtos.

A assistência técnica, precisava botar permanentemente, não só um mês ou dois. Porque quando aparece um técnico do Incra aqui, ele passa de manhã aqui e de tarde já tem ido embora, passa mais seis meses sem vir aqui. Certo?

É perceptível na fala dos entrevistados a carência da atuação institucional na vida do agricultor familiar, na apresentação de um conhecimento integrado a sua realidade e a possibilidade de continuidade da sua aplicação pelo serviço obrigatório da assistência técnica e sua adequação aos projetos locais.

No Assentamento São João, os projetos de convivência com o Semiárido, incentivados pelo governo, correlacionado às políticas públicas visionárias do desenvolvimento sustentável, e de proposta relevante à prosperidade da convivência do agricultor assentado do Semiárido são: mandala, caracterizado pelo manejo do solo em harmonia com a natureza, possibilitando a diversificação da produção de plantas e animais (aves e peixe);

quintal produtivo (prioriza projetos de infraestrutura hídrica e demais infraestruturas de produção agropecuária, motiva a produção agroecológica no quintal de casa); Programa P1MC (Água de Beber – Cisterna de Placa); Programa P2 (Água de Comer – Cisterna de Enxurrada); Pronaf Semiárido Recurso FNE/BNB, investimento em infraestrutura hídrica e projetos produtivos de convivência; Projeto São José (busca melhorar as condições de vida de famílias carentes da zona rural cearense e elevar a qualidade de vida da população beneficiada) e o Biodiesel Ceará (Plantio da Mamona – incentivar a produção da mamona por agricultores familiares, visando emprego, renda e matéria-prima ao biodiesel).

Destacam-se ainda no quadro de programas presentes e que buscam motivar a agricultura familiar no referido assentamento: o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE (integra produtos da agricultura familiar local na merenda escolar, 30%, garantido pela Lei nº 11.947, de 16/6/2009, com recursos do FNDE); Programa de Aquisição de Alimentos – PAA (promove a inclusão social no campo por meio do fortalecimento da agricultura familiar, pelo acesso a alimentos em quantidade e qualidade, adquirindo-os para o consumo no mercado local, no caso escolar); Programa, Hora de Plantar, do governo cearense (almeja aumentar a produtividade de grãos, pela seletividade genética, desenvolvida para se adaptar às condições de irregularidades climáticas).

É notória a tentativa de inclusão gradativa de mudanças na convivência com a agricultura semiárida alicerçada em políticas públicas, adequadas às necessidades do agricultor familiar, ou valorizadoras do seu potencial de conhecimento da desafiante realidade. Podendo-se constatar nas opiniões expressas pelos agricultores a relevância atribuída às tecnologias sociais das cisternas, plantio em mandala, quintal produtivo e Pronaf Semiárido. Para o agricultor A, *“De todos esses projetos sociais, do meu ponto de vista, a cisterna de placa, quanto essas de produção, é o melhor que tem, porque é um projeto pequeno, mas sustenta a família.”*

Sobre os plantios em mandala e quintal produtivo visando ao sustento:

Agricultura familiar foi meus canteiros, meus plantios, minhas verduras, minhas frutas. Olha, eu passei esses três anos escassos

melhor do que os anos de inverno. Eles conseguem e conseguem muito bem, graças a Deus. Dá pra minha ‘manutença’ e ainda sobra um pouquinho ainda pra mim comprar uma criação, uma forrageira, comprar tudo, tudo que eu quero, graças a Deus (AGRICULTOR Q).

Segundo o agricultor P, *“Primeiro projeto individual que deu certo, do BNB, de R\$12.000,00. Esse foi bom. Fiz cerca, comprei forrageira, ampliei açude.”*

Nesse panorama de políticas públicas visionárias da convivência sustentável com o Semiárido é discutível os impactos daquelas que mexem com a cultura e com a segurança alimentar, diga-se o Programa Hora de Plantar, pois desenvolve um costume de substituição das sementes originais ou crioulas, do milho e do feijão por sementes alteradas geneticamente. Essa situação desperta para uma polêmica forma de garantir esses alimentos básicos ao sertanejo. Os agricultores Q e D atentam para a questão:

Pra inverno curto ela é boa porque é ligeira. Uma hora vem uma semente boa, uma hora vem uma semente que não é boa, uma hora vem uma semente de um feijão que não cozinha. Depois de plantado não tem outro jeito, né?

O melhor é guardar nossa semente velha, que sabe que é boa, nossa semente que não tem nenhum pingo de veneno, essa é a orgânica mesmo, essa que nós temos. Você planta, pode comer sem medo.

O agricultor familiar assentado, com o seu saber endógeno, compreende pela sua experiência o que o geógrafo Gonçalves (2013, p. 283) em sua leitura científica e crítica reflete: “Com a Revolução Verde, pode-se ver que a fome não se deve à falta de alimentos, e sim ao modo como os alimentos são produzidos”. Desse modo, não é só manter a monocultura do milho e do feijão no Semiárido como forma de garantia da alimentação básica, mas assegurar a qualidade dos alimentos e igualmente o respeito ao conhecimento e bons costumes do agricultor.

A esse respeito, (ZAOUAL, 2006, p. 73) chama a atenção para a forma como os projetos se tornam “projéteis⁶”, ao assumirem uma visão de fora pelo planejador sobre o sítio, ou seja, sobre seu território ignorando seus sujeitos, os pertencentes ao sítio, para quem este se destina. Portanto, as propostas de mudanças devem considerar o sítio, em suas reações “O sítio filtra o que vem de fora e infiltra seus membros”. Nesse processo existem as reações e as possibilidades ou entraves, socializado pelo sítio, o inconsciente coletivo. Daí, então, analisar as reações às políticas públicas por meio dos projetos, mesmo com sentido de sustentabilidade, e ler as reações coletivas para fazer escolhas e construir caminhos para a sustentabilidade tornam-se basilares.

A visibilidade dada a projetos não adequados à agricultura familiar parte então do próprio agricultor. Não se pode ignorar a sua reação ao que lhe convém em seu território, bem como às reclamações acerca dos projetos transformados em “projéteis” antes mesmo de se tornarem conhecidos. Compreensão formulada pela reflexão do agricultor J:

Você chega no banco, o gerente mesmo lhe informa que não existe esse ou aquele projeto. Outras pessoas, os colegas mesmo já fizeram, e não tem pra gente. Não é só pro assentado não, é pra qualquer pessoa, é uma dificuldade horrível pra fazer, tá entendendo?

Todas as citadas políticas públicas para a promoção do desenvolvimento sustentável da agricultura familiar do Semiárido refletem significativamente, a própria trajetória de luta organizada dos trabalhadores rurais brasileiros.

Os trabalhadores e trabalhadoras rurais organizados em movimentos sindicais unidos à Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (Contag) e ao Departamento Nacional de Trabalhadores Rurais da Central Única dos Trabalhadores (DNTR/CUT), iniciaram suas reivindicações a partir da chamada “reconversão e estruturação

6 De acordo com o Minidicionário Aurélio “projéteis”, deriva de “projétil” e significa sólido, pesado, que se move no espaço, abandonado a si mesmo após haver recebido impulso.

produtiva” dos agricultores familiares por meio da Jornada Nacional de Luta, em 1994 (SHEINAIDER; MATTEI; CAZELLA, 2004).

A referida mobilização que reuniu movimentos sociais e instituições trabalhistas continua sua jornada em favor da agricultura familiar, sendo atualizada pela ação do Grito da Terra Brasil, realizado desde 1994, anualmente, uma jornada de reivindicação em Brasília e nos 26 estados da Federação. Ao completar 20 anos, em 2014, apresenta uma pauta de reivindicações à presidenta Dilma Rousseff, para citar algumas: elaborar e implementar o III Plano Nacional da Reforma Agrária; promover a implantação imediata da Anater, habitação rural; elaborar plano de sucessão na agricultura familiar, proteção infantojuvenil no campo; desapropriação por interesse social (CONTAG, Pauta do Grito da Terra Brasil, 2014).

Entre as conquistas, são significativas as políticas agrícolas diferenciadas para a agricultura familiar, marcada pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, o Pronaf, lançado em 1995. Em seguida, os programas de Seguro Agrícola, o Proagro Mais, o Mais Alimentos, o Programa Nacional de Alimentação Escolar, o Programa de Aquisição de Alimentos, o Programa de Garantia de Preços para Agricultura Familiar (PGPAF), Habitação Rural (PNHR), a Reforma Agrária e o Programa Nacional de Crédito Fundiário.

É nesse contexto de luta, pelo espaço do agricultor, que se estimula a criação de um novo trabalhador do campo, a partir do incentivo dado pelas políticas públicas de desenvolvimento rural: o agricultor familiar. Ele precisa ser considerado na sua plenitude, não como sujeito criado pelo Estado, mas um sujeito construtor de um projeto social dotado de uma história, que tem em sua origem o campesinato (WANDERLEY, 2004). Baseada nessa autora sugere-se a reflexão sobre a agricultura familiar como legado do campesinato, pelas “rupturas e continuidade” reveladas no fazer do trabalho familiar da atualidade.

Nesse cenário de reafirmação do trabalho familiar, fortalecendo as relações camponesas ante os desafios socioeconômicos e políticos, faz-se fundamental refletir: Que relações caracterizam o trabalhador como camponês? Já que perante o quadro atual de intervenção do Estado

brasileiro no campo, se configurou adotar para o trabalhador familiar o termo “Agricultura Familiar”. Em que se combinam e se distinguem esses atores no conjunto das mudanças sociais?

Tem-se uma interpretação das características do trabalho familiar na agricultura campezina e agricultura familiar, contribuindo para apreensão sobre a interdependência dessas formas de vivência com a, e na terra.

Quadro 1 - Interações da Agricultura no Trabalho Familiar

	Campezina	Agricultura Familiar	Confluências (Interações)
Sujeitos da agricultura	Trabalhadores rurais da pequena propriedade, proprietários ou não da terra cultivada. O trabalho familiar é a base da mão de obra.	Trabalhadores rurais da pequena propriedade, concentrando a mão de obra contemplada ou não por políticas públicas de acesso à terra.	O trabalho familiar na pequena propriedade fundamenta a atividade agrícola.
Motivação do Trabalho familiar	Produção de alimentos priorizando a manutenção da família e autonomia das decisões; estreitamento dos laços familiares.	Autonomia das decisões de estratégia de produção para consumo e escoamento; Investimento na agricultura como atividade produtiva.	Autonomia familiar nas decisões. A produção de alimentos para a segurança alimentar da família.
Racionalidade	O trabalho familiar é concebido como uma conquista social de independência, força que motiva a ação governamental.	Continuidade da Agricultura Familiar, sob motivação do Estado, enquadrada na perspectiva de atividade e produtividade com qualidade.	O trabalho na perspectiva da produtividade e qualidade, assimilada a partir do conhecimento extraído das experiências da conquista social da terra.
Formas de reivindicação do acesso à terra e direito ao desenvolvimento	Organização em Via Campezina	Organização em associações, sindicatos, movimento social – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST.	Trajetória de luta no reconhecimento da valorização do trabalho familiar na agricultura como um direito sociocultural vislumbrando o desenvolvimento rural.

Fonte: Produzido pela autoras

Observa-se uma transição ou entrelaçamento do campesinato, do camponês, seja o que representa a categoria histórica de uma agricultura calcada na família e resistente aos ajustes das exclusões políticas visionárias do desenvolvimento capitalista, com a então proposta estatal de uma agricultura familiar inovadora por políticas públicas, direcionadas ao seu fortalecimento, seja pelo acesso à terra, ou por via de projetos para inserção no mercado local e regional, incentivado e amparado por estratégias institucionais.

O cenário no qual a agricultura está inserida não está definido, principalmente pelo direcionamento que o agricultor pode atribuir a ela, pois o seu posicionamento poderá interferir na definição do desenvolvimento rural “O reconhecimento da necessidade de alteração das formas de integração institucional dos agricultores pressupõe a construção de outras percepções deles mesmos sobre si e sobre os outros” (NEVES, 2005, p. 90).

A autora ressalta que os próprios agricultores não podem ser reféns de adequações institucionais, até porque as políticas públicas atuais não lhe deram a condição de abundância de recursos, tais como assistência técnica, autonomia para projetar a sua produção e financiá-la, chegando a uma cogestão das relações. Assim, a agricultura familiar não deve ser concebida pelo olhar do interventor, mas a partir da realidade de quem a constrói. Ela é familiar porque a família é o principal objetivo para que se produza e com quem produz. Ela continua carente de acessos, por isso é reivindicatória de inclusão socialmente sustentável.

Considerações Finais

O Semiárido brasileiro, historicamente, é conhecido pelos seus fatores naturais, sobressaindo-se diante da demissão social, em que o clima de mesmo nome ganha protagonismo nas percepções acerca da sub-região. É responsável por uma estação seca e outra chuvosa. Por esse motivo, o problema da escassez de água foi até os anos de 1990 um guia para os governos realizarem o planejamento desse território, que assume nova configuração a partir da sustentabilidade ambiental, como o questionamento-chave para a promoção do desenvolvimento.

O destacável na atuação das ações, transformada em políticas públicas, é o recorte do território para atingir prioridades no atendimento das necessidades da população mais carente. O resultado desse recorte é o foco no espaço territorial rural, especificamente na agricultura familiar semiárida brasileira.

A convivência sustentável com o Semiárido, aplicando a pesquisa no assentamento, é vista como um processo em construção. No tocante às políticas públicas, são pouco atuantes, pois não há um amplo atendimento às famílias. Aquelas que conseguem acessar os programas com essa finalidade, apresentam alguma insatisfação com o seu desenvolvimento. Pode-se citar a própria assistência técnica e extensão rural de responsabilidade do Incra, propagada na fundamentação da convivência com o Semiárido. Esse órgão tem presença inconstante no acompanhamento das atividades das famílias assentadas, descumprindo o seu papel, já que representa um veículo para o agricultor fortalecer a sua resistência e conhecimento empírico, buscando formas sistemáticas de adequação aos desafios do ambiente.

Pode-se afirmar que as políticas públicas para a convivência sustentável com o Semiárido, uma projeção do desenvolvimento sustentável, em termos institucionais, ainda não estão bem sedimentadas no cotidiano do agricultor assentado da reforma agrária. Isso revela a fragilidade dos planos governamentais. Como indicador é possível constatar o que se afirma na descontinuidade do acesso às técnicas orientadas acerca dessa diretriz, para acompanhar essa transformação das relações do modo de conceber a convivência na vida rural da região.

O diálogo com o agricultor familiar assentado, construído com base nas trocas de saberes, é vago. Os planejadores ainda não acessaram a possibilidade de compreenderem a concepção do sujeito social na elaboração das políticas a ele dirigidas.

Os agricultores familiares do Assentamento São João percebem a importância de políticas públicas viáveis ao desenvolvimento da agricultura familiar. Compreendem como sustentável aquele projeto que dá certo ao atender às necessidades sociais, econômicas e do ambiente onde vivem, principalmente se traz uma perspectiva de aproveitar os recursos disponíveis com a aplicação de uma nova infraestrutura de

fácil acessibilidade e de espaço para aprendizagem, possibilitando permanência da família no assentamento.

Portanto, a agricultura familiar assentada será realmente de convivência sustentável com o Semiárido, quando todas as dimensões da sustentabilidade (social, ambiental, político-institucional, econômica, territorial e cultural) se articularem, não somente nos planos políticos, mas também nas reflexões e ações coletivas da sociedade civil, fazendo, nesse caso, sentido para quem vive da agricultura familiar. Quando os sujeitos institucionais se comprometerem em tornar completa as suas decisões e atuações, bem como em contrapartida, ou *a priori*, os atores sociais do campo continuarem sua mobilização coletiva em prol do desenvolvimento da agricultura familiar, concomitante ao desenvolvimento humanamente sustentável.

O campo é um lugar de vida, território onde se produz história. Por isso a reforma agrária precisa se transformar em política pública inclusiva de valores econômicos, ambientais, políticos, culturais e humanos, para não ser “inclusão precária”, nos termos de Martins (2009), pois se não for verdadeiramente inclusiva, será distribuição da população em um dado espaço geográfico.

Referências

- AB’SABER, A. N. Dossiê Nordeste Seco. Sertões e sertanejos: uma geografia humana sofrida. *Estudos Avançados*, São Paulo, v.13, n. 36, Ago. 1999. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40141999000200002&script=sci_arttext>. Acesso em: 15 Jul. 2014.
- ABRAMOVAY, R. *Paradigmas do capitalismo em questão*. 3. ed. São Paulo: Edusp, 2007, p. 120.
- BRANDÃO, C. R. Reflexões sobre como fazer trabalho de campo. *Sociedade e Cultura*, v.10, n.1, Jan/Jun. 2007.
- CARGNIN, A. P. [TERRITÓRIO], *In*: SEMINÁRIO REFORMA DO ESTADO E TERRITÓRIO: Integração Sul-Americana e Gestão do Território I. Porto Alegre, UFRGS/POSGE. Novembro de 2007.

- CARLOS, A. F. A. *O lugar no/do mundo*. São Paulo: FFLCH, 2007, p. 14. Disponível em: <<http://www.ffiich.usp.br/dg/gesp>>. Acesso em: 25 jul. 2014.
- CHACON, S. S. *O Sertanejo e o Caminho das Águas: políticas públicas, modernidade e sustentabilidade no Semiárido*. v. 08, [Fortaleza]: Série BNB Teses e Dissertações, 2007, p. 116, 164.
- CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA. *Pauta do 20º Grito da Terra Brasil*. Disponível em: <<http://www.contag.org.br/arquivos/porta/PAUTA%20GTB%202014sem%20sangria.pdf>>. Acesso em: 13 mai. 2014.
- GONÇALVES, C. W. P. *A globalização da natureza e a natureza da globalização*. 5. ed. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2013, p.283.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo demográfico brasileiro*. [Brasília]: [s.n.], 2010. Disponível em:<www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010>. Acesso em: 25 jul. 2014.
- JUCÁ, G. N. M. À Guisa de introdução – o espaço nordestino. O papel da pecuária e do algodão. In: SOUZA, Simone (Org.), *História do Ceará*. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1995.
- MARTINS, J.de S. *Travessias: a vivência da reforma agrária nos assentamentos*. 2. ed. Rio Grande do Sul: UFRGS Editora, 2009, p. 42, 213.
- MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. *Brasília 2010*. Disponível em: <www.integracao.gov.br>. Acesso: 15 Nov. 2013.
- NEVES, D. P. Campesinato e Reenquadramentos Sociais: os agricultores familiares em cena. *Revista NERA*. Presidente Prudente, São Paulo. Ano 8, n. 7, Jul/Dez, 2005, p. 90. Disponível em: <www.mstempdados.org/sites/default/files/1454-4231-1-PB.PDF>. Acesso em: 01 Mar. 2014
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Relatório Brundtland: Nosso Futuro Comum*. Disponível em: <www.onu.org.br/a-onu-em-açao/a-onu-e-o-ambiente/> Acesso em: fev.2015
- PLANO DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL E SOLIDÁRIO 2012–2015. Governo do Estado Ceará. Secretaria do Desenvolvimento Agrário. Fortaleza. 2012, p.08.

- SACHS, I. *Caminhos para o desenvolvimento sustentável*. Ideias sustentáveis. Rio de Janeiro: Editora Garamond Universitária. 2009, p.70.
- SCHNEIDER, S.; CAZELLA, A. A.; MATTEI, L. *Histórico, Caracterização e Dinâmica recente do Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar*. Rio Grande do Sul: UFRGS, [2004]. Disponível em: <www.ufrgs.br/pgdr/arquivos/394.pdf>. p. 04. Acesso em: 03 Jun. 2014.
- SILVA, R. M. A. da. *Entre o combate à seca e a convivência com o semiárido*. 2010. 147 p. Tese (Doutorado) – Série BNB Teses e Dissertações. BNB, Fortaleza, 2010. Disponível em: <http://www.bnb.gov.br/projwebren/Exec/livro/PDF.aspx?cd_livro=176>. Acesso em: 08 jun. 2012.
- VEIGA, J. E. da. *Meio Ambiente & Desenvolvimento*. 4. ed. São Paulo: Editora SENAC, 2012.
- WANDERLEY, M. de N. B. *Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade*. Estudos Sociedade e Agricultura. Rio de Janeiro: [s.n.], 2003. Disponível em: <<http://r1.ufrj.br/esa/V2/ojs/index.php/esa/article/view/238/234>>. Acesso em: maio, 2014.
- _____. “Morar e trabalhar”: o ideal camponês dos assentados de Pitanga (estudo de caso no Nordeste) In: MARTINS, J.de S. *Travessias: a vivência da reforma agrária nos assentamentos*. 2. ed. Rio Grande do Sul: UFRGS Editora, 2009, p.213.
- _____. *Globalização e desenvolvimento sustentável: dinâmicas sociais rurais no Nordeste brasileiro*. São Paulo: Editora Polis Ltda. Ceres, 2004, p. 72.
- _____. Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS G7. Caxambu, MG 1996, p. 02,15. *Processos Sociais Agrários*. 1999, p.15. Disponível em: <[www.ufrpe.br/download.php?...raizeshistoricascampesinato%20\(2\).pdf](http://www.ufrpe.br/download.php?...raizeshistoricascampesinato%20(2).pdf)>. Acesso em: 05 jun. 2013.
- ZAOUAL, H. *Nova Economia das Iniciativas Locais: uma introdução ao pensamento pós-global*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, Coppe-UFRJ. 2006, p. 73.

Gestão participativa de águas e desenvolvimento sustentável no Semiárido: um estudo sobre o comitê de Bacia do Salgado, no estado do Ceará

Eva Regina do Nascimento Lopes

Suely Salgueiro Chacon

Celme Torres Ferreira da Costa

Doris Aleida Villamizar Sayago

Introdução

Este trabalho analisa o papel da sociedade no Comitê de Bacia do Salgado. Questiona se a atual experiência com o Comitê de Bacia alavanca o desenvolvimento sustentável a partir da gestão de águas. Questiona ainda se existe a participação social no Semiárido; e se essa participação ajuda a promover o desenvolvimento sustentável desse território. Parte-se da ideia de que a gestão descentralizada com participação social implica em um maior acesso democrático à água, elemento primordial na concepção de desenvolvimento sustentável do Semiárido.

O estado do Ceará foi um dos pioneiros na gestão de recursos hídricos, antecipando-se à própria Lei Brasileira, tendo definido sua Legislação Estadual em 1992, quando instituiu a Lei 11.996. O Ceará baseou-se na experiência francesa de gestão, que traz elementos como a gestão por bacia hidrográfica, um tipo de gestão descentralizada e participativa. O estado então determinou que Comitês de Bacia devem ser compostos tanto por gestores públicos (municipais, estaduais e federais), pelos usuários locais nos seus diversos tipos (produtores rurais, irrigantes, por exemplo) e por grupos da sociedade civil (como as associações e

sindicatos). Nesse sentido, a gestão participativa de águas possibilita que esse bem seja administrado de forma a permitir sua acessibilidade.

O objetivo da dissertação é analisar o papel da participação social na promoção do desenvolvimento sustentável do território do Semiárido, partindo do estudo de caso da gestão de águas no Cariri cearense.

Metodologia

Metodologicamente, o estudo foi feito através da análise das ações dos membros do Comitê de Bacia do Salgado, que está vinculado à Companhia de Gestão de Recursos Hídricos do Ceará (Cogerh), localizado no Cariri cearense, sul do estado. Como método de coleta de dados primários, foram feitas observações participantes das reuniões do Comitê e realização de entrevistas com alguns dos membros. A análise de discurso foi o método usado para a análise dessas entrevistas.

O Avanço Institucional das Políticas Públicas de Águas no Brasil

A Política brasileira de gestão de águas teve como modelo a política de águas desenvolvida pela França, onde se definiram vários elementos essenciais para a gestão da água, tais como a descentralização da gestão a partir da criação dos Comitês de Bacia, a definição da bacia hidrográfica como o *locus* da gestão e cobrança pelo uso da água, como visto anteriormente.

Para Campos (2003c) uma política surge a partir do momento em que se vivencia na sociedade algum tipo de questão problemática: “uma política é definida como conjunto de princípios e medidas postos em prática por instituições governamentais ou outras, para a solução de certos problemas da sociedade”, e a política de recursos hídricos tem como objetivo “proporcionar meios para que a água, recurso essencial ao desenvolvimento econômico, seja usada de forma racional e justa para o conjunto da sociedade” (CAMPOS, 2003c, p. 27).

Ainda segundo o mesmo autor:

Entende-se como *justa* uma política na qual as necessidades vitais

tenham suprimento prioritário sobre os demais usos. Como racional, entende-se uma política na qual o uso se dá com parcimônia, sem desperdícios e atendendo aos modernos conceitos da gestão de recursos hídricos (CAMPOS, 2003c, p. 27).

Assim, a política brasileira para a gestão das águas no território se dá por meio da Lei Federal nº 9.433, de 08 de janeiro de 1997, que estabelece a Política Nacional dos Recursos Hídricos e cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos. É necessário citar que alguns estados como São Paulo e Ceará foram os precursores nacionais da política de águas, tendo estabelecido suas políticas estaduais respectivamente nos anos de 1991 (Lei nº 7.663, de 30 de dezembro de 1991) e 1992 (Lei nº 11.996 de 1992).

Antes do estabelecimento da Lei Federal nº 9.433, o Brasil passou por uma série de medidas relativas aos usos da água. Como apresenta Godoy (2007), até 1920 o uso da água era feito por meio de tecnologias de interesse local, e voltado especialmente para o abastecimento urbano e para a geração de energia elétrica. As primeiras hidroelétricas e sistemas de abastecimento ocorreram a partir de iniciativas privadas. Ainda de acordo com Godoy (2007), a primeira medida pública de regulação da água ocorreu em 1907, mas foi só em 10 de julho de 1934 que foi aprovado o antigo Código de Águas (Decreto nº 24.643).

Campos e Fracalanza (2010) relatam ainda que o ano de 1964 foi marcado por uma gestão de águas centralizada e preocupada exclusivamente com a geração de energia elétrica, e que somente na década de 1970 alguns estados brasileiros passaram a legislar diante da poluição industrial que afetava os rios. As propostas de gestão participativa de águas (uma das características que o Brasil herdou do modelo francês) só começaram a surgir a partir da década de 1980 (MACHADO, 2003).

É importante citar que essa preocupação com a gestão da água foi ainda mais enfatizada a partir de eventos internacionais, tais como a Eco-92 (Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento) que aconteceu no Rio de Janeiro, onde se discutiu a necessidade de estabelecimento de legislações específicas sobre a gestão

da água tendo em vista a emergência da preservação do recurso por ser limitado (MACHADO, 2003a).

Em relação aos movimentos sociais em prol dos recursos hídricos no Brasil, Veiga (2007) afirma que antes do estabelecimento dos Comitês de Bacia, proposto pela Política de Recursos Hídricos de 1997, houve algumas reivindicações de ONGs ambientalistas sobre tais questões.

Estabelecida a legislação federal das águas no Brasil em 1997, e em continuidade à criação de políticas públicas de águas no País, o ano 2000 foi marcado pela criação da Agência Nacional de Águas (ANA), por meio da Lei nº 9.984, com o objetivo de implementar a Política Nacional de Recursos Hídricos e coordenar o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (GODOY, 2007). A ANA é, segundo Machado (2003a, p. 142), “uma agência gestora de um recurso natural e não uma agência reguladora da prestação de serviços públicos, o que a diferencia fundamentalmente das agências já instaladas para setores de eletricidade e telefonia”.

A Lei Federal 9.433/97 é constituída por seis fundamentos estabelecidos no primeiro artigo da Política Nacional: o domínio da água é público; a água é um bem dotado de valor econômico (por ser um recurso natural escasso, a água possui um valor a fim de racionalizar o seu uso); os usos prioritários são o consumo humano e a dessedentação de animais, em situações de escassez; os usos múltiplos (a fim de maximizar os usos da água); a unidade territorial de gestão e da atuação da Política Nacional de Águas é a bacia hidrográfica; e a gestão descentralizada, contando com a participação do Poder Público, dos usuários e das comunidades.

O Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos integra os seguintes órgãos (segundo o artigo 33 da Lei):

I – Conselho Nacional de Recursos Hídricos;

I – A – Agência Nacional de Águas (inciso inserido pela Lei nº 9.984 em 17.07.2000);

II – Conselhos dos Recursos Hídricos dos estados e do Distrito Federal;

III – Comitês de Bacia Hidrográfica;

IV – Os órgãos dos poderes públicos federal, estaduais, do Distrito

Federal e municipais cujas competências se relacionem com a gestão de recursos hídricos;

V – Agências de Água.

O Conselho Nacional de Recursos Hídricos tem como uma de suas competências a promoção da articulação do planejamento de recursos hídricos com os planejamentos nacional, regional, estaduais e dos setores usuários. Os Comitês de Bacia Hidrográfica devem debater as questões relacionadas aos recursos hídricos, além de arbitrar conflitos relacionados à água. As Agências de Água têm função de secretaria executiva de seu respectivo Comitê de Bacia (BRASIL, 1997).

A partir desses órgãos responsáveis pelo gerenciamento de recursos hídricos do País, é possível observar que a gestão de águas no território brasileiro necessita de uma integração entre os gestores nos diversos níveis (federais, estaduais e municipais) para efetivação das decisões, assim como é necessária a articulação com outros organismos decisórios, como é o caso dos Comitês de Bacia. Assim, a instituição destes reconfigura o cenário de gestão de águas, tornando-a descentralizada e participativa.

Descentralizada porque a hierarquia de decisão legalmente não se concentra apenas nas deliberações dos gestores públicos, e participativa por consequentemente envolver novos atores sociais, como usuários e a sociedade civil organizada. Assim, é possível notar que a política federal de águas incentiva a participação da sociedade.

Os instrumentos de gestão adotados pela Política brasileira de recursos hídricos são: os Planos de recursos hídricos (elaborados por bacia hidrográfica e por estado); o enquadramento dos corpos de água em classes (de acordo com os usos preponderantes da água, a fim de assegurar a sua qualidade); a outorga pelo direito de uso da água (concessão do uso da água por tempo limitado a determinado usuário); a cobrança pelo uso da água (por ser um recurso escasso); e o Sistema de Informações sobre Recursos Hídricos (para dispor sobre as informações a respeito da gestão da água) (CAMPOS, 2003c).

Algumas considerações sobre a gestão de águas no Brasil podem ser feitas. Para Machado (2003a), a gestão de recursos hídricos deveria

envolver basicamente ações de saneamento e meio ambiente. Entretanto, segundo o autor, por mais de 60 anos a gestão de águas privilegiou fortemente a geração de energia, em detrimento do saneamento. Outra consideração feita é sobre os Comitês de Bacia no Brasil. Campos e Fracalanza (2010) argumentam que a divisão da gestão por bacia hidrográfica pode ser problemática, pois exige uma forte organização dos grupos sociais da comunidade, e em muitas localidades esses grupos ainda não estão preparados para se organizarem, além da possibilidade de existirem poderes locais fortes que possam reprimir suas decisões.

A relação entre Participação Social e Desenvolvimento Sustentável a partir da Legislação Brasileira de Recursos Hídricos

Quando a gestão de águas regulada a partir da institucionalização de uma política Federal se preocupa em utilizar racionalmente o recurso (sustentabilidade ambiental); aloca-o para haver acessibilidade de todos, por meio do uso doméstico ou até mesmo para desenvolver atividades produtivas, como a agricultura (sustentabilidade social e econômica); além de promover uma gestão participativa e descentralizada (sustentabilidade política e institucional), a gestão da água acaba promovendo o desenvolvimento sustentável a partir das dimensões da sustentabilidade definidas por Sachs (1993) e Chacon (2007).

A própria Lei nº 9.433/97 quando define os objetivos da Política Nacional de Recursos Hídricos em seu artigo 2º (BRASIL, 1997), traz aspectos da gestão de águas que remetem ao conceito de desenvolvimento sustentável. São eles:

- I – assegurar à atual e às futuras gerações a necessária disponibilidade de água, em padrões de qualidade adequados aos respectivos usos;
- II – a utilização racional e integrada dos recursos hídricos, incluindo o transporte aquaviário, com vistas ao desenvolvimento sustentável;
- III – a prevenção e a defesa contra eventos hidrológicos críticos de origem natural ou decorrentes do uso inadequado dos recursos naturais.

Assim, é possível considerar que é a partir da legislação que se legitima institucionalmente o poder que o Estado tem de implementar

políticas públicas voltadas para o desenvolvimento sustentável. Nesse sentido, afirma Chacon (2007): “[...] de uma maneira geral, o Estado ocupa uma posição fundamental na implementação de políticas públicas que viabilizem o desenvolvimento sustentável. [...] é também [o Estado] o grande responsável pelo alcance ou não de uma melhor qualidade de vida” (CHACON, 2007, p. 129).

É por isso que a gestão de águas é fundamental para o desenvolvimento, pois como afirma Godoy (2007, p. 2), “o desenvolvimento econômico e social de qualquer país também está fundamentado na disponibilidade de água potável e na capacidade de conservação e proteção dos recursos hídricos”. É dessa forma que o acesso à água de qualidade é fundamental no desenvolvimento das pessoas em seus territórios.

Entretanto, é importante citar que o Estado tem o poder de criar políticas (nesse caso, as políticas de águas) a fim de se ter um desenvolvimento sustentável, mas que a efetivação dessas políticas só é possível ser alcançada a partir da participação da sociedade. Como afirma Chacon (2007, p. 132):

É importante enfatizar que qualquer política pública ou medida de regulamentação que vise fortalecer o desenvolvimento sustentável só será efetiva se contar com a legitimação da sociedade e esta só virá por meio de um processo amplo e profundo de conscientização e comprometimento do indivíduo com a coletividade. Para isso acontecer é necessário, além de uma mudança de base ideológica, que também os fazedores de política tenham claro para quem e para que estão planejando.

É importante que os gestores de políticas públicas reconheçam que a participação das pessoas também facilita os processos de gestão principalmente em um país tão grande e complexo como é o Brasil. Fazer articulações regionais e locais é uma maneira de resolver problemas relativos aos recursos hídricos, além de ser um elemento que impulsiona o desenvolvimento sustentável. É por isso que o espaço dos Comitês de Bacia tem tanta relevância.

O Espaço Público para a participação na gestão das Águas: os Comitês de Bacia Hidrográfica

A criação de Comitês de Bacia Hidrográfica, determinada pela política brasileira de águas, é um instrumento legítimo para engajar a sociedade no processo de implementação de políticas voltadas para a gestão dos recursos hídricos a fim de se promover o desenvolvimento sustentável. As pessoas, por meio de sua participação, são fundamentais para a efetivação desse desenvolvimento.

De tal modo, é possível trazer a definição de Comitês de Bacias, de acordo com Ceará (2010, p. 20): “são órgãos colegiados com atribuições consultivas e deliberativas, com atuação na Bacia ou Sub-bacia Hidrográfica de sua jurisdição”. São suas competências, de acordo com o artigo 38 da Lei nº 9.433/97:

- promover o debate das questões relacionadas a recursos hídricos e articular a atuação das entidades intervenientes;
- arbitrar, em primeira instância administrativa, os conflitos relacionados aos recursos hídricos;
- aprovar o Plano de Recursos Hídricos da bacia;
- acompanhar a execução do Plano de Recursos Hídricos da bacia e sugerir as providências necessárias ao cumprimento de suas metas;
- propor ao Conselho Nacional e aos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos as acumulações, derivações, captações e lançamentos de pouca expressão, para efeito de isenção da obrigatoriedade de outorga de direitos de uso de recursos hídricos, de acordo com os domínios destes;
- estabelecer mecanismos de cobrança pelo uso de recursos hídricos e sugerir valores a serem cobrados;
- estabelecer critérios e promover o rateio de custo das obras de uso múltiplo, de interesse comum ou coletivo.

É notável na lista acima de atribuições o quanto a participação nos Comitês de Bacia é fundamental para as decisões relativas aos usos das águas em suas respectivas bacias ou sub-bacias hidrográficas. O estabelecimento desses Comitês enfatiza ainda mais o fundamento da gestão descentralizada, já que segundo Campos (2003c, p. 32), “o fundamento

tem por base a premissa de que não se deve levar a uma decisão superior o que pode ser solucionado em uma hierarquia inferior”.

É dessa forma que os Comitês de Bacia têm autonomia para escolher quais as medidas adequadas de gestão de águas favorecem o desenvolvimento das pessoas em suas regiões específicas. Assim, eles são compostos pelos seguintes representantes: da União; dos estados e do Distrito Federal cujos territórios se situem, ainda que parcialmente, em suas respectivas áreas de atuação; dos municípios situados, no todo ou em parte, em sua área de atuação; dos usuários de águas de sua área de atuação; e das entidades civis de recursos hídricos com atuação comprovada na bacia (BRASIL, 1997).

É preciso definir, de acordo com Godoy (2007, p. 7), quem são os usuários da água:

Indivíduos, grupos, entidades públicas ou privadas que, em nome próprio ou no de terceiros, utilizam recursos hídricos como: a) insumo em processo produtivo; b) receptor de resíduos; c) meio de suporte de atividades de produção ou consumo. Por tanto, pode englobar pequeno empresário ou produtor e o grande industrial ou fazendeiro. Consequentemente, os usuários das águas são atores sociais distintos, com poderes econômicos e sociais e força de argumentação e conhecimentos diferentes.

Seguindo também a definição de sociedade civil, segundo Borges *et al.* (2011, p. 3), esta corresponde a grupos que “tornaram-se protagonistas da vida política na sociedade democrática”, assim como são “alternativas preferenciais na resolução de problemas locais”. Para Godoy (2007, p. 9):

a sociedade civil é um novo componente fundamental no processo de gestão de recursos hídricos, pois ela nunca participou do processo anteriormente, salvo em alguns estados brasileiros pioneiros. Ela está representada no Conselho Nacional de Recursos Hídricos, Comitês de Bacia e agências de bacia em locais nos quais a legislação prevê.

A Lei Federal de Águas ainda define as organizações civis de recursos hídricos como (BRASIL, 1997):

I – consórcios e associações intermunicipais de bacias hidrográficas;

II – associações regionais, locais ou setoriais de usuários de recursos hídricos;

III – organizações técnicas e de ensino e pesquisa com interesse na área de recursos hídricos;

IV – organizações não governamentais com objetivos de defesa de interesses difusos e coletivos da sociedade;

V – outras organizações reconhecidas pelo Conselho Nacional ou pelos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos.

Veiga (2007) faz uma crítica sobre como o conceito de sociedade civil é apresentado na Política Federal de Águas. Para o autor, em alguns momentos, a legislação trata sociedade civil de maneira ampla, em outros momentos a sociedade civil corresponde a organizações civis de recursos hídricos. O problema se dá por a lei não deixar claro se a participação que deseja tem que ser ampla ou especializada (VEIGA, 2007).

Mesmo assim, a partir dessas definições dos atores sociais que participam da gestão de águas, é possível observar que a legislação possibilita que uma variedade de pessoas se engaje em defesa dos recursos hídricos, a fim de construir com o Poder Público um desenvolvimento sustentável.

São essas pessoas que tomarão as decisões mais importantes para a gestão de águas na sua região, em prol da proteção da água e do acesso democrático a ela de forma a proporcionar desenvolvimento econômico e social. Portanto, de acordo com Garjulli (2001), a legislação de águas preocupa-se com questões fundamentais, como exemplo: “o respeito às questões ambientais, a inserção da participação social no processo de gestão, o estabelecimento de regras, normas e procedimentos para o uso e preservação dos recursos hídricos” (GARJULLI, 2001, p. 14).

Assim, nota-se que a participação social promovida por meio das políticas públicas de águas é um caminho relevante para o estabelecimento de um desenvolvimento sustentável.

O caso da Gestão de Águas no Ceará

A gestão de águas no estado do Ceará começa a existir em 1987 com a institucionalização da Secretaria de Recursos Hídricos (SRH) que antecede a própria promulgação da Lei das Águas da Constituição Brasileira. Essa gestão é essencial ao estado, justamente por o clima desse território ser Semiárido, um tipo climático naturalmente marcado pela escassez hídrica. O Ceará tem mais de 90% de seu território inserido no Semiárido (CEARÁ, 2010). Garjulli (2001, p. 17), então, relata a evolução de todas as legislações sobre águas no estado do Ceará até 1996, por meio do Quadro 1:

Quadro 1 – Legislação de Recursos Hídricos do estado do Ceará, discriminando tipo de legislação, número, data e caracterização.

LEGISLAÇÃO	CARACTERIZAÇÃO
Lei nº 11.306, de 01 de abril de 1987.	Dispõe sobre a extinção, transformação e criação de Secretaria de Estado (criou a Secretaria de Recursos Hídricos).
Lei nº 11.380, de 15 de dezembro de 1987.	Cria a Superintendência de Obras Hidráulicas – Sohidra.
Lei nº 11.996, de 24 de julho de 1992.	Dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos e institui o Sistema de Integração de Gestão de Recursos Hídricos.
Lei nº 12.217, de 18 de novembro de 1993.	Cria a Companhia de Gestão de Recursos Hídricos do Ceará – Cogerh.
Decreto nº 23.047, de 03 de fevereiro de 1994.	Regulamenta o Fundo Estadual de Recursos Hídricos – Funorh.
Decreto nº 23.067, de 11 de fevereiro de 1994.	Regulamenta a Outorga de Uso dos Recursos Hídricos e cria o Sistema de Outorga para o Uso da Água.
Decreto nº 23.068, de 11 de fevereiro de 1994.	Regula o controle técnico das obras de oferta hídrica.
Lei nº 12.522, de 15 de dezembro de 1995.	Define como áreas especialmente protegidas as nascentes e olhos d'água e a vegetação natural no seu entorno.
Lei nº 12.664, de 30 de dezembro de 1996.	Dispõe sobre o Fundo Estadual de Recursos Hídricos – Funorh.
Decreto nº 24.264, de 12 de novembro de 1996.	Regulamenta a cobrança pela utilização dos recursos hídricos.

Fonte: GARJULLI (2001, p. 17)

É interessante destacar que o estado do Ceará foi o primeiro do Nordeste a aprovar a sua Lei de Recursos Hídricos em 1992 e o segundo no País. Além disso, com a criação da Companhia de Gestão de Recursos Hídricos (Cogerh) em 18 de novembro de 1993, por meio da Lei nº 12.217, o estado demonstrou ser um precursor em definição de estruturas organizacionais para gestão de águas (VIANA *et al.*, 2012).

Atualmente a Cogerh gerencia 144 dos mais importantes açudes públicos federais e estaduais⁷. A Cogerh visa minimizar impactos negativos sobre o meio ambiente, especificamente a água, intervindo em cada bacia de forma sustentável, a fim de otimizar e melhor distribuir os usos múltiplos da água.

Atualmente, o Ceará vem implementando políticas de integração de eixos aquíferos, para abastecimento de centros urbanos e áreas de agricultura irrigada, “destacam-se o Eixo Castanhão/Região Metropolitana de Fortaleza (RMF), o Eixo Sertão Central, o Eixo Jaguaribe/RMR (Canal do Trabalhador) e o Cinturão das Águas, cuja primeira etapa deverá atender à região do Cariri” (MARANHÃO; AYRIMORAES, 2012, p. 151).

A Lei Estadual de Recursos Hídricos do Ceará (Lei nº 11.996) tem como objetivos (CEARÁ, 1992):

I – compatibilizar a ação humana, em qualquer de suas manifestações, com a dinâmica do ciclo hidrológico no estado do Ceará, de forma a assegurar as condições para o desenvolvimento econômico e social, com melhoria da qualidade de vida e em equilíbrio com o meio ambiente;

II – assegurar que a água, recurso natural essencial à vida, ao desenvolvimento econômico e ao bem-estar social possa ser controlada e utilizada, em padrões de qualidade e quantidade satisfatórios, por seus usuários atuais e pelas gerações futuras, em todo o território do estado do Ceará; e

III – planejar e gerenciar, de forma integrada, descentralizada e participativa, o uso múltiplo, controle, conservação, proteção e preservação dos recursos hídricos.

⁷ Fonte: Portal da COGERH: <http://portal.cogerh.com.br>

O Sistema Integrado de Gestão de Recursos Hídricos (Sigerh) tem a função de coordenar e executar a Política Estadual de Recursos Hídricos (Lei nº 11.996), bem como a formulação, atualização e execução do Plano Estadual de Recursos Hídricos (CEARÁ, 1992).

A Companhia de Gestão de Recursos Hídricos do Estado do Ceará (Cogerh) tem a responsabilidade de gerenciar diretamente os recursos hídricos, estabelecendo cobranças, medidas de aproveitamento de água e controle dos recursos hídricos (CHACON, 2007). A principal unidade hídrica que forma as bacias hidrográficas cearenses é o açude, já que “como seus rios não são perenes e há ocorrência frequente de seca na região, a gestão de águas no Ceará apresenta uma peculiaridade: a principal unidade física da Bacia é o açude e não o rio” (CHACON, 2007, p. 197). Ainda conforme a mesma autora “a água no sertão é o bem mais precioso. A nova gestão de águas promovida pela visão gerencial do estado tem impactos profundos na vida do sertanejo” (CHACON, 2007, p. 176).

O estado do Ceará apresenta as 12 bacias: a Bacia Metropolitana, Bacia do Acaraú, Bacia do Alto Jaguaribe, Bacia do Baixo Jaguaribe, Bacia do Banabuiú, Bacia do Coreaú, Bacia do Curu, Bacia do Litoral, Bacia do Médio Jaguaribe, Bacia do Salgado, Bacia da Serra da Ibiapaba e Bacia dos Sertões de Crateús. Seguindo a gestão brasileira de recursos hídricos, a unidade de gestão no Ceará também é a bacia hidrográfica. E os Comitês de Bacia, como foi dito, são os órgãos que visam tornar o processo de decisão sobre as águas participativo porque envolve além dos poderes públicos, os usuários e a sociedade civil.

O Ceará possui atualmente todos os Comitês de Bacia instituídos. O primeiro a ser instituído foi o Comitê da Bacia do Curu, no ano de 1997. Os mais novos foram instituídos no ano de 2013, que são o Comitê da Serra da Ibiapaba e o Comitê dos Sertões de Crateús. Na Tabela 1 são apresentados os Comitês de Bacia do Ceará.

Tabela 1 – Comitês de Bacia do Ceará

Comitê de Bacia ou Sub-bacia	Nº de Membros	Ano de Instalação	Número de Municípios que compõem a bacia
Curu	50	1997	15
Baixo Jaguaribe	46	1999	09
Médio Jaguaribe	30	1999	13
Banabuiú	48	2002	12
Alto Jaguaribe	40	2002	24
Salgado	50	2002	23
Metropolitana	60	2003	31
Acaraú	40	2004	27
Litoral	40	2006	11
Coreaú	30	2006	21
Serra da Ibiapaba	30	2013	10
Sertões de Crateús	30	2013	09

Fonte: adaptado de Cogerh (2013)⁸.

Os participantes dos Comitês de Bacias no Ceará correspondem, em porcentagem: usuários (30%), sociedade civil (30%), Poderes Públicos Municipais (20%), Órgãos da Administração Pública Estadual e Federal (20%).

Muitas críticas são feitas aos processos de gestão participativa, pois como apresenta Campos (2012, p. 282), tanto as antigas políticas de secas como as políticas atuais, baseadas no modelo francês, inviabilizaram a participação:

Nas políticas das secas, os atingidos pelo desastre, de tão fragilizados, não tinham condições de participar das decisões. As manifestações eram reivindicatórias por um direito básico de sobrevivência. Nas políticas atuais [...], a participação dos usuários vem sendo induzida pela instituição gestora.

8 Disponível em: <<http://portal.cogerh.com.br/eixos-de-atuacao/gestao-participativa/comites-de-bacias/>>.

Garjulli (2001) ainda afirma que existe uma grande lacuna na comunicação entre os órgãos do Estado e a sociedade, pois falta uma melhor divulgação das ações na sociedade, o que torna a participação da população pouco sensibilizada. Além disso, a autora afirma que a própria criação do Plano Estadual de 1992 não contou com ampla participação da sociedade, restringindo-se em sua maioria aos técnicos e pesquisadores acadêmicos.

Tais críticas nos levam a refletir a efetividade dos processos de participação social nas políticas públicas de águas. Nesse sentido, até mostramos, a partir da revisão dos conceitos teóricos, o quanto a participação da sociedade é fundamental para a promoção do desenvolvimento sustentável, assim como a legislação sobre recursos hídricos também favorece esse desenvolvimento quando insere elementos como a participação social, a equidade no acesso à água, o cuidado com esse bem, entre outros.

Localização da pesquisa e caracterização da Região

A pesquisa de campo foi realizada com os membros do Comitê de Bacia do Salgado, criado pelo Decreto nº 26.603, de 14 de maio de 2002, e instalado em 10 de julho do mesmo ano. A função de secretaria executiva do Comitê de Bacia do Salgado é exercida pela Cogerh.

A Bacia do Rio Salgado, que nomeia o Comitê, é uma subdivisão da Bacia Hidrográfica do Jaguaribe, portanto, trata-se de uma sub-bacia. Assim, a sub-bacia do Salgado fica localizada no pé da serra da Chapada do Araripe e seu principal afluente nasce no município do Crato, o Rio Batateira, que mais à frente é denominado de Rio Salgado. Essa água serve principalmente para o consumo humano e para a agricultura, uma vez que aproximadamente 90% das águas subterrâneas abastecem os municípios de Juazeiro, Crato, Barbalha, Missão Velha e Lavras da Mangabeira (CEARÁ, 2009).

A Cogerh gerencia na Sub-bacia do Salgado 15 açudes e barragens, que no total perfazem uma capacidade de mais de 448.608.527 m³. São eles: Atalho (em Brejo Santo); Cachoeira (em Aurora); Gomes

(em Mauriti); Junco (em Granjeiro); Lima Campos (em Icó); Manoel Balbino (em Juazeiro do Norte); Olho d'água (em Várzea Alegre); Prazeres (em Barro); Quixabinha (em Mauriti); Rosário (em Lavras da Mangabeira); São Domingos II (em Caririaçu); Tatajuba (em Icó); Thomás Osterne (em Crato); Ubaldinho (em Cedro); e Jenipapeiro II (em Baixo/Umari).

Os sujeitos da Pesquisa

O Comitê de Bacia do Salgado é constituído por 50 membros, que representam instituições distribuídas em quatro setores: Poder Público Federal e Estadual, Poder Público Municipal, usuários de água e sociedade civil. Na Tabela 2, é possível ver a constituição do Comitê:

Tabela 2 – Quantidade de Membros do Comitê de Bacia do Salgado, discriminando as categorias dos delegados

Sociedade Civil	Usuários de água	Poder Público Estadual e Federal	Poder Público Municipal
15	15	11	9
TOTAL			50

Fonte: Elaborada pelas autoras em pesquisa no *site* do Comitê de Bacia do Salgado⁹.

Cada membro do Comitê de Bacia do Salgado é representante de uma instituição. No caso da sociedade civil e usuários de água é possível encontrar representantes de associações comunitárias, fundações, sindicatos de trabalhadores rurais, associações de produtores rurais e indústria, por exemplo. Já no caso de Poderes Públicos Federal, Estadual e Municipal, existem representantes das instituições desses níveis, como órgãos ambientais e prefeituras municipais, por exemplo.

Todos os membros do Comitê ficam sediados nos diversos municípios ao longo da Bacia do Salgado, por isso as reuniões do Comitê são itinerantes, ou seja, podem acontecer em cidades diferentes da Sub-bacia do Salgado.

⁹ Disponível em: www.cbhalsgado.com.br (2013). Acesso em: dez. 2013.

É importante ressaltar que o Comitê funciona a partir de seu regimento interno e que suas reuniões são públicas, acontecendo de forma ordinária (quatro anuais) e extraordinária (quando necessário). O Comitê possui uma diretoria, formada por um presidente e um vice-presidente, além de uma secretaria executiva, que nesse caso é a Cogerh.

Os membros da diretoria do Comitê se renovam a cada dois anos; já a renovação da plenária acontece a cada quatro anos. Para participar da plenária é necessário se candidatar. A Bacia do Salgado ficou subdividida em cinco microbacias para que cada pessoa que desejar fazer parte do Comitê seja eleita na sua respectiva microbacia. Os membros consideram esse processo democrático, embora seja bastante disputado porque muitas vezes as vagas são poucas para tantos interessados.

Assim, o item seguinte apresenta mais detalhes de como se deu a instalação desse colegiado a partir de um breve histórico da criação do Comitê de Bacia do Salgado.

Breve histórico do Comitê de Bacia do Salgado

O surgimento do Comitê de Bacia do Salgado se confunde com o estabelecimento da subgerência da Cogerh na região do Cariri cearense. Diante da preocupação de várias instituições locais com as águas da Bacia do Salgado, começou a se formar uma articulação dessas instituições para que o governo do estado instalasse um escritório da Cogerh na região.

Assim, no ano 2000 foi instalada a subgerência da Cogerh no município de Crato. Antes disso houve a realização de um seminário intitulado “Seminário de Organização e Fortalecimento das Associações de Usuários de Águas da Bacia do Rio Salgado” ocorrido em dezembro de 1999. Esse evento teve como objetivo promover discussões a respeito da disponibilidade e do gerenciamento das águas na região.

Os participantes desse Seminário formaram um grupo de articulação que se reuniu em diversos momentos até que o Comitê de Bacia do Salgado fosse formado. É importante citar que várias organizações locais, como associações e ONGs trabalharam com a Cogerh para que o Comitê se formasse.

Como fruto desses encontros, foi decidido que os membros do Comitê fossem escolhidos não por municípios, mas através da divisão da Bacia do Salgado em cinco sub-bacias. Assim foram realizados encontros nessas microbacias, resultando na criação do Estatuto do Comitê e realização de eleições nessas cinco microbacias para a escolha dos delegados do novo Comitê que se formava. É por isso que o Comitê hoje tem 50 delegados: pela distribuição das vagas nas cinco microbacias.

Até então os Comitês de Bacias no Ceará se formavam primeiramente a partir da articulação em encontros municipais ou regionais; os que passassem por esses encontros (que era um número bem maior de pessoas), iriam para o congresso da Bacia para serem escolhidos como membros. É aí onde está o diferencial do Comitê do Salgado, tendo em vista que aqueles que eram eleitos em suas microbacias já eram delegados. Assim foram eleitos os representantes da sociedade civil e usuários de águas; e os membros do Poder Público em nível federal e estadual foram definidos posteriormente a partir da indicação oficial de cada entidade pública.

O Comitê de Bacia do Salgado nasce de uma forte articulação regional, que se preocupa com a gestão das águas na região; e a Cogerh se instala no Cariri cearense porque tais entidades da região assim desejaram. Observa-se nesse processo uma estreita relação entre sociedade e Estado (Comitê e Cogerh).

Análise dos Resultados

De maneira geral, as cinco reuniões que foram acompanhadas em 2014 denotaram forte envolvimento das pessoas na gestão de águas. Houve bastante participação e em todos os casos há uma preocupação com a disponibilidade da água. O Comitê se apresentou como um espaço de aprendizagem, onde as pessoas discutem e trocam informações a respeito das questões relativas às águas. A linguagem dos técnicos da Cogerh apresentou-se acessível, e só apenas com alguns casos pontuais de falta de entendimento ou uso de termos técnicos. É notável também que as pessoas se esforçam para estarem presentes nas reuniões e que a

ausência de órgãos públicos gera muita indignação em quem participa das reuniões.

Foi possível observar que a participação social é fundamental para o acesso democrático à água e que os conflitos entre os sujeitos participantes têm grande importância, pois os fazem refletir sobre como usar a água de forma eficiente. As observações aqui relatadas apontam também em alguns casos para a necessidade de maior interação entre os usuários de água (que estão mais próximos dos açudes), o Comitê de Bacia e as Comissões gestoras, para uma maior efetivação da participação social na política de gestão de águas.

O item seguinte apresenta a análise dos discursos dos entrevistados. É importante relatar que as observações participantes serviram para melhor desenvolver essas análises, pois foi possível comparar os discursos individuais com o comportamento do Comitê observado nas reuniões.

Análise de discursos

O objetivo foi buscar entender na fala dos entrevistados como se dava a sua participação no Comitê de Bacia do Salgado, e se essa participação é um elemento de promoção do desenvolvimento sustentável.

Assim, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com alguns membros do Comitê. Ao todo foram realizadas 18 entrevistas durante o ano de 2014. Vale ressaltar que o Comitê foi bastante acessível e que algumas entrevistas ocorreram antes das reuniões acompanhadas que foram relatadas no item anterior. Outras entrevistas aconteceram nas instituições dos delegados e nas residências de alguns deles.

As entrevistas tiveram um tempo de duração entre 15 minutos e 50 minutos, no máximo. Cada participante assinou um Termo de Consentimento da entrevista, no qual ficava claro, entre outras coisas, o uso das informações para esta pesquisa e o sigilo de sua identidade. Assim, ao longo deste texto, são usados números para identificar as falas dos participantes.

A escolha de cada entrevistado se deu a partir da definição de alguns critérios. O primeiro deles foi a atuação marcante de alguns delegados,

notada a partir das observações participantes. O segundo critério de escolha foi a distribuição por categoria de cada delegado. Como o Comitê é composto por sociedade civil, usuários de água e membros do Poder Público, foram escolhidas seis pessoas de cada categoria.

Em relação aos membros de Poder Público, foi possível entrevistar mais representantes em nível federal e estadual, devido principalmente à ausência de representantes municipais. Por fim, procurou-se diversificar ao máximo o número de municípios de onde era cada delegado, a fim de ter uma boa representação de municípios que compõem a Bacia do Salgado. Assim, ao todo, os 18 entrevistados corresponderam a sete municípios: Juazeiro do Norte, Crato, Barbalha, Lavras da Mangabeira, Cedro, Brejo Santo e Porteiras.

O roteiro de entrevista foi estruturado com perguntas abertas que indicassem na fala dos entrevistados as respostas do problema de pesquisa. Assim, optou-se pela análise de discurso como método de análise dessas entrevistas.

Dessa forma, já foi possível notar no discurso dos entrevistados suas ideologias, principalmente de acordo com cada categoria de cada participante do Comitê. Por exemplo, os *usuários de água* têm forte preocupação na gestão das águas dos açudes porque essa gestão interfere diretamente em suas atividades produtivas. Quando perguntados sobre de quais decisões eles participaram, muitos se lembraram de decisões sobre a gestão das águas em seus açudes e isso foi enfatizado não só nas entrevistas, mas também observado nas reuniões ordinárias e de alocação que foram acompanhadas (quando fizeram requerimentos para resolver problemas relativos às águas de seus açudes especificamente).

Os discursos dos membros representantes da *sociedade civil* foram marcados fortemente pela defesa de suas classes, pois muitos representavam grupos de agricultores e irrigantes da Bacia do Salgado. Seus discursos convergiam para a proteção dessas pessoas, denotando que o Comitê é um espaço que dá voz a elas. Numa das entrevistas, é possível notar o caráter desse discurso: “sou agricultor, sou irrigante, e lá é um local da gente reivindicar nossos direitos, cobrar mais dos órgãos públicos porque eles deixam muito a desejar” (ENTREVISTADO 14).

Em vários momentos, os discursos dos membros da sociedade civil se assemelharam aos dos usuários, principalmente porque alguns representantes da sociedade civil na prática também usavam águas dos açudes.

Os representantes de *Poder Público* apresentaram discursos em várias linhas: em alguns momentos foram discursos voltados diretamente para as conquistas que tiveram enquanto gestores na área de recursos hídricos; outros discursos demonstraram interesses em aprender com o Comitê, se munindo do máximo de informações para suas instituições; outros discursos demonstraram pouco envolvimento com o Comitê, como foi enfatizado pelo Entrevistado 14.

De maneira geral, os discursos convergem para os interesses de cada categoria de delegado. Entretanto, há a predominância de um discurso coletivo: todos se preocupam com o gerenciamento das águas na região; grande parte dos discursos apresentou forte nível de envolvimento com as questões relativas à disponibilidade de água na região. Mesmo os menos atuantes reconhecem a importância que tem o Comitê em ordenar o uso da água na Bacia do Salgado.

Depois desse apanhado geral dos discursos dos entrevistados, é possível agora analisar os discursos a partir dos pressupostos da pesquisa: como se dá a participação social dos delegados do Comitê; e se essa participação promove o desenvolvimento sustentável da Bacia do Salgado.

Primeiramente, trataremos como se dá a *participação social*. A maioria dos discursos analisados apresentou forte relação de envolvimento dos delegados com o Comitê. Esses sujeitos atuantes lembram o tempo que estão inseridos no Comitê e como atuaram e estão atuando.

Quatro pessoas entrevistadas estão participando do colegiado desde a sua criação, que completou doze anos em 2014. O discurso dessas pessoas sinalizou grande conhecimento sobre as questões de recursos hídricos da região, demonstrando que para a participação ser efetiva em um colegiado como esse é preciso conhecer bem a região e suas questões relacionadas às águas. Envolvimento é sinônimo de conhecimento, ou seja, só se participa de algo quando se conhece bem o que está sendo discutido.

Isso foi comprovado a partir de outros discursos, pois mesmo os que estão há menos tempo no Comitê têm forte envolvimento porque conhecem bem as questões que estão sendo discutidas no colegiado. Esse envolvimento também foi percebido quando os participantes da pesquisa contaram de quais decisões já participaram, como as decisões de alocação de águas nos açudes, a deliberação sobre a limitação da perfuração de poços na região do Cariri cearense, o acompanhamento das obras do Cinturão das Águas, entre tantas outras decisões. Algumas dessas decisões foram acompanhadas na pesquisa, e foi possível notar que os delegados estavam bastante envolvidos nas discussões.

Como foi dito anteriormente, mesmo havendo pessoas falando mais que outras nas reuniões, observou-se nas falas individuais que os delegados estavam envolvidos nas discussões do Comitê e que muitas vezes a fala de poucos representava a fala de uma maioria. Isso denota que o nível de envolvimento com o Comitê não está relacionado à quantidade de pessoas que fala nas reuniões, mas como as pessoas estão ouvindo e acompanhando as discussões.

Ainda enfatizando a atuação dos delegados que demonstraram forte envolvimento com o Comitê, é importante citar que eles relataram como grande vantagem no processo de participação na gestão de águas a possibilidade de discutir, decidir e solucionar conflitos na Bacia do Salgado.

Eles relataram que a organização do Comitê em diversos segmentos é um mecanismo que envolve cada vez mais as pessoas no processo de participação. Os entrevistados demonstram, em seus discursos, acreditar nos processos de participação como eficientes caminhos para a gestão das águas na região. A seguir, há uma fala que acentua um desses discursos:

Me parece que o resultado mais importante não é a tomada de decisão que é feita pelo coletivo, mas o conjunto de trocas que permite em alguns casos chegar em consenso uns temas, outros casos explicitar as diferenças, então eu acredito muito fortemente nos processos coletivos de construção das coisas todas (ENTREVISTADO 09).

Nessa fala, o participante da pesquisa relata que tão importante quanto o processo de participação social é também a interação entre as pessoas, sejam as discussões consensuais ou não. Muitos entrevistados enfatizaram em seus discursos a importância dos conflitos porque veem nestes, realmente, a construção democrática das decisões. Embora considerem que algumas vezes o processo de tomada de decisão é muito lento, eles acreditam no processo.

De maneira ampla, os participantes entrevistados demonstraram muita satisfação e orgulho de fazerem parte do Comitê de Bacia do Salgado. Denota-se isso na seguinte fala: “eu me senti extremamente à vontade para fazer perguntas, pra fazer meus requerimentos” (ENTREVISTADO 12). Para além da fala, as observações participantes comprovaram que os delegados sentiam-se à vontade, principalmente nesses momentos dos requerimentos.

Só houve um caso em que o membro do Comitê demonstrou não estar à vontade no processo de participação. Seu discurso denotou insatisfação porque ele não concordou com algumas decisões. Ele não se sentiu representado e isso demonstra que o Comitê é um espaço feito por diferentes pessoas e, conseqüentemente, opiniões divergentes. Fica um questionamento de até que ponto essas diferentes opiniões podem incentivar ou não a participação das pessoas. Nesse caso, embora o membro demonstrasse insatisfação, foi possível notar que ele estava bastante atuante nas reuniões, significando que discordâncias pessoais não eram formas de afastar as pessoas do processo de participação.

Alguns discursos individuais também confirmaram que mesmo com algumas dificuldades de acesso ao transporte para ir às reuniões (como é o caso de muitos representantes da sociedade civil), os membros estão dispostos a participar e isso não é um fator limitante. Isso também foi notado nas reuniões acompanhadas porque em todas elas houve um bom número de participantes.

Entretanto, muitos discursos apontaram que é extremamente importante que o Comitê fosse mais divulgado. Esses discursos assinalaram que o Comitê, para envolver mais pessoas, precisa aproximar-se mais

das escolas, das universidades, principalmente por conta da relevância que tem a gestão de águas.

Entre tantos discursos de sujeitos atuantes, houve um discurso que chamou atenção porque demonstrou total ausência de participação do delegado no Comitê. Esse entrevistado o tempo todo direcionava o seu discurso à justificativa de ausência, sempre colocando culpa nas tarefas que precisava desenvolver em sua instituição. Não lembrou há quanto tempo estava no Comitê, não relatou de quais decisões participou, foi bastante evasivo, ou seja, seu discurso foi vago e não falou claramente as respostas. Em suma, o discurso denunciou sua falta de participação.

É importante dizer que esse entrevistado não esteve presente nas reuniões acompanhadas nesta pesquisa e que a instituição que ele representava era uma das mais cobradas pelos delegados para estar presente no Comitê. A maioria dos discursos apontou que a ausência de órgãos públicos afeta a efetividade das decisões do Comitê. É aí onde entra a análise dos discursos a partir do pressuposto que envolve *a participação e o desenvolvimento sustentável*.

Como apresentado, a participação social é um dos elementos que compõem o desenvolvimento sustentável a partir da dimensão institucional e política definida por Chacon (2007). A autora afirma que a participação social é uma forma de a sociedade efetivar as políticas públicas que visem ao desenvolvimento sustentável, que nesse caso é a política de águas.

Assim, alguns dos discursos fizeram essa relação direta de que a participação das pessoas no Comitê era uma forma de promover o desenvolvimento sustentável, ou seja, onde há participação de todos, há desenvolvimento sustentável.

Contudo, a maioria dos discursos apontou nas decisões (e nos conteúdos das reuniões do Comitê) – como preservar a água; preservar as matas ciliares que ficam no entorno dos açudes; cuidar da água para que todas as pessoas tenham acesso e para que essa água seja de boa qualidade; distribuir a água de maneira igual; desenvolver atividades produtivas que não agridam o meio ambiente; garantir a perenidade da água no futuro – o conhecimento que os delegados tinham a respeito

do primeiro conceito de desenvolvimento sustentável, aquele definido por Brundtland na década de 1980, onde relacionava desenvolvimento sustentável na disposição de recursos para que fossem utilizados nas gerações futuras.

Dessa maneira, foi possível notar que o discurso predominante sobre o desenvolvimento sustentável estava estritamente relacionado à dimensão ambiental que, como foi dito, é uma das dimensões do desenvolvimento sustentável de acordo com Sachs (1993) e Chacon (2007).

É importante relatar que os entrevistados adotaram posturas diferenciadas quando indagados sobre esse tema. Uns disseram rapidamente que “com certeza” havia uma relação entre participação e desenvolvimento sustentável; outros pararam, pensaram e falaram algo como “o Comitê tem a tendência para isso”, querendo dizer que muito ainda poderia ser feito pelo Comitê para haver o alcance do desenvolvimento sustentável.

Houve também algumas justificativas, como “o Comitê caminha para o desenvolvimento sustentável, mas é preciso haver mais participação das pessoas”, ou ainda que “precisa melhorar as questões ambientais”, ou até “o desenvolvimento sustentável depende de decisões maiores que ficam à mercê dos governos”.

Aliados a essas justificativas, houve alguns discursos ainda mais críticos. O Entrevistado 07, por exemplo, falou que as decisões do Comitê tinham relação com o desenvolvimento, mas não com a sustentabilidade. Por meio de seu discurso, foi percebido que para esse entrevistado o acesso às águas dos açudes, que tanto é discutido no Comitê, era uma maneira de promover apenas o desenvolvimento. Para ele, outras questões mereciam ser discutidas, como outras formas de ter acesso à água por meio de outras tecnologias, como as cisternas e outras formas de guardar a água. O pesquisado foi bastante crítico em relação à construção de grandes obras para oferta hídrica, como o próprio Cinturão das Águas que está sendo acompanhado pelo Comitê. Para ele, soluções mais simples podem resolver questões de disponibilidade de água da Bacia do Salgado.

O Entrevistado 09 relatou que as decisões do Comitê, principalmente aquelas relacionadas à alocação de águas, tem mais relação com o

desenvolvimento regional, mas não com o desenvolvimento sustentável. Assim, é possível notar que os discursos desses sujeitos (os Entrevistados 07 e 09) apresentaram discussões importantes porque embora eles não tenham relatado, ou não tenham demonstrado conhecimento sobre as dimensões do desenvolvimento sustentável, ficou enfatizado por meio de seus discursos que o desenvolvimento sustentável englobava muito mais elementos.

Dessa maneira, o principal elemento afirmado pela maioria dos entrevistados, que é fundamental para a efetividade das decisões do Comitê do Salgado, é a atuação de órgãos públicos. Para eles, as decisões têm maior força quando há o envolvimento dessas instituições.

Assim, os discursos denotaram que o Comitê decide diversas questões, mas essas decisões têm forte alcance em nível local. Entretanto, as decisões maiores ainda têm pouquíssimo alcance porque, segundo alguns entrevistados, no final a decisão é governamental. Os discursos enfatizaram em sua maioria que o Comitê tem seu peso, mas até certo ponto não decide e que muitas das decisões que são tomadas precisam de apoio de instituições públicas que deveriam estar envolvidas no Comitê, mas não participam do colegiado.

Nesse sentido foi possível perceber nos discursos analisados que, mesmo que a legislação de águas afirme ser descentralizada, integrada e participativa, na prática ocorre descentralização e participação até certo ponto porque, embora o Comitê seja uma forma de descentralizar decisões, há os limites de seu alcance e a participação de órgãos públicos fica a desejar, o que afeta diretamente na questão da integração, tendo em vista que a ausência de órgãos públicos desarticula as decisões do Comitê, como foi enfatizado nos discursos.

Considerações Finais

Os resultados apontam que o Comitê é um forte articulador do desenvolvimento sustentável tendo em vista que suas discussões e deliberações estão relacionadas principalmente com a promoção do acesso à água de qualidade, incluindo as pessoas nos processos de participação.

E, embora haja participação dos usuários de águas e organizações da sociedade civil, muitas decisões do Comitê ficam dependentes do envolvimento dos membros do Poder Público no colegiado, principalmente dos gestores municipais que em sua maioria estão ausentes, fazendo com que muitas das decisões não sejam postas em prática.

O Comitê de Bacia do Salgado também apresentou limites no alcance de suas decisões, reconhecendo que ele é um organismo colegiado com força na gestão de águas em nível local, mas que em termos de decisões maiores, como as governamentais, a sua força diminui, o que prejudica o processo de desenvolvimento sustentável. De uma maneira geral percebemos que a experiência da gestão de águas promovida pelo Comitê de Bacia do Salgado é positiva, assim como a gestão de águas no estado do Ceará vem sendo estudada e é tão discutida por pesquisadores em nível nacional e internacional. Por fim, diante da crise hídrica que alguns estados brasileiros vêm sofrendo atualmente, a experiência da gestão de águas por meio da participação social é um exemplo para buscar minimizar o problema do acesso à água, além de ser uma forma de promover o desenvolvimento sustentável.

Referências

- BORGES, J. *et al.* *Participação política de organizações da sociedade civil de Salvador*. Trabalho publicado no IV Encontro de Compolítica na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 13 a 15 de abril de 2011. Disponível em: <<http://www.compolitica.org/home/wp-content/uploads/2011/03/Jussara-Borges-et-alii.pdf>> Acesso em: 07 dez 2013.
- BRASIL. *Lei das Águas*: Lei nº9.433, de 08 de janeiro de 1997. Disponível em: <<http://www.ana.gov.br/Institucional/Legislacao/leis/lei9433.pdf>>. Acesso em: 07 dez. 2013.
- CAMPOS, N. Política de águas. In: CAMPOS, N.; STUDART, T. (Orgs.). *Gestão de águas: princípios e práticas*. Porto Alegre: ABRH, 2003c.
- CAMPOS, V. N. O.; FRACALANZA, A. P. Governança de águas no Brasil: conflitos pela apropriação da água e a busca da integração

- como consenso. *Revista Ambiente & Sociedade*. v. 18, n. 2, p.365-382, jul/dez. 2010. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/asoc/v13n2/v13n2a10.pdf>>. Acesso em: 08 dez. 2013.
- CEARÁ. *Política Estadual de Recursos Hídricos*: Lei nº11.996, de 24 de julho de 1992. Disponível em: <<http://portal.cogerh.com.br/Categoria3/legislacao-estadual/leis/lei-no-11-996-de-24-de-julho-de-1992/view>>. Acesso em: 07 dez 2013.
- CEARÁ. Companhia de Gestão de Recursos Hídricos do Ceará. *O caminho das águas*: informações básicas sobre o gerenciamento dos recursos hídricos. Fortaleza: COGERH, 2010.
- CEARÁ. Assembleia Legislativa. *Caderno regional da sub-bacia do Salgado/Conselho dos Altos Estudos Estratégicos*. Fortaleza: INESP, 2009.
- CHACON, S. S. *O sertanejo e o caminho das águas*: políticas públicas, modernidade e sustentabilidade no semiárido. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2007.
- GARJULLI, R. *Oficina temática: gestão participativa dos recursos hídricos – relatório final*. Aracaju: PROÁGUA/ANA, 2001.
- GODOY, A. M. G. *Reflexões sobre os comitês de bacia hidrográfica*. In: Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 45.,2007, Londrina. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/6/769.pdf>> Acesso em: 10 dez. 2013.
- MACHADO, C. J. S. A gestão francesa de recursos hídricos: descrição e análise dos princípios jurídicos. *Revista Brasileira de Recursos Hídricos*. v. 8, n.4, p. 31-47, out/dez. 2003a. Disponível em:<<http://egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/32880-40912-1-PB.pdf>>. Acesso em: 10 dez. 2013.
- _____. Recursos hídricos e cidadania no Brasil: limites, alternativas e desafios. *Revista Ambiente & Sociedade*. v. 6, n.2, p. 121-136, jul/dez. 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/asoc/v6n2/a08vo6n2.pdf>>. Acesso em: 10 dez 2013.
- MARANHÃO, N.; AYRIMORAES, S. Os usos da água e o desenvolvimento

- regional. In: *A questão da água no Nordeste*. Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, Agência Nacional de Águas. – Brasília, DF: CGEE, 2012.
- SACHS, I. Estratégias de transição para o século XXI. In: BURSZTYN, M. (Orgs.). *Para pensar o desenvolvimento sustentável*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1993.
- VEIGA, B. A. da. *Participação social e políticas públicas de gestão das águas: olhares sobre as experiências do Brasil, Portugal e França*. Tese de Doutorado. Centro de Desenvolvimento Sustentável. Universidade de Brasília, Brasília, 2007.
- VIANA, F. L. *et al.* Gerenciamento integrado de recursos hídricos no Nordeste. In: *A questão da água no Nordeste*. Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, Agência Nacional de Águas. – Brasília, DF: CGEE, 2012.

Sobre os autores

Autores

Adelia Alencar Brasil: Graduada em Geografia pela Universidade Regional do Cariri (URCA). Mestre em Desenvolvimento Regional Sustentável pela Universidade Federal do Cariri (UFCA). Pesquisadora do Laboratório de Estudos Avançados em Desenvolvimento Regional do Semiárido (LEADERS/UFCA). E-mail: adelia.brasil@yahoo.com.br

Aíla Maria Alves Cordeiro Arrais: Graduada em Geografia pela Universidade Regional do Cariri (URCA). Mestre em Desenvolvimento Regional Sustentável pela Universidade Federal do Cariri (UFCA). Pesquisadora do Laboratório de Estudos Avançados em Desenvolvimento Regional do Semiárido (LEADERS/UFCA). E-mail: ailacordeiro@hotmail.com

Carmen María Saez Coopat: Graduada em Música pelo Instituto Superior de Artes. Doutora em Ciências da Arte. Professora visitante do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Ceará (UFC). E-mail: ccoopat@gmail.com

Celme Torres Ferreira da Costa: Graduada em Engenharia Civil pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Mestre em Tecnologias Energéticas Nucleares pela UFPE. Doutora em Engenharia Civil (Recursos Hídricos) pela Universidade Federal do Ceará (UFC). E-mail: celmetorres@gmail.com

Cláudia Araújo Marco: Graduada em Agronomia pela Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), Mestre em Ciências pela UFPEL e Doutora em Agronomia pela UFPEL. Professora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional Sustentável (PRODER/UFCA). E-mail: clmarko@yahoo.com.br

Doris Aleida Villamizar Sayago: Graduada em Antropologia pela Universidad Central de Venezuela. Mestre em Antropologia pela Universidade de Brasília (UnB). Doutora em Sociologia pela UnB. Pós-doutora em Ciências

Políticas pela Université Montpellier¹, Centre National de La Recherche Scientifique. Professora e diretora do Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília. E-mail: doris.sayago@gmail.com

Eva Regina do Nascimento Lopes: Graduada em Administração pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Mestre em Desenvolvimento Regional Sustentável pela Universidade Federal do Cariri (UFCA). Pesquisadora do Laboratório de Estudos Avançados em Desenvolvimento Regional do Semiárido (LEADERS/UFCA). E-mail: evaregina.nascimento@gmail.com

Francisca Laudeci Martins Souza: Graduada em Economia pela Universidade Regional do Cariri (URCA). Mestre em Economia Rural pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Doutora em Educação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Professora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional Sustentável (PRODER/UFCA). Professora da Universidade Regional do Cariri (URCA). E-mail: laudecimartins@yahoo.com.br

Maria Odete Alves: Graduada em Agronomia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Mestre em Administração Rural pela Universidade de Viçosa. Doutora em Desenvolvimento Sustentável pela Universidade de Brasília (UnB). Técnica do ETENE/BNB. E-mail: moalves@gmail.com

Maria Soares da Cunha: Graduada e Doutora em Geografia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Professora da Universidade Regional do Cariri (URCA). E-mail: maria.soares@urca.br

Milanya Ribeiro da Silva: Graduada em Administração pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Mestre em Desenvolvimento Regional Sustentável pela Universidade Federal do Cariri (UFCA). Pesquisadora do Laboratório de Estudos Avançados em Desenvolvimento Regional do Semiárido (LEADERS/UFCA). E-mail: milanyaribeiro@gmail.com

Suely Salgueiro Chacon: Graduada em Economia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Mestre em Economia Rural pela UFC. Doutora em Desenvolvimento Sustentável pela Universidade de Brasília (UnB). Professora da Universidade Federal do Cariri (UFCA). Pesquisadora Líder

do Laboratório de Estudos Avançados em Desenvolvimento Regional do Semiárido (LEADERS/UFCA). Reitora da UFCA. E-mail: suelychacon@ufca.edu.br

Luís Tadeu Assad: Graduado e Mestre em Engenharia de Pesca pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Doutor em Desenvolvimento Sustentável pela Universidade de Brasília (UnB). Pós-doutor em Gestão de Conflitos Socioambientais pela Universidade de Brasília (UnB). E-mail: assadmar@iabs.org.br

Verônica Salgueiro do Nascimento: Graduada em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Mestre e Doutora em Educação pela UFC. Pós-doutora em Psicologia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Professora da Universidade Federal do Cariri (UFCA). Pesquisadora e Vice-Líder do Laboratório de Estudos Avançados em Desenvolvimento Regional do Semiárido (LEADERS/UFCA). Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional Sustentável (PRODER/UFCA). E-mail: vesalgueiro@ufca.edu.br

Organizadores

José Ferreira Lima Júnior: Graduado em Odontologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Mestre em Saúde Coletiva pela UFRN. Doutor em Biotecnologia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Professor da Escola Técnica de Saúde de Cajazeiras, da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Bolsista do Programa Nacional de Pós-Doutorado (PNPD/CAPES), vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional Sustentável da Universidade Federal do Cariri. E-mail: ferreirajunior@cfp.ufcg.edu.br

Suely Salgueiro Chacon: Graduada em Economia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Mestre em Economia Rural pela UFC. Doutora em Desenvolvimento Sustentável pela Universidade de Brasília (UnB). Professora da Universidade Federal do Cariri (UFCA). Pesquisadora Líder do Laboratório de Estudos Avançados em Desenvolvimento Regional do

Semiárido (LEADERS/UFCA). Reitora da UFCA. E-mail: suelychacon@ufca.edu.br

Verônica Salgueiro do Nascimento: Graduada em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Mestre e Doutora em Educação pela UFC. Pós-doutora em Psicologia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Professora da Universidade Federal do Cariri (UFCA). Pesquisadora e Vice-Líder do Laboratório de Estudos Avançados em Desenvolvimento Regional do Semiárido (LEADERS/UFCA). Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional Sustentável (PRODER/UFCA). E-mail: vesalgueiro@ufca.edu.br

Os trabalhos que compõem esta obra são, ao mesmo tempo, uma contribuição ao debate acadêmico e subsídios à tomada de decisões em políticas públicas.

Representam, nesse sentido, uma comprovação de que a Universidade é capaz de interagir de modo responsável com os desafios do mundo real.

Marcel Bursztyń